**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião realizada em 14 de setembro de 2012, às 14 horas e 15 minutos, na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senadora: **Ana Rita (PT/ES)**; e do Deputado: **Dr. Rosinha (PT/PR)**. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Marta Suplicy (PT/SP), Ângela Portela (PT/RR), Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE);** e os Senhores Deputados: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR), Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO); Gorete Pereira (PR/CE), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL)** e **Ademir Camilo (PSD/MG).** Compareceu, também, o Deputado não membro da Comissão: Luiz Couto (PT/PB).Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: **Cláudio Coelho Lima**, Secretário de Segurança Pública do estado da Paraíba; **Waldson Dias de Souza**, Secretário de Saúde do Estado da Paraíba; **Iraê Heusi de Lucena Nóbrega**, Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do estado da Paraíba; **Antonieta Maroja Nóbrega Machado**, Juíza Substituta da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher, representando o Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Abraham Lincon da Cunha Ramos; **Roseane Araùjo**, Promotora de Justiça de Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher, representando o Procurador Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, e **Vanildo Oliveira Brito**, Defensor Público Geral do Estado da Paraíba.

**A SRª PRESIDENTE** (Gilma Germano) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Mesa, cumprimentando a Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; a Srª Senadora Ana Rita, que é a Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; o Sr. Deputado Federal Dr. Rosinha, que também faz parte da Comissão.

Eu quero cumprimentar, em nome das Mães na Dor, toda a plenária, toda a galeria aqui presente.

Eu quero dizer da honra de esta Casa receber esta CPMI. Eu digo honra, Deputada Jô Moraes, porque sabemos o quanto é crucial o trabalho desta Comissão no enfrentamento a este flagelo que é a violência contra a mulher. Recebemos esta Comissão na perspectiva de estarmos diante de um instrumento de luta. Por isso, é bem-vinda esta Comissão.

Ela faz-nos recordar uma canção de Beto Guedes, que diz: “a lição sabemos de cor, só nos resta aprender”. A lição, Senadora Ana Rita, sabemos muito bem. Temos um dos melhores instrumentos jurídicos no enfrentamento à violência contra a mulher, que é a Lei Maria da Penha, mas a lei sem o aparato do Poder Público é apenas uma lei. E a sua aplicabilidade? Com certeza, esta audiência aqui vai nos lembrar, Delegada, de que precisamos de mais varas especializadas, de que precisamos de mais delegacias da mulher, de que precisamos de mais preparo para os operadores do Direito, num comprometimento da aplicabilidade da Lei Maria da Penha.

Eu gostaria muito de o nosso Estado não estar nessa agenda da audiência pública da CPMI, mas, infelizmente, o nosso Estado ocupa o sétimo lugar dos maiores índices de violência contra a mulher, dado constatado no Mapa da Violência 2012 e também facilmente constatado nos noticiários, locais e até nacionais, como o triste episódio de Queimadas, em que mulheres foram ofertadas ao estupro como presente de aniversário, culminando com a morte de duas jovens.

Esta audiência vai nos lembrar de todo esse aparato de que precisamos realmente para enfrentar essa violência, entre tantas outras coisas. Também vai nos lembrar de que, sem precisarmos perder a nossa ternura, precisamos lutar e lutar mais por esse enfrentamento à violência.

Aqui, agradeço a presença de todos aqui, da CPMI, da Presidente Jô Moraes. Um bom trabalho para todos.

No momento, vou passar os trabalhos para a Presidente Jô Moraes.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todas as mulheres e a todos os homens presentes nesta audiência pública, aos profissionais da segurança pública, aos profissionais do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

Deputado Luiz Couto, por favor, tome assento à mesa, como Deputado Federal que é e como integrante de todo esse processo.

Eu queria pedir que a Deputada Gilma Germano cumprimentasse o Deputado Ricardo Marcelo por ceder a Assembleia Legislativa para o nosso trabalho. Cumprimento todos os profissionais da Assembleia Legislativa que nos ajudam e ajudaram a todos os nossos consultores e assessores que vieram de Brasília, ao Delegado Renovato, ao Procurador Adonis, à Drª Lindinalva, que estão ajudando a dar sustentação a esta nossa audiência pública.

Sem dúvida nenhuma, a Paraíba é o sétimo Estado em número de homicídios de mulheres. E o que nos assusta mais: a sua capital, João Pessoa, é a segunda cidade, o segundo Município em violência contra as mulheres em todo o Brasil.

Assusta-nos que tenhamos um dado informado pela Secretaria de Segurança Pública, segundo o qual, dos 100 assassinatos realizados neste semestre, no Estado da Paraíba, 47% são na sua capital, evidentemente, com uma particularidade grande, que é o crescimento dos homicídios por razões de droga, comparativamente aos homicídios por crimes passionais, ainda muito elevados.

Nós, além de virmos cumprir nossa função de CPMI aqui, queremos expressar que a nossa presença aqui é um ato de solidariedade absoluta a todas as vítimas de Queimadas e um protesto, que não tem limites, em relação ao que aconteceu em Queimadas. Aquilo ali tem de ser exemplar.

Quero cumprimentar todas as autoridades que estão tomando as devidas providências, mas dizer que estamos vigilantes, junto com vocês, para que nenhum passo de impunidade possa ocorrer naquilo que aconteceu em Queimadas, singular violência que temos de atacar. *(Palmas.)*

(*Manifestação da plateia: “A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer.”*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós cumprimentamos a participação ativa de todos os movimentos de mulheres, movimentos feministas, sem os quais nenhum avanço seria realizado neste País.

Esta é a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação violência.

Por razões regimentais, usarão a palavra, nesta audiência pública, os Parlamentares federais presentes e as autoridades que foram convidadas, conforme aprovado em requerimento, para fazerem uso da palavra.

Quero deixar explícito aqui que as autoridades que foram convidadas e que não estão presentes, para mandar representação, têm de mandá-la por escrito. Entendemos que não basta um telefonema de algum secretário para indicar a sua substituição.

Quero dizer que, para nós, a expressão do compromisso com a causa e com a política se faz com a presença física das autoridades responsáveis. Por isso, nós temos, por tradição, que as autoridades convidadas que não comparecem e que não mandam uma representação à altura serão convocadas para responder por sua responsabilidade com a política pública que deve ser realizada. (*Palmas.*)

Faço essa descrição, para que tenhamos a dinâmica... Também foi aprovado no requerimento o pronunciamento de representação da sociedade civil, que, reunida ontem, com a presença das pessoas, fará o depoimento, incorporado da representação – com a excepcionalidade da importância que vemos – das Mães na Dor.

Neste momento, estão presentes, Senadora Ana Rita, a Secretária de Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, Iraê Helci de Lucena Nóbrega, e o Defensor Público-Geral do Estado da Paraíba, Dr. Vanildo Oliveira Brito.

Cito isso, porque solicito ao cerimonial que as demais autoridades que estão convidadas e que chegarem depois possam se apresentar, porque a primeira pessoa que iria fazer uso da palavra era o Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, que ainda não se encontra presente. Por isso que, neste momento, nós vamos passar a palavra à Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI, que colocará às autoridades as questões que nós viemos buscar. As autoridades aqui presentes devem registrar e serão chamadas, uma por uma, para que possam dar o seu depoimento e a sua contribuição.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, aqui presente, Relatora da CPMI da Violência contra a Mulher.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Boa tarde.

É um prazer muito grande poder estar aqui com vocês na tarde de hoje.

Quero cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar a Deputada Jô Moraes, Presidenta desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cumprimentar também o nosso Deputado Rosinha, lá do Estado do Paraná, que está aqui hoje também como membro desta Comissão, cumprimentar a Deputada Gilma Germano, deste Estado, e também o Deputado Federal Luiz Couto, nosso companheiro, que também tem colaborado conosco em Brasília.

Também quero aproveitar para fazer um registro, reforçar o registro de que nós estamos com uma equipe de assessores aqui, hoje, mas quero destacar que estamos aqui com a presença do Procurador Federal Dr. José Adônis de Araújo Sá, da Promotora de Justiça Drª Lindinalva Rodrigues e também do policial federal Dr. Revonato Dias. Além deles, outros assessores da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito também estão aqui hoje nos ajudando, nos acompanhando.

Quero aproveitar este momento para agradecer à Assembleia Legislativa, agradecer ao Presidente desta Casa, por nos ceder este espaço, este horário, para que nós pudéssemos aqui, hoje, realizar esta audiência pública.

Vou fazer apenas uma retrospectiva de como foram o dia de ontem e o dia de hoje e, depois, fazer uma introdução rápida sobre o assunto. Em seguida, vamos iniciar nossos trabalhos de ouvir as autoridades aqui presentes.

Esperamos que todos compareçam. Nossa intenção era já ouvir o Secretário de Segurança...

O Secretário de Saúde já está chegando. Que bom!

Muito obrigada.

Mas quero aqui mencionar que nós tivemos uma audiência com o Governador do Estado, Sr. Ricardo Coutinho. Foi uma audiência proveitosa, uma audiência importante, onde nós já tivemos a oportunidade de expressar para ele, um pouco, as preocupações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com relação ao atendimento às mulheres em situação de violência, e o Governador demonstrou que tem compromisso com essa causa e que vai se empenhar cada vez mais para enfrentar essa realidade.

Também realizamos, hoje, cedo, uma diligência na Delegacia da Mulher, onde a equipe que esteve presente pôde ouvir a delegada e os profissionais que lá estavam, conhecendo um pouco melhor o atendimento, como ele está sendo feito no dia a dia, também, um pouco, as principais atividades, e fomos também ao Centro de Referência Ednalva Bezerra, onde também conversamos com toda a equipe técnica que atende no Centro de Referência, juntamente com a Secretaria e a Coordenação das Mulheres daqui do Município.

Realizamos, também, na noite de ontem, uma reunião com o Movimento de Mulheres daqui do Estado, onde diversas entidades estavam representadas. Já apresentaram para nós um pré-levantamento da situação de violência produzido pelo Movimento de Mulheres, que, posteriormente, irá entregar para nós aqui um documento, e tivemos, também, hoje, pela manhã, um encontro bem rápido – vamos conversar um pouco mais no final da tarde de hoje – com as Mães na Dor.

Realizamos, ontem, ainda, uma diligência a Queimadas. É importante destacar para vocês que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada no início do mês de fevereiro, no dia 8, e já nos primeiros dias de trabalho ficamos sabendo do fato acontecido em Queimadas. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tirou este episódio dramático como uma situação emblemática para que pudéssemos acompanhar mais de perto. Sabemos que outras situações muito complicadas, muito difíceis também têm ocorrido em diversos outros Estados, mas consideramos altamente difícil o que aconteceu em Queimadas, uma situação que merece todo o repúdio e que nós procuramos acompanhar um pouco mais de perto.

Diante das informações que fomos obtendo durante todo esse tempo, realizamos ontem uma boa conversa com os familiares, ouvimos atentamente não só algumas das vítimas, mas também as famílias dessas vítimas. Tivemos um relato minucioso de tudo o que aconteceu naquele dia, mas também conversamos com a juíza responsável pelo caso, com o promotor e com a delegada, que tomou as primeiras providências para que pudéssemos também ouvi-los e esclarecer algumas dúvidas que a Comissão tinha a partir da leitura dos processos.

Foi uma reunião positiva. Obtivemos todas as informações necessárias e podemos afirmar que, na nossa avaliação, o processo caminhou bem até agora, num tempo bom, e acreditamos que também terá um final o mais cedo possível, dentro das possibilidades que a Justiça tem para finalizar os trabalhos.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem, como objetivo, investigar a situação de violência contra as mulheres no País e, em particular, apurar como o Estado brasileiro, por meio de todas as suas instituições públicas, está atendendo às mulheres em situação de violência.

Partimos do pressuposto de que o Brasil tem um conjunto de legislações importantes. Entre essas legislações, a Lei Maria da Penha, uma lei conhecida não só nacionalmente, mas internacionalmente, é considerada a terceira lei mais importante do mundo no que se refere ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Nosso objetivo é justamente identificar por que um país como o nosso, como o Brasil, que tem uma legislação boa, ainda está entre os países com o maior índice de homicídio contra as mulheres. O Brasil é o sétimo país, no *ranking* com os demais países, onde mais se matam mulheres e onde a maioria dessas mulheres morre por causas domésticas, homicídios praticados pelos maridos ou pelos ex-maridos, ex-companheiros, namorados. Então, é preciso realmente compreender essa realidade mais do que nunca, mas buscar formas cada vez mais efetivas para que possamos resolver essa situação.

Estamos hoje aqui, no Estado da Paraíba, porque este Estado está entre os Estados onde se matam mais mulheres. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito definiu os dez Estados com os maiores índices de violência para serem visitados pela Comissão e também os Estados mais populosos. O Estado da Paraíba está entre os Estados com os maiores índices de violência. De acordo com os dados do Instituto Sangari, atualizado agora em 2012, o Estado da Paraíba é o sétimo Estado com maior incidência de homicídio contra as mulheres, com uma média de seis homicídios para cada 100 mil mulheres. A taxa nacional é de 4,6, portanto, o Estado da Paraíba está bem acima da média nacional em homicídio contra as mulheres.

O Estado da Paraíba assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2009, um pacto assinado junto com a SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. No período entre 2007 e 2011, já foram repassados mais de R$3 milhões e foram feitas duas repactuações, uma em 2009 e outra em 2011. O pacto e a repactuação preveem diversas ações que o Estado deve desenvolver em conjunto com os Municípios e também em parceria com o Governo Federal.

Diante dessas informações iniciais, eu já vou começar, como Relatora desta Comissão, a fazer os nossos questionamentos, as perguntas para que as autoridades possam responder.

Já contamos aqui com a presença do Dr. Waldson Dias de Souza, Secretário de Saúde do Estado da Paraíba; contamos com a presença da Drª Iraê Heusi de Lucena Nóbrega, Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba; contamos também com a Drª Antonieta Lucia Maroja Arcoverde Nóbrega Machado, representando o Tribunal de Justiça; contamos também com a presença da Drª Rosane Araujo e Oliveira, Promotora, em representação ao Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho; estamos aqui também com a presença do Dr. Vanildo Oliveira Brito, da Defensoria Pública Geral do Estado da Paraíba; e estamos aqui também com a representação da sociedade civil. Ao final das falas das autoridades, serão concedidos 10 minutos a cada representante: a Srª Ângela Pereira, representando a Marcha Mundial de Mulheres, e a Srª Cristina Lima, da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e Articulação de Mulheres Brasileiras.

O Secretário de Segurança ainda não chegou. Então, faço o convite ao Dr. Waldson Dias de Souza para que venha aqui à tribuna.

Farei, inicialmente, três perguntas para todos vocês. O Dr. Waldson responderá a essas três perguntas, mas também às perguntas específicas da sua área. Na verdade, faço duas perguntas iniciais, que deverão ser respondidas por todos os representantes dos órgãos públicos e pelo Secretário da Saúde. Depois, farei as perguntas específicas para o Secretário da Saúde.

Então, vamos às duas perguntas que serão para todos.

Qual o orçamento de cada instituição para as ações específicas de enfrentamento às violências contra as mulheres em 2012 e 2013? Ou seja, queremos saber qual é o orçamento destinado para cada órgão responsável para atuar na área do enfrentamento à violência contra as mulheres nos anos de 2012 – para este ano – e 2013, conforme o orçamento que já deve estar sendo preparado para o próximo ano.

O que as autoridades presentes, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, individual e conjuntamente, estão fazendo para diminuir a letalidade contra mulheres e demais violências contra as mulheres? O que vocês estão fazendo individualmente, como profissionais, como Secretários, mas também como conjunto, fazendo parte do sistema de atendimento às mulheres em situação de violência?

Secretário, o senhor já gostaria de respondê-las e, depois, faria as específicas?

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Não. Acho que a questão do orçamento é uma questão conjunta. Nós temos, inclusive, de olhar a peça orçamentária, porque há uma questão específica no campo do Orçamento. Acho que precisamos do documento oficial da peça. Eu posso solicitar para que ele seja enviado para cá até o final da reunião, para que, conjuntamente, as duas Secretarias – a de Saúde e a de Segurança – possam apresentar o mesmo número.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Está bem.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Se a proposta for acolhida pela Comissão, posso entrar na questão das ações, mas especificamente às ações voltadas para a saúde.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, só para reforçar, porque é importante isso que o senhor está dizendo, sim, com certeza, mas possivelmente, no orçamento da Secretaria de Saúde, tem um recurso destinado exclusivamente para atender as mulheres em situação de violência.

Então, neste momento, o que nós gostaríamos de saber é o que a Secretaria de Saúde tem previsto no seu orçamento deste ano e para o ano seguinte para atender as mulheres em situação de violência.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Mas é exatamente essa a questão. Eu estou trazendo, aqui, todas as ações e todos os serviços que nós abrimos, e o número orçamentário e financeiro é o que eu preciso apresentar com toda a segurança e com toda a certeza.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Presidente, Presidente!

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, o Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Eu só queria, se a Presidente e a Relatora aceitarem, fazer um encaminhamento no sentido de que o Secretário fizesse uma exposição das políticas de saúde para a questão de combate à violência, para a questão do atendimento da saúde da mulher. Nós, em seguida, faríamos as perguntas em cima de dúvidas que fossem levantadas. Que concedesse um tempo de 15 ou 20 minutos – V. Exª é quem decide, como Presidenta – para que ele fizesse essa exposição.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Acatada a sugestão do Deputado Dr. Rosinha.

O Dr. Waldson poderia usar até 15 minutos, para que nós pudéssemos usar os 5 minutos restantes com as informações que fossem provocadas pelos membros da CPMI.

Com a palavra, o Dr. Waldson.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – O.k. Eu vou iniciar enquanto o pessoal projeta, mas eu já posso ir adiantando – estou com a apresentação. Eu vou protocolar, também, um relatório das ações da saúde à Comissão.

A gente já tem um relatório, aqui, físico, de tudo que foi realizado, mas eu vou tentar ser objetivo com relações às ações e, logicamente, vai ser exposto no eslaide.

Então, eu vou demonstrar alguns números que vão ser expostos no eslaide. O pessoal está abrindo a apresentação, mas, exatamente do ano de 2009 até 2012, a gente tem um número e um percentual de registro de notificação pelo Sinan.

Em 2009, 257 casos notificados de violência física. Acho que é melhor abrir, porque são números. Em 2010, 362; em 2011, 555; em 2012, até o dia 9 de junho, a 23ª semana epidemiológica, já foram notificados 372 casos.

Pode passar o eslaide. Pode ir passando, por favor. Pode ir adiantando a apresentação. Pode adiantar mais um. Aí.

Esse gráfico demonstra que as três primeiras notificações são exatamente... A primeira, a segunda e a terceira já totalizam mais de 74% dos registros e notificações. No caso, aí, as violências físicas, psicológicas, morais e a violência sexual.

Ou seja, considerando que a gente tem um sub-registro muito elevado no Estado da Paraíba, e isso não deve ser diferente em outros Estados, essas são as três maiores notificações.

No próximo eslaide, você pode observar... Pode passar. Pode passar mais um, por favor.

Isso está em gráfico de colunas, e a gente observa o crescimento do número de violências físicas em todos os anos, desde 2009. Em 2012 não será diferente e, se essa tendência persistir, a gente vai ter praticamente o dobro.

Próximo eslaide.

Segundo as ações que a gente vem desenvolvendo na Secretaria de Saúde, a gente tem priorizado exatamente a implantação, na verdade, de serviços de referência em serviços hospitalares, principalmente serviços que atendem a mulher em situação de gestação.

Todas as nossas ações, desde o ano de 2011, são nesse sentido. Então, fortalecimento na rede materno-infantil e no enfrentamento da violência contra a mulher, mas, principalmente, a criação de um núcleo que trata especificamente, na Secretaria de Saúde, do tema.

Esse núcleo trata de várias ações que vão desde a estruturação de serviço de referência até a implantação de protocolos de atenção às mulheres vítimas de violência, fluxo de atendimento, formação de equipe de referência para composição da rede estadual, publicação desses protocolos, qualificação dos profissionais de saúde.

Pode passar. O próximo eslaide, por favor.

Tudo isso que é papel desse núcleo vem sendo conduzido desde o ano de 2011, inclusive qualificação de profissionais de saúde que atuam nesse serviço de referência de atendimento a mulheres vítimas de violência, principalmente aqui, na capital, no Instituto Cândida Vargas e na Maternidade Frei Damião.

O próximo eslaide é um modelo do nosso protocolo, do protocolo de assistência à mulher, à criança e ao adolescente em situação de violência.

Pode passar um eslaide.

Esse é um dos modelos.

O próximo eslaide também apresenta o fluxo de atendimentos a mulheres e adolescentes em situação de violência.

Ainda continuando as ações desenvolvidas: implantação de formulário de notificação compulsória de violência em todas as gerências regionais. Isso era uma fragilidade da rede. A gente vem trabalhando, articuladamente com a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, a realização de seminários da rede estadual, para atenção integral às mulheres. Implantação do serviço de atenção às mulheres vítimas de violência nesses hospitais especificamente. Aí são serviços novos: Hospital Regional de Sousa, Cajazeiras, Patos, Guarabira e Monteiro. Eram serviços que não existiam na rede estadual de saúde, além dos da capital, que, no caso, são duas maternidades que tratam alto risco em obstetrícia: o Instituto Cândida Vargas, que é gerido hoje pelo Município, e a Maternidade Frei Damião, que é uma maternidade estadual. Esses cinco outros hospitais receberam também serviços de atenção à mulher em situação de violência no Estado.

O próximo eslaide. Pode passar.

A gente tem ainda a organização da rede de atenção às mulheres vítimas de violência nos Municípios de Guarabira, Campina Grande e Santa Luzia, com ações também no período de 2011 até o momento, nesses 20 meses.

A qualificação do serviço de atenção às mulheres vítimas de violência na Maternidade Frei Damião, que eu já falei, com ênfase na reorganização do serviço, tendo em vista que lá não existia.

Pode passar mais um eslaide, por favor.

Ainda no campo das ações, a gente elaborou o projeto para a criação do núcleo de prevenção à violência contra a mulher, a composição e a realização do seminário estadual para a construção do plano de redução da mortalidade materna, com grupo de trabalho da violência também contra a mulher.

Definimos metas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher como contrapartida solidária. Vou detalhar isso um pouco mais. O Estado da Paraíba, no ano passado, com o Governador Ricardo Coutinho, elaborou uma grande proposta, que foi o pacto pelo desenvolvimento social da Paraíba, que alocou R$50 milhões para a saúde e para a educação naquele momento, inclusive para fortalecer e estruturar a rede de atenção no campo da saúde e a rede de educação. Na saúde, tivemos disponíveis R$15 milhões desses 50 milhões e operamos, desses R$15 milhões, R$13 milhões. São convênios com 180 Municípios, e a contrapartida desses convênios é exatamente a melhoria de indicadores da condição social daquele Município. O prefeito, na hora em que ele assina, tem um conjunto de metas instituídas pelo convênio, que são exatamente as que eu vou falar em seguida. Elas são direcionadas à área da saúde da mulher e principalmente ao enfrentamento da violência contra a mulher, nos casos dos pactos que fizemos. Então, os 180 Municípios em que temos esse convênio são auditados e acompanhados pelo Tribunal de Contas. A contrapartida desse convênio não é financeira, mas, sim, em indicadores. Caso o Município não cumpra, obviamente, ele vai ser auditado, vai ter rejeição de contas, vai ter toda uma lógica. Então, na área de saúde da mulher, de saúde da criança, na urgência e emergência, na rede de saúde mental e em outras áreas no campo da educação, o pacto foi exatamente esse.

Pode passar mais um eslaide, por favor.

Nesse mapa, todos esses Municípios aí têm metas estabelecidas pelo pacto para realização de oficinas temáticas de violência contra a mulher, para profissionais de saúde. Todos esses Municípios, que, no caso, totalizam aí 69 – 69 são 31% do que foi pactuado no Pacto do Desenvolvimento Social da Paraíba – vão ter que operar oficinas de formação para os trabalhadores de saúde.

Então, todo esse campo verde é onde a gente encontrou fragilidade nessa área.

Pode seguir, mais um eslaide.

O próximo mapa é outro indicador pactuado com os Municípios paraibanos, e aí são mais 30 Municípios, que tiveram como contrapartida solidária a elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Essa foi uma das estratégias que encontramos no ano passado para poder disseminar a atuação nessa área e nesse enfrentamento, e observando os indicadores locais.

E o próximo eslaide, o último: a gente tem aí sete centros referência espalhados ao longo do eixo do Estado. Esses centros estão hoje em hospitais e em serviços de referência municipal ou estadual, a grande maioria em serviços estaduais. Então, a gente tem essa disposição, a gente protocolou, vai protocolar exatamente um relatório de todas as ações – inclusive, o andamento do cumprimento da contrapartida solidária pode ser verificado também junto ao Tribunal de Contas e também junto ao próprio *site* do Tribunal de Contas –, que é exatamente como vem operando e se os Municípios vêm, logicamente, cumprindo com o que o pactuaram nessa área.

Acho que é isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Waldson, desculpe-me interrompê-lo, mas quero registrar já a presença do Dr. Claudio Coelho Lima, Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, que será escutado, com certeza, em seguida.

Obrigada.

Pode continuar.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Então, esse foi um resumo bem importante de todas as ações desde 2011. Acho que dá para, agora abrirmos para os questionamentos. Acho que está O.k.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, eu queria fazer um registro e considerar muito importante a presença não apenas dos que vão depor aqui, mas inúmeras autoridades da segurança pública.

Inicio pelas representações dos movimentos de mulheres aqui presentes, a Srª Lourdes Meira, Coordenadora-Geral da União Brasileira de Mulheres; a Srª Irene Marinheiro, Coordenadora do Centro da Mulher 8 de Março; a Srª Ângela Pereira, da articulação política da Marcha Mundial de Mulheres; a Srª Alexandra Camilo, Coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário; a Srª Lúcia Rocha, Secretária Estadual da Mulher, do PCdoB.

Também quero agradecer a presença da Coronel Socorro, representando o Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Euller de Assis Chaves; da Drª Maísa Félix, Delegada da Mulher titular em exercício; do Exmo Sr. Humberto Pontes, Diretor Geral da Polícia Científica, importante parceiro da nossa luta; da Drª Ivanise Olímpio de Almeida, Delegada Geral da Polícia Civil, cumprimentando-a por ocupar um espaço importante na estrutura da segurança pública, como Delegada; a Exma Srª Lúcia Silva, Secretária de Políticas para Mulheres de João Pessoa; o Sr. Márcio Leandro, Diretor do Instituto Médico Legal de Campina Grande, também importante parceiro na nossa luta; a Drª Renata Matias, Delegada da Mulher de João Pessoa; a Srª Liliane de Oliveira, Coordenadora do Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra; o Sr. Flávio Fabres, Gerente Operacional do DML de João Pessoa; a Exma Srª Juíza Antonieta Lucia Maroja Arcoverde, que aqui se posicionará; o Drª Duciran Farena, Procurador da República no Estado da Paraíba; o Delegado titular de homicídios, Dr. Everaldo Medeiros, com quem tem nós temos toda uma discussão sobre como se trata e se conduzem os homicídios de violência de gênero, acumulados também na mesma área.

Registrando estes aqui presentes, agradecemos a importante presença dos profissionais de segurança pública, cujo registro da presença demonstra uma preocupação com essa área.

Com a palavra, para seus questionamentos, o Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Obrigado, Presidente.

Quero até, antes de qualquer pergunta, só fazer um comentário. Quando a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, faz a pergunta sobre o orçamento, acho que, na exposição, fica clara até agora a razão da pergunta. A gente sabe, todos nós, que não há uma rubrica específica para isso, as ações são transversais, dá para se observar. Mas, mesmo sendo transversal a ação, é importante que tenhamos uma medida econômica da efetividade dessa política. E essa pergunta é feita, e fazemos para todos os secretários, em todas as áreas, em todas as audiências porque, através delas, podemos definir prioridade ou mudanças de prioridade. Então, essa é uma razão por que há alguns Estados que sequer conseguem responder, porque não têm uma política. Então, é importante que, se não tiver... (*Palmas.*)... os dados para nós agora, Secretário, passá-lo na sequência, até o fim desta reunião ou que seja enviado para nós para que possamos medir, num relatório, qual é a questão orçamentária. É esse o comentário.

Agora, quero fazer alguns esclarecimentos. A primeira questão que é interessante levar em consideração é que esta CPI tem uma característica diferente: não estamos nesta CPMI para investigar pessoas, mas para identificar a capacidade ou a debilidade das instituições do Estado brasileiro em executar uma política específica na questão da violência contra a mulher.

Então, isso é tranquilo, não há nenhum sentido de investigação pessoal, porque em outras CPIs investigamos pessoas por crime; aqui, não. Aqui, queremos saber se há debilidade ou não há na política e, se há, o que podemos até sugerir. Então, ela tem outra característica que não é essa de fazer investigação pessoal.

E, na sua exposição, está colocado – e para nós, aqui, não é surpresa, acho que para ninguém – a questão do sub-registro, da subnotificação. Mas isso está em todo o Estado brasileiro. Agora, é capaz de perceber qual é o nível de subnotificação? Porque, quando se vai planejar um serviço, tem-se uma meta para atingir. Neste planejamento feito, de que não temos conhecimento, é possível medir essa subnotificação? E já emendo a segunda pergunta: quantos Municípios estão, efetivamente, fazendo a notificação compulsória? Porque, se temos o número de Municípios que estão efetivamente fazendo, já temos uma noção também da subnotificação.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Waldson, Secretário de Saúde.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Deputado Dr. Rosinha, primeiro, vou relatar aqui com relação ao orçamento, porque é exatamente esta a condição: até o final... Já pedi aqui as informações oficiais do QDD do próximo ano e também as deste ano, mas o orçamento não é composto somente com rubrica estadual; inclusive, para todas as ações, ele tem uma composição do bloco de financiamento da saúde da mulher, de uma área específica do Ministério, e operamos e executamos essa parte do orçamento, e o Tesouro do Estado também tem feito e promovido ações de implantação de serviço nessa área com recursos próprios. Por isso, não vou me antecipar em números, porque não vou, logicamente, passar informação que divirja do real, mas vou trazer até o final.

A situação do nível da subnotificação. A subnotificação é um cenário muito preocupante para o SUS, não é só nessa área específica; nesta, mais ainda, tendo em vista a dificuldade que se tem, no momento da identificação de um caso de violência, de fazer com que aquela mulher compreenda a importância da notificação. E mais ainda: a quantidade de profissionais de saúde que se deparam com essa situação e não têm também hoje, a condição e a informação necessária de como conduzir o caso. Isso temos visto em praticamente todos os serviços da rede estadual e das redes municipais também. Foi, por isso, que, inclusive, colocamos como um dos pontos de pactuação para convênios que os Municípios preparem profissionais para que saibam, inclusive, conduzir essa situação.

Há, pelo que demonstrei ali, hoje, 69 Municípios preparando e realizando oficinas de formação para trabalhadores e para outros que já operam. Mas, é lógico, quando você me pergunta exatamente quantos Municípios realizam a notificação compulsória, posso dizer que isso é uma regra de todo serviço público, inclusive estabelecida por portaria. Todos os servidores públicos têm que fazer, mas cai-se no sub-registro; o serviço que não se faz é que é um problema. Se me perguntar se quantificamos isso, eu diria que não, não sei nem dimensionar e acho que qualquer gestor vai ter esse mesmo posicionamento porque, se você ou qualquer pessoa que esteja nesta plenária for olhar o número que temos ali, exatamente do ano de 2009 para o ano de 2012, verá que houve um aumento significativo, mas também verá que houve o aumento de serviços, o aumento de serviço de referência. Antes, não tinha nada, não havia parâmetro. Notificar quem? Avisar quem? Exatamente é esse o número. E se olhar o de 2009, havia 257 casos notificados no Estado da Paraíba, com 223 Municípios. Isso dá praticamente em 1%, 1,5% 1,2% por mês, por ano, se a gente olhar a média para cada Município. Se olhar 2011, foram 555 casos, o que é praticamente, o dobro; praticamente não, é o dobro dos casos.

Há uma situação de sub-registro muito problemática, mas a atribuo realmente ao acesso aos serviços de enfrentamento, à dificuldade e à responsabilidade que o trabalhador de saúde tem em fazer porque, geralmente, não é uma situação simples. E temos debatido isso dentro dos serviços de saúde em todos os locais. Quando ele se depara, obviamente, ele tem uma rejeição e uma conduta preocupante com relação à condução do caso, inclusive da denúncia.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Obrigado.

Secretário, eu até ia fazer um comentário que já foi feito, agora, pelo senhor. Eu observei, na hora em que fez a exposição, que há realmente o aumento da violência. Eu ia até fazer esse registro. Há o aumento da violência, mas também há a melhora da qualidade de captação dos dados; às vezes, a violência está no mesmo patamar, só que estamos captando mais informação.

E, agora, chegou aqui uma cópia por Município. Há alguns Municípios que, entre 2009 e 2012, não registram nada, é zero, coisa que é inacreditável. Por isso, não acredito.

Então – aí vem uma segunda questão –, há as ações que devem ser realizadas nesses Municípios. Acho que cabem ações. Quais são as ações planejadas pela Secretaria Estadual da Saúde, especificamente identificando esses Municípios para serem ativos na busca da informação? Pergunto quais são essas ações?

E vou fazer outra até para que a gente possa ir um pouquinho mais rápido. Observei meio rapidamente, de baixo para cima – então, posso ter me enganado –, quando foi exibido o mapa da Paraíba sobre aquelas oficinas de enfrentamento da violência. No mapa, apresentaram-se as regiões do Estado onde há oficinas. Tive a impressão de que a região metropolitana de João Pessoa é a em que menos ocorrem oficinas, só que é onde está registrado o maior número de homicídios de mulher. Tive essa impressão, não sei.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – É verdade.

Eu pedi para reprojetar o mapa no momento em que você observa.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Então, eu queria ver até entender por que nessa região não há as oficinas se é o local mais violento.

Há essas duas questões e depois encerro, com mais uma outra questão no final. É só para responder a essas duas.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Nesse movimento exatamente, por que eu destaquei esse mapa? Porque ele é fruto de uma pactuação em que identificávamos dificuldades, inclusive no registro. Pode acompanhar no seu mapa – esse é o mapa do Sinan – e olhar, por exemplo, na região de Monteiro, que esses Municípios estão inclusive pactuados.

Então, temos inclusive Municípios pactuados, porque existia uma fragilidade muito grande no enfrentamento e no registro desses números. Então, a identificação é exatamente a partir dos Municípios que não faziam e que não possuíam serviços de referência. Os serviços de referência são sete, hoje, no Estado.

E aí se V. Exª me perguntar, Deputado, qual é a necessidade, eu diria que, realmente, a necessidade de serviços de referência é muito maior. Não tenha dúvida. Só neste ano já ampliamos quatro ou cinco – não é, Iraê? – serviços de referência só para enfrentamento dessa situação.

E todos esses que estão aí no mapa são realmente os mais frágeis. No Estado, eles têm esta meta a cumprir: fazer e formar profissionais nessa área. Mas, obviamente, não é ainda o efeito total da ação. Esso é um movimento de construção, inclusive, de olhar o Estado para que consigamos sair.

E o outro termo, o outro mapa é mais objetivo e mais crítico também. Se você olhar o outro mapa também, vai identificar que...

Pode passar mais um eslaide, por favor.

Esses são os Municípios que nem possuíam plano de enfrentamento. Nem plano existia no âmbito municipal. Então, esses estão pactuados e, inclusive, há entre eles alguns críticos, alguns com números muito difíceis, entendeu?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, para registro das notas taquigráficas, o Deputado Dr. Rosinha. E já emende as demais perguntas, para que possamos dar maior agilidade.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Que bom que registrou e identificou onde sequer serviço há para poder executar.

Eu vou terminar agora. Na questão de qualificação de pessoal, Secretário, eu vou fazer três ou quatro perguntas.

Na questão de qualificação de profissional, que tipo de qualificação é feita, com que periodicidade, quem capacita e quem é capacitado? Acho que é interessante para clarear um pouco para nós.

A outra questão é: quais são os serviços de abortamento legal que estão em funcionamento? Eu pediria até para o senhor anotar.

A Secretaria de Saúde participa da capacitação de policiais para enfrentamento do caso de violência sexual?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Waldson, essa última pergunta o senhor anotou?

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – A Secretaria de Saúde participa da capacitação da polícia para enfrentamento de casos de violência sexual?

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – O.k.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – E a última pergunta que eu faço é: há registro, denúncia ou queixa de alguma mulher por violência na sala de parto? Porque isso já chegou na nossa CPMI também: violência em sala de parto. *(Palmas.)*

São essas as questões.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Concluídas essas perguntas, Deputado Dr. Rosinha, com a palavra – agora me informaram que pronunciei incorretamente o nome do Secretário de Saúde – o Dr. Waldson, da Secretaria da Saúde. Peço para agilizar suas respostas, porque a Senadora ainda vai falar.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – O.k. Vou iniciar aqui pela capacitação, certo?

Todo processo de formação, Deputado, que ocorre é identificado. Primeiro, é feita uma análise do mapa do Estado onde temos identificação de casos prioritários, os Municípios onde haja a maior incidência desses números, desses casos.

O núcleo estadual – em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – atua diretamente junto aos centros de referência. Quem capacita esses profissionais são os técnicos do Estado e também dos Municípios, no caso da parceria, quando há a identificação de Municípios que não têm nem serviço de referência, que são praticamente a maioria, mas que possuem algum tipo de serviço que atenda diretamente à mulher: uma maternidade de pequeno porte, um hospital de pequeno porte, um hospital geral ou serviços de atenção básica, o que, praticamente, todos têm.

Qual é a nossa preocupação hoje? É fazer com que a formação chegue praticamente à quantidade, à totalidade da atenção básica, que é a porta de entrada primeira do sistema. O fortalecimento junto às prefeituras é nesse sentido. Esse mapa que foi passado, a partir do pacto, fortalece principalmente a formação para os profissionais da atenção básica e, logicamente, às prefeituras parceiras, mas a formação é feita pelos técnicos do Estado e do Município.

Está respondida essa?

A outra questão foi sobre a notificação compulsória, não é isso?

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR)– A outra é só sobre....

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha, repetindo a pergunta.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR)– Só para lembrar: é questão dos serviços de abortamento legal que estão em funcionamento.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Waldson**.**

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – O serviço de abortamento legal do Estado é a Maternidade Frei Damião. É uma maternidade que é referência em alto risco e obstetrícia aqui no Estado. Esse é o serviço, hoje, de referência para esses casos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A terceira pergunta.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR)– É um serviço para todo o Estado?

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Há só esse serviço habilitado, tendo em vista que o único lugar onde se encontrava uma UTI materna nesse Estado era a capital. Não havia serviço de alta complexidade em obstetrícia em nenhum Município fora João Pessoa; nem o Município de Campina Grande possuía um serviço de referência para atenção à saúde da mulher com UTI e UTI materna. Então, a gente descentralizou isso para o sertão paraibano e hoje temos uma descentralização em obstetrícia de alto risco que é a Maternidade Peregrino Filho, em Patos. Uma demanda histórica da Paraíba era exatamente não ter serviço de referência em alta complexidade nos casos de gestação de alto risco e de referência à mulher de forma em geral, institutos que fizessem exatamente isso, a não ser as maternidades Candida Vargas e Frei Damião aqui em João Pessoa.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Então, para o abortamento legal, só há essa maternidade aqui. E as pessoas do interior como é que chegam?

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – A situação, até para o parto normal, as pessoas se deslocavam...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Sr. Waldson, eu repito os nomes aqui. Nas notas taquigráficas têm que ser registradas as palavras de cada um.

Pode falar.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Deputado, a gente tinha uma situação em janeiro de 2011 em que, até para o parto mais simples na Paraíba, a população tinha que se deslocar do último Município para a capital ou para o Município de Campina Grande. Essa era uma situação caótica na rede de saúde do Estado.

A gente teve que fazer uma intervenção muito grande na descentralização de serviços de obstetrícia e parcerias com hospitais filantrópicos. A gente abriu uma maternidade de alto risco no Município de Patos, uma maternidade nova, que inclusive foi aberta no mês de abril, e estamos descentralizando várias outras. Abrimos um hospital infantil em Sousa com obstetrícia e abrimos mais leitos de obstetrícia também na região de Cajazeiras. Ou seja, o sertão paraibano era completamente desassistido de qualquer intervenção de alto risco e hoje é contemplado.

Então, no projeto dessa maternidade do sertão paraibano é prevista já a implantação de centro de referência, a implantação de serviços de abortamento legal e outras ações, a exemplo de ambulatório de alto risco, para a gestação de alto risco, porque essa é uma coisa também muito complicada no âmbito do Estado.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR)– E tenho as duas últimas perguntas ainda.

A Secretaria de Saúde participa da capacitação de policiais para enfrentamento do caso de violência sexual?

E a última pergunta que eu tinha feito é se há algum registro de violência contra mulher em sala de parto. E fiquei curioso: com o serviço tão precário que estava, qual é o índice de mortalidade materna na Paraíba?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Concluídas todas as perguntas, há três perguntas, Dr. Waldson, para que o senhor possa concluir. A Senadora ainda terá outras questões.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – O.k. A participação da saúde com relação a outras áreas, a exemplo da segurança pública, neste momento, se dá com a participação em eventos, em articulação, que, no âmbito do Governo do Estado, é exatamente de forma pontual em regiões no Estado. A gente ainda possui uma estratégia que precisa avançar nesse aspecto, mas a Secretaria da Mulher e Desenvolvimento da Diversidade Humana tem uma lógica de interação próxima, para que a gente entenda essas necessidades.

A gente não está aqui também dizendo que está acontecendo, nem vai dizer que está acontecendo nada que não seja real, só que a situação de acesso das pessoas no Estado da Paraíba e – diga-se de passagem – das mulheres era muito ruim. Estamos fazendo a inversão de um processo histórico.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A pergunta a respeito da mortalidade materna.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Sobre a pergunta a respeito da mortalidade eu também vou ter que olhar o *site* agora. A gente tem isso publicado. No ano passado, acho que estávamos com índice de 14% – vou olhar agora. A gente baixou um pouco na mortalidade materna, mas não é satisfatório. Eu vou olhar o dado real, agora, para colocar. Inclusive está no *site* do Governo, mas tanto os de mortalidade materna quanto os de mortalidade infantil são números que a gente vem reduzindo ano a ano. Acho que houve uma redução um pouco maior no número de mortalidade materna do que na infantil.

**A SRª** **PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A violência na sala de parto.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – Olha, eu não posso lhe afirmar exatamente sobre casos de violência em sala de parto aqui neste momento. Não tenho registro e notificação de fato do tipo. Não posso lhe afirmar isso. Caso tenha, é preciso que a gente receba do próprio comitê, mas eu não posso lhe dizer aqui desta tribuna, porque realmente eu não tenho.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Waldson, nós temos um procedimento: para as informações que forem solicitadas e das quais o senhor não dispuser dos dados no momento, damos um prazo de 1 semana a 10 dias para que o senhor possa informar à CPMI em relação aos dados solicitados. Evidentemente, até o final da audiência, nós podemos realizar.

Podemos passar a palavra para a Senadora Ana Rita, que fará o seu questionamento, com certa objetividade, para que a gente possa escutar todos. São mais sete pessoas, e temos de escutar todas.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – É apenas uma pergunta, Secretário. Na sua fala, o senhor disse que foram criados sete centros de referência. A minha pergunta é: seria um centro de referência em cada Município? Se é dessa forma, qual o critério utilizado para escolha desses Municípios?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Waldson.

**O SR. WALDSON DIAS DE SOUZA** – O.k. São sete centros de referência. Estão posicionados e foram distribuídos pensando a lógica regional, e não a municipal, até pela capacidade que tínhamos de operar a descentralização desses centros. Então, eles estão localizados, se observarmos o mapa – foi retirado –, veremos que eles estão ao longo do eixo de todo o Estado, posicionados nas regiões de Guarabira, de Campina Grande, de Monteiro, em Patos, em Sousa e Cajazeiras.

Então, não é uma linha equidistante e há um problema muito grande de acesso para os centros ainda, tendo em vista que ainda são sete, embora fosse um número muito menor antes de assumir o Governo.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Alguns questionamentos que as pessoas aqui presentes queiram fazer podem ser encaminhados por escrito para a Mesa, para que a gente possa dar uma condução, garantindo os questionamentos necessários.

Senadora Ana Rita.

Nós agradecemos ao Dr. Waldson, lembrando que as respostas, até o final da audiência, podem ser informadas, e as respostas àquelas a que não tiver acesso aqui nós receberemos lá.

Muito obrigada, Dr. Waldson, Secretário da Saúde.

Vamos ouvir agora o nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Claudio Coelho Lima.

Sugiro, que, antes das suas palavras, a Senadora Ana Rita faça alguns questionamentos. Se o senhor preferir, pode anotar, em situação melhor, os questionamentos que ainda não lhe tenham sido passados e, em seguida, o senhor ocuparia o lugar, para que haja mais agilidade nas anotações das questões levantadas pela Senadora.

Aproveito a oportunidade, antes de passar a palavra para a Senadora, para registrar a presença da Srª Rosane Araújo e Oliveira, Promotora da Promotoria da Mulher de João Pessoa; da Srª Gilberta Santos Soares, Secretaria Executiva da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana; da Srª Liliane Targino, Ouvidora da Assembleia Legislativa da Paraíba; a Srª Elinaide Alves de Carvalho, Gerente Executiva de Equidade de Gênero; da Srª Gregória Benário, Assessora Jurídica da Promotoria da Mulher de Campina Grande; do Sr. Percival Henriques, Presidente do PCdoB de João Pessoa; do Exmo Sr. Washington França, Secretário de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba; de todas as autoridades do sistema de segurança pública presentes, o que nos garante um compromisso da estrutura; da Srª Sandra Marrocos, Vereadora de João Pessoa pelo PSB; da Srª Odete Ricardo, Presidente do CEDHOR de Santa Rita; da Srª Tatiana Oliveira, do Conselho Estadual da Mulher de Direitos Humanos da Paraíba; da Srª Lúcia de Fátima, técnica de proteção da Proteção Social Especial; da Srª Cida Ramos, Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado; e da Srª Valdênia Lanfranchi, Ouvidora de Polícia do Estado da Paraíba. Agradecemos a todos e a todas a presença.

Passamos a palavra à Senadora Ana Rita, Relatora, que apresentará seus questionamentos ao Secretário de Segurança Pública, que, após anotar as questões, ocupará o espaço.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Convidamos o Secretário para vir à tribuna. Seria muito bom se, neste primeiro momento, o Secretário fizesse uma exposição do trabalho da Secretaria, com esse recorte de gênero, para que depois possamos fazer nossos questionamentos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Exmo Dr. Claudio Coelho Lima, Secretário de Estado da Segurança e Defesa Social.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretário, antes de fazer sua exposição, vou repetir aqui duas perguntas que estamos fazendo para todos os Secretários presentes e demais autoridades, para que o senhor possa, na sua fala, responde-las.

Gostaríamos de saber, do orçamento da Secretaria de Segurança, o que está sendo destinado para as ações específicas no enfrentamento à violência contra a mulher. Esse é um dado. Outro dado de que gostaríamos de saber também é o que a Secretaria tem feito para diminuir a letalidade contra as mulheres e as demais violências que são cometidas contra as mulheres. São essas duas perguntas iniciais. Depois, faremos as demais, a partir da fala do senhor.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Claudio Coelho Lima.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Boa tarde a todos e a todas, meus cumprimentos a nossa Deputada Gilma Germano, à Exma Deputada Federal Jô Moraes, Presidente desta Comissão Parlamentar, à Exma Srª Ana Rita, Relatora da Comissão; ao Exmo Sr. Deputado Federal Luiz Couto; ao Exmo Sr. Deputado Federal Dr. Rosinha; Srs. Secretários e Srªs Secretárias de Estado. Aproveito para, em nome da minha amiga Cida Ramos, cumprimentar todos os Secretários presentes e servidores estaduais, principalmente em nome das mulheres, cumprimento a minha amiga Cida Ramos, que bem representa a classe das mulheres no Estado da Paraíba.

Srª Presidente, nós elaboramos uma apresentação, mas como não nos foi avisado que poderia ser projetada por meio de PowerPoint, peço licença apenas para falar. Acho que essa apresentação deve estar com o pessoal, mas para não atrasar o andamento da CPI e desses trabalhos, acho que poderemos ter essa conversa com os dados dos quais eu disponho.

O Estado da Paraíba agradece a presença das Srªs Deputadas desta Comissão e, por uma questão de cidadania e obrigação, as recebemos e os recebemos aqui no nosso Estado com o compromisso de prestar os esclarecimentos e, de forma transparente, dizer da nossa preocupação com o tema da violência contra as mulheres.

Nós temos no Estado da Paraíba nos últimos anos, é verdade, um crescimento grande da letalidade, principalmente pelos crimes violentos letais intencionais. Para se ter uma ideia, de 2008 a 2009, os homicídios cresceram em torno de 21%. E nesta mesma Casa Legislativa, nesta mesma Casa que representa o povo da Paraíba, demonstramos que no ano de 2009 para 2010 os homicídios cresceram 24,9%. Isso demonstra preocupação não só com o crescimento, mas com a velocidade do crescimento do crescimento. Um Estado que há 10, 12 anos apresentava menos de 500 homicídios por ano, uns 300 ou 400 homicídios. Esse número cresceu e no ano de 2010 nós contabilizamos 1.563 homicídios; no ano de 2011, na nossa gestão já, 1.680 homicídios. Na nossa gestão cresceu, de 2011 para 2012, 7%, mais precisamente 7,4%. Já, neste ano de 2012, estamos conseguindo reduzir essa curva, é claro, ainda não da forma como desejamos, mas de uma forma muito corajosa com que este Governo vem encarando, numa dificuldade muito grande.

É um Estado que por vários anos acumulou algumas deficiências, principalmente na segurança pública – como em todo o Brasil, aqui não é diferente –, por várias razões, por vários motivos e causas diversas, das quais a gente pode dizer que grande parte em razão do tráfico de drogas. Nesses 8 meses, nós conseguimos reduzir 7,89% dos homicídios em relação ao ano anterior. O Governo do Estado tem um compromisso com a sociedade e uma meta de redução dos crimes de 10% ao ano. Pode parecer pouco, mas se considerarmos um crescimento de homicídios de 25% ao ano, quebrarmos esses 25% e assumir mais uma quebra de 10% é certamente uma meta ousada.

Digo isso porque o tema da violência contra as mulheres está inserido nesse contexto geral. Não há como desconhecer que os homicídios contra a mulher no Brasil – e na Paraíba não é diferente – aumentaram. Nós tivemos coragem. As entidades que defendem e que de certa forma acompanham a criminalidade contra a mulher noticiaram números até menores que o nosso, e nós tivemos coragem de dizer: “Não, a situação ainda é pior do que está sendo noticiado. Precisamos dar as mãos em relação a isso.” Em 2011, foram 146 homicídios contra a mulher na Paraíba. Neste ano, já somamos 100 homicídios. Isso nos despertou e nos preocupou demais.

Mesmo estando diante de uma diminuição dos crimes em geral, até porque em João Pessoa conseguimos reduzir, desse período até agora, em agosto, 13,1%, em Campina Grande, essa redução chegou a 15%. Isso ocorreu em toda a região, em vários Municípios, porque dividimos o Estado em três grandes regiões. A segunda região grande é Campina Grande, que engloba muitos Municípios, e houve uma redução de 15% naquela regional. Mas essa mesma proporção, esse mesmo percentual não acompanhou os crimes contra as mulheres. Isso serve de preocupação.

Srª Presidente, observamos, em alguns Estados – até porque trabalhei em outros Estados – principalmente em Pernambuco, que os homicídios de uma forma geral contra as mulheres, dependendo do Estado, têm variado de 7% a 9%, até quase 10%. Estou me referindo aos crimes em geral, aos homicídios, principalmente, que são os crimes mais graves. Tenho observado que a violência doméstica não pode ser presa apenas ao homicídio. Mas por que tratar o homicídio? Porque é o crime mais grave? Sem dúvida, o maior bem jurídico que merece a primeira proteção é a vida.

Na Paraíba, temos um percentual de 9%, quase 10%, porque nós tivemos até o final de agosto 1.016 homicídios. Se nós tivermos 100 homicídios contra as mulheres, são quase 10%; então, são 9,8%, talvez. Isso demonstrar o quê? Isso vem demonstrar um crescimento. Em Pernambuco, até 2010, essa taxa chegava a mais de 7%. Dos crimes em geral contra os homens, todos o crimes, mais de 7%; chegamos a mais de 9%.

Observamos um fenômeno, um triste fenômeno, e isso vem somar-se a uma situação muito mais preocupante, que é a situação das drogas no País. Em nenhum Estado hoje no Brasil, há uma política eficiente contra as drogas.

O Poder Legislativo é muito importante neste momento que o Brasil passa. Precisamos acordar para o tema gravíssimo, que é o problema das drogas. Por que digo isso vou explicar mais à frente. Não há uma política nacional com essa preocupação, nem nos Estados ricos, sempre cito isso, como São Paulo, e um Estado menor, como é o caso do Espírito Santo, com uma das maiores rendas *per capita* do País, existe uma política eficiente de enfrentamento dessas drogas. E aí a gente observa que as mulheres sofrem hoje a violência doméstica; as mulheres sofrem a ação da criminalidade. E a gente observa cada vez mais o crime também, principalmente do tráfico de drogas, inserindo as mulheres. Era muito difícil uma mulher ser presa no País em razão do tráfico.

Tenho aqui uma estatística, Srª Presidente, Srª Relatora – já deve ter sido passado para as senhoras esse material, tenho certeza –, que demonstra um trabalho feito pela Secretaria a respeito da motivação, e observamos, por exemplo, aqui, que, em João Pessoa, dos homicídios contra as mulheres, 40% das mulheres foram mortas por causa das drogas. Isso apurado nos inquéritos. São 40%, porque a mulher, de alguma forma, é levada a essa situação. O companheiro que está preso, como exemplo, exige que sua companheira continue com a atividade criminal. E, por essa razão, hoje, nessa disputa, nessa guerra do tráfico, as mulheres também estão morrendo. Então, a gente observa que, dos crimes em João Pessoa que envolvem violência doméstica, somente 30% – é o que foi apurado nesse trabalho feito – referem-se à violência doméstica. No Estado todo aumenta, porque, no interior do Estado, quando se sai dos grandes centros, há uma característica diferenciada e aí passam de 40% os crimes de violência doméstica.

Essa violência doméstica, que preocupa muito a sociedade e todos nós, depende também de ação articulada. É por essa razão que nós temos aqui conversado muito com a nossa Secretária da Mulher e da Diversidade Humana, tentando articular ações com toda essa rede de proteção. Nós temos aqui a doutora e colega também de vocês, Deputada Iraê Lucena, a nossa Cida Ramos. Nós temos procurado os Municípios; nenhuma ação com êxito pode ser pode ser realizada sem a participação das outras Secretarias, e principalmente do Município, razão de traçarmos alguma política em conjunto. Essa ação não depende apenas da ação policial.

Se formos observar os crimes contra a mulher, eles se concentram, na maioria, em alguns Municípios, principalmente nos grandes centros. No nosso caso aqui, é mais na região metropolitana e em alguns Municípios do interior. Emmais de 60% dos Municípios não houve crime, pelo menos de homicídio, contra a mulher. Esse é um dado importante. Isso, de alguma forma, até vem facilitar o trabalho, porque nós temos uma situação mais concentrada. E nós estamos em plena articulação com os Municípios. Esse trabalho vem sendo bem recepcionado pelos Municípios e nós acreditamos que, daqui para frente, nós possamos ter mais êxito, principalmente nesse crime de violência doméstica.

Os casos que envolvem principalmente o tráfico de drogas e outros crimes dependem de uma ação mais forte da polícia. A esses casos, nós esperamos, nos próximos anos, dar uma resposta, dentro de um planejamento, no Governo, de enfrentamento da criminalidade com uma meta de redução de, no mínimo, 10% ao ano. É um compromisso que está escrito no plano de meta, do ponto de vista operacional, de reduzirmos, no mínimo, 10% dos crimes na Paraíba. E o caso das mulheres, sem dúvida, está dentro dessa forma, desse compromisso, desse planejamento assumido. E nós acreditamos que estamos no caminho certo, porque, até agora, em agosto, nós conseguimos reduzir quase 8%; ou seja, 7,89%. Esperamos até dezembro, se Deus quiser, atingir essa meta dos 10%.

Nesses crimes das drogas, observamos cada vez mais a participação de grupos que começam a se organizar, e a mulher acaba sendo vítima deles. Nós estamos investindo na inteligência policial. Nós observamos também que o homicídio contra a mulher, principalmente na violência doméstica, nunca vem dissociado de outros precedentes. E aí eu me refiro à ameaça.

Dentro do planejamento operacional nosso, nós incluímos alguns trabalhos que são permanentes, como, por exemplo, uma operação chamada Contra-ameaça. Ela é uma medida, é um trabalho que procura prevenir o crime contra a vida, do ponto de vista da polícia judiciária, mas ele também tem um diferencial com relação às mulheres.

Qual é esse diferencial? O diferencial é que a gente observa que, no Brasil, há uma cultura muito caótica, muito triste com relação às ocorrências policiais. Muitas mulheres, ao chegarem numa delegacia, muitas vezes, nem querem registrar ocorrência, porque a ideia que se tem, Presidente, é que às vezes a mulher, ao registrar uma ocorrência, reclamando de uma ameaça de seu companheiro ou de alguém da sua proximidade, alguém ache: “Ah, isso é problema de namorado; isso é problema do marido.” E às vezes não querem nem registrar. Na Paraíba, nós obrigamos que a delegacia, através de portaria, registre...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, o senhor daria só uma licença?

A Relatora gostaria de situar algumas questões e o senhor, depois, retomará a continuidade do trabalho.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Fique à vontade.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Claudio, o senhor faz referência ao tráfico de drogas e eu não quero que o senhor passe para outro tema sem eu fazer algumas perguntas com relação a isso.

Realmente, nessa questão do tráfico de drogas, o senhor tem razão. Ele é um problema que está se apresentando como um problema que precisa, de fato, ser trabalhado. Ele é um fenômeno desses últimos tempos, e as mulheres têm sido vítimas desse fenômeno. Só que eu quero fazer aqui uma ponderação. Nós não podemos permitir que esse debate do tráfico de drogas e do envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas venha colocar em menor peso a questão da violência doméstica. (*Palmas.*)

Por que eu digo isso, Secretário? Por que estou dizendo isso?

O Estado da Paraíba hoje, dentro do mapa da violência do Instituto Sangari, se apresenta como o sétimo Estado com o maior índice de violência contra as mulheres e de violência doméstica. É aquela praticada pelo marido, ex-marido, namorados. *(Palmas.)*

A capital de João Pessoa está em segundo lugar em homicídios contra as mulheres. Também são homicídios, de acordo com o mapa da violência, praticados pelo marido, ex-maridos, e que são caracterizados como violência doméstica. Vitória, capital do Espírito Santo, que é o Estado do qual eu sou originária, está em primeiro lugar.

Então, isso não quer dizer que, ao levantar a questão do tráfico de drogas, nós podemos, de forma alguma, menosprezar esses dados da violência doméstica. É uma responsabilidade do Poder Público enfrentar isso também, como enfrentar também o tráfico de drogas.

Eu queria apenas que o senhor falasse um pouco sobre isso, porque o senhor disse que ainda não há uma política nacional de enfrentamento ao tráfico de drogas, que está matando mulheres. Mas, independentemente, de não haver uma política nacional, é importante que o Estado comece a pensar esse novo fenômeno da violência contra a mulher e que tem esse viés do tráfico de drogas.

Então, esse debate foi muito colocado hoje, pela manhã, quando visitamos o Centro de Referência, porque para pensar a violência contra a mulher, o enfrentamento a essa violência quando se tem também o recorte do tráfico de drogas, é preciso pensar políticas diferentes para fazer esse enfrentamento. Por exemplo, o Centro de Referência, hoje existente na Paraíba, assim como existem em outros Estados, foram criados para atuar no enfrentamento à violência doméstica, que é uma realidade. Quando nós estamos falando do enfrentamento à violência contra a mulher com recorte do tráfico de drogas, a realidade é outra, porque, ao receber uma mulher que está sendo ameaçada dentro de casa e que tem a causa no tráfico de drogas, essa violência pode também chegar ao Centro de Referência, e os profissionais que atendem no Centro de Referência, muitas vezes, ficam vulneráveis diante desse fato. (*Palmas.*)

O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que, além das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, à violência doméstica – e hoje temos Centro de Referência e delegacias que precisam ser cada vez mais fortalecidas, cujos profissionais precisam, de fato, serem capacitados –, é importante saber – e aí faço a pergunta – se a Secretaria já começou a pensar políticas específicas para essa realidade, porque a violência doméstica também está associada ao tráfico de drogas Essa é uma realidade que o senhor está apresentando aqui e com que nós também também concordamos.

Na conversa, hoje cedo, com o Governador, ele também levantou essa questão, essa problemática. Mas acho que fica o desafio: como criar políticas para que possamos enfrentar a violência doméstica associada ao tráfico de drogas? A minha pergunta é: a Secretaria de Segurança já está pensando sobre isso? Tem feito esse debate? Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer imediatamente. *(Palmas.)*

(*Manifestação da plateia.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A palavra está com o Sr. Secretário, para que ele dê continuidade.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Eu parti de um geral, de uma criminalidade geral, para chegar ao especial, que era exatamente a violência doméstica. Eu estava exatamente tratando do tema que precede o mais grave, que é o homicídio contra a mulher. A ameaça, um dos itens que a gente tem observado, contra a mulher e a agressão são os primeiros crimes que as delegacias recebem. Do ponto de vista policial, a agressão, no seio do lar, e o crime de ameaça têm acontecido.

Eu queria dizer exatamente isto: nós estamos agora chegando, na violência doméstica, naquilo que é específico, e estamos trabalhando, sim, preocupados com essa realidade, tanto o é que eu comecei citando aqui Cida Ramos, que é a Secretária de Desenvolvimento Humano e que hoje desenvolve política em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública. A Secretaria Especial da Mulher e Diversidade Humana também está em conjunto com essa preocupação. E, do ponto de vista estritamente policial, nós fomos um dos únicos Estados que obrigamos que a delegacia faça o registro da ocorrência e cuide do caso, mesmo sem nenhuma testemunha, porque sabemos que, por aí afora – e acontecia aqui também, não podemos esconder, não, Presidente –, em alguns casos, quando a mulher chega pela segunda, terceira vez, sequer querem registrar: “Ah, mas a senhora não trouxe testemunha; isso é uma briga de casal.” E para haver essa obrigação, nós assinamos um normativo obrigando que seja recepcionada a mulher de qualquer forma, mesmo sem nenhuma testemunha, e que seja, imediatamente, o suposto agressor intimado e buscado na residência. Isso tem sido feito aqui. Essa é uma primeira preocupação.

Quanto às outras políticas, principalmente a de acolhimento e os encaminhamentos, não há como a polícia fazer sem a articulação com outras secretarias. É o que estamos fazendo. Temos nove delegacias da mulher. Isso é pouco. Mas se considerarmos que Estados mais ricos têm menos do que a Paraíba, um Estado pobre, nós podemos dizer que estamos no caminho certo. Não podemos, Presidente, abrir delegacias sem efetivo. Encontramos um Estado em que a Polícia Civil, em 2005, tinha 2.500 policiais civis, hoje, tem 1.800.

O Governo do Estado tem contratado policiais civis e militares, mas ainda é muito pouco. Não se contratam policiais da noite para o dia, isso demora, no mínimo, 2 anos. São 6 meses para realização de concurso, mais um tempo de formação, mais um tempo para contratação. E o Estado da Paraíba, é bom que se diga, no primeiro ano, em 2011, foi administrado mediante liminar, porque ele excedia o limite de responsabilidade fiscal, o limite legal, porque a folha de pagamentos não permitia que o Governo pudesse contratar um servidor sequer.

O que acontece é que o Governo vem trabalhando com muita disposição para poder contratar. Contratou uma turma de policial civil no ano passado. Temos outra turma para contratar agora, já foi até formada, estamos em atraso, sim, porque já era para ter contratado. A Polícia Militar já contratou em torno de 700 policiais. Temos deficiências graves e profundas que precisamos consertar ao longo desse período e que vêm sendo trabalhadas.

Eu acho que a ideia, em termos de delegacia, é se passe a criar grupos dentro dos próprios Municípios e delegacias especiais para tratar o tema da mulher. Mas não adianta enganar a população e dizer que vai abrir uma delegacia em cada Município. É um Estado próprio com 223 Municípios. É impossível hoje abrir delegacias em todos os Municípios por falta simplesmente de efetivo. Se fosse para construir um prédio, ou alugar e colocar uma delegacia da mulher seria possível fazer, mas nós não queremos fazer isso. É muito mais importante uma política séria, porque esse tema depende muito mais de policiais capacitados do que de prédios.

É com essa visão que a gente vem encarando essa situação. É o segundo ano de governo. Este tema está sendo muito tratado e articulado com outras secretarias. Até no nosso planejamento este tema é lembrado, como eu falei, que é a operação contra ameaça do ponto de vista policial tratar de forma diferenciada. E estamos avançando, sim. Temos certeza de que este Estado dará resposta na diminuição dos crimes contra a mulher, principalmente na violência doméstica.

Por que comecei falando das drogas? Porque não podemos deixá-la dissociada... Porque, muitas vezes, do tráfico acaba surgindo a violência... Existe um liame muito estreito, às vezes, em alguns casos, a gente notou que não dá para separar isso. A mulher foi morta exatamente em razão disso, dessa situação. Então, há uma linha muito estreita quando a mulher entra nessa situação e, às vezes, até difícil de identificar. Essa é uma verdade.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só esclarecendo, o procedimento da CPMI realmente é a escuta, a gente ter a informação, o diagnóstico. Nós temos aqui alguns questionamentos depois. Então vamos ter um pouco de paciência para escutar os questionamentos da CPMI e as respostas do Secretário, e depois vamos escutar o movimento social, a sociedade civil, que vai fazer o relato da sua opinião. Porque é uma condução que nos interessa certa tranquilidade para escutar as autoridades, para que a gente saia daqui com uma visão clara das dificuldades que enfrentamos.

Com a palavra, retomando os questionamentos, a nossa Relatora, a Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu quero fazer um registro, Secretário, porque a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está-se propondo, ao final dos trabalhos, eu como Relatora vou apresentar um relatório e vou propor, juntamente com os demais Parlamentares que compõem esta Comissão, que criemos uma comissão especial de acompanhamento dessas situações todas após a CPMI. Uma comissão permanente, para que nós possamos monitorar a política de atendimento às mulheres em situação de violência em todo o País. Então, o Legislativo está se propondo a fazer isso.

Mas eu gostaria também de fazer outra colocação. Nas diligências que nós fizemos, nas reuniões que nós fizemos, no dia de ontem e hoje também, nós ouvimos que há um grande obstáculo quando as pessoas, as mulheres, procuram as delegacias para fazer o registro, porque ainda continua exigindo que – não sei se em todas ou em quais são, mas essa constatação nós a obtivemos –, para fazer o registro da ocorrência, a pessoa precisa levar uma testemunha. E nós sabemos que isso não é necessário. Não precisa haver testemunha. O relato da mulher já é suficiente para fazer o registro.

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre se isso realmente tem acontecido, se isso é real e, se estiver acontecendo, que providências a Secretaria pensa em tomar.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Eu acabei de dizer que isso acontecia. Se algum fato desses ainda estiver acontecendo, eu quero lhe dizer que é contrariamente a uma disposição normativa da Secretaria ao que está determinado. Inclusive eu peço que depois, a nossa delegada geral, que está aqui também e que coordena as Delegacias da Mulher no Estado, que apresente esses documentos à Comissão, a cópia desses documentos publicados no *Diário Oficial*, porque isso é caso de penalidade de servidor.

E o que a senhora perguntou é verdade. Eu recebi uma senhora de quem exatamente foram exigidas duas testemunhas. Eu chamei a Delegada na mesma hora... Fica naquela história do mal-entendido... Mas eu lhe garanto que, hoje, se estiver acontecendo um fato desses é uma exceção, e nós vamos apurar.

**A SRª** **PRESIDNETE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu quero apenas registrar que nós estivemos na Delegacia de Mulheres de João Pessoa, na qual a nossa delegada geral lá compareceu também, e esse mesmo questionamento nós o fizemos. Foi declarado que não se exigem testemunhas para abrir inquérito.

Acho que é importante nós fazermos essa declaração, porque, se em algum momento isso houver ocorrido ou alguém tenha o testemunho que possa nos informar, nos entregar por escrito para que possa ser apurado se efetivamente houve, qual foi a exigência, qual foi a vítima, porque nós não podemos deixar no ar.

Penso que o Secretário de Segurança tem razão: qualquer caso nesse sentido é caso de punição ao servidor público. Logo, a CPMI está aberta para receber da sociedade civil e para encaminhar à Secretaria de Segurança casos concretos que tenham sido registrados e que possam servir de aperfeiçoamento.

Eu queria dizer também que a Rede Feminista de Saúde nos questiona, inclusive com a palavra do Secretário de Saúde também, sobre a necessidade, Secretário, de haver uma política de intersetorialidade de combate ao enfrentamento da violência. Isso porque o senhor citou que sem essa intersetorialidade não apenas no interior do Executivo, mas também com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria não é possível avançar nesse processo. Outras questões colocadas pela Rede Feminista e eu as retomarei ao final.

Com a palavra, o Deputado Dr. Rosinha para os seus questionamentos.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Sr. Secretário, obrigado pela presença.

Nós recebemos esse documento da Secretaria, diagnóstico do CVLI (Crimes Violentos Letais lntencionais), contra a mulher na Paraíba, em 2012. Em uma das páginas há um gráfico que diz respeito à motivação do CVLI como vítima do sexo feminino no primeiro semestre de 2012. Aqui, mostra a violência doméstica com 29%; o envolvimento com drogas, 31%; estupro seguido de morte, 3%; vingança, 16% e os demais a definir, 18%.

Quer dizer, esse próprio gráfico da Secretária demonstra que as vítimas do sexo feminino, no primeiro semestre de 2012, foram 31% das mulheres. Quanto às demais, foram outras as razões de violência.

Claro, V. Sª está dizendo que houve um crescimento do número de vítimas pelo envolvimento com drogas. Mas boa parte destes 31% acabam se envolvendo com drogas, mas a causa da violência ainda acaba sendo a relação de gênero, porque há uma imposição. Então, mesmo que as drogas tenham ganhado peso, nós poderíamos trabalhar que 80% ainda são de violência de gênero, se eu dividir meio a meio. (*Palmas*.)

São dados oficiais da Secretaria. Então, ao fazer essa análise, assim eu os avaliei, porque se estão definidos 18%, estes 18% ainda podem ser decorrentes de drogas ou outras relações.

O que é a classificação de vingança? Vingança do marido, do ex-marido, do namorado, isto é importante esclarecer, porque é um dado que não nos informam corretamente isso.

Então, eu faria esses comentários e perguntaria como o senhor avalia esses dados em função do colocado?

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Deputado, bem colocado. Esses dados são até junho apenas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, um momento apenas. É que sempre registramos para as notas taquigráficas para que eles possam saber as informações.

Eu aproveito a oportunidade para complementar a pergunta. O levantamento do mapa da violência do Instituto Sangari não mistura homicídio de mulheres por drogas e por crimes passionais. O retrato é da violência de gênero de homicídios. Nós temos, em 2010, a constatação de que, no caso, a Paraíba, que tinha 6.0 por 100 mil habitantes, e por isso era o sétimo no Estado, João Pessoa tinha 12.6 por 100 mil habitantes. Nós não estamos tratando de homicídios no geral. São os “feminicídios”. Eu uso dados de 2010 porque, aqui, o Deputado Dr. Rosinha colocou muito bem, nós não estamos investigando pessoas, nós estamos investigando a ação das instituições, das políticas.

O senhor teria algum indicador de o porquê, no Estado da Paraíba, no ano de 2010, o “feminicídio”, as mulheres assassinadas por seus companheiros, namorados, maridos, em situação doméstica, em João Pessoa, era o dobro em termos dos crimes que ocorriam no interior da Paraíba – Isso como continuidade à colocação feita pelo Deputado Dr. Rosinha–?

E quais são os indicativos de novas políticas responderem a uma presença tão forte da violência doméstica?

Eu gostaria que o senhor pudesse dar algum indicativo sobre quais políticas da Secretaria de Segurança – faço minhas as preocupações da Senadora Ana Rita, assim como expressei para o Senador Ricardo Coutinho que fazemos muita questão de não diluir... Há uma violência geral? Há. Há o crescimento da violência fruto das drogas? Há. Mas nós temos também um crescimento específico da violência doméstica, que começa, e aí me interessou saber desse serviço que o senhor falou de contra-ameaça, no caso específico da política de enfrentamento da violência doméstica. Esta é uma questão que queremos tratar em separado; a violência decorrente das drogas. Também vamos tratar da interseção das drogas com a questão da violência doméstica.

Por que João Pessoa tem o dobro do percentual de homicídio do Estado da Paraíba?

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Eu gostaria, Deputado, de passar para o senhor esses dados que estão atualizados até agosto, porque esses dados são do primeiro semestre, por isso que tem essa diferença. Por gentileza, eu peço que os receba.

Deputada, eu gostei, Presidente, da intervenção com relação a esses dados. Isso dá uma polêmica danada quando se fala nesse negócio de dados. Eu espero não trazer uma análise diferencial do que eu quero dizer. E o seguinte: no Brasil, não é na Paraíba não, existe uma confusão muito grande em termos de qualificação de dados; quando se fala em quantidade até que se chega próximo. Esses dados que o Deputado apresentou são dados retirados do inquérito policial.

A Paraíba sequer... A senhora me perguntou até 2010. Muito bem. Esse mapa da violência, o Instituto Sangari apurou só até 2010. Esta gestão começou em 2011. Não há como traçar de que maneira esses dados o instituto projetou. Até porque sequer na área de segurança pública – eu me refiro à segurança pública – havia estatística, sequer havia registro. Porque ainda hoje o sistema de segurança não é informatizado. São dados manuais que se pega sei lá de que forma. E pelo que eu sei, o Instituto Sangari buscou esses dados na saúde.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – No Sistema Único de Saúde, nas notificações, em um registro concreto.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Mas, Presidente, os dados da saúde são dados corretos, mas eles não são completos. Porque muitos dados que não passam pelo IML (Instituto Médico Legal) não apareciam. Tanto é que se a senhora me perguntar se esses dados podem ter alguma diferença, podem sim, pelo seguinte, porque esses dados que nós apresentamos são mais quantitativos. Não havia estatística. Só a partir deste ano, o ano passado, que nós construímos grupos de análise criminal estatística. E essa estatística está fundada, a principal fundamentação desta análise criminal estatística, é feita a partir dos registros de ocorrências e dos inquéritos policiais. Esses técnicos fazem essa análise...

(*Falha na gravação.*)

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** –... um dado de 18% para esclarecer. Porque, no Estado da Paraíba – no Brasil é assim, podem ter certeza – em grande parte dos inquéritos policiais não chega à autoria. Aqui a gente tinha que os crimes esclarecidos variavam de 5% a 7% só. E pelo Brasil, e por aí afora, essa é a verdade que muita gente não fala, era de 5% a 7%. Hoje nós conseguimos melhorar esses dados sim, mas estão longe... Os crimes contra a mulher a gente chega, dependendo do mês, a 40%, 50%, 60% de esclarecimentos. Mas esses dados que ele citou lá de 18% são exatamente desses inquéritos que não haviam sido concluídos. Nós temos casos que não chegamos à autoria. É verdade. A gente tem coragem de dizer. Só que isso era muito pouco, era de apenas 7%. E o próprio CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, sabe disso. Luta no Brasil, inclusive com a Meta 2, para a conclusão de inquéritos e para que se melhore a eficiência tanto da Justiça como a da polícia. Essa é uma verdade dos casos que saem da polícia. Por isso que nós triplicamos o efetivo da Delegacia de Homicídios e procuramos melhorar, até com capacitação, para melhorar a eficiência da polícia.

Mas, na realidade – isso é no Brasil –, a qualidade dos dados são bastante ruins.

Então, quando a gente discute a motivação, pode ter falha sim, porque essa análise é feita em cima do inquérito policial, principalmente dos inquéritos que chegaram à autoria, porque se tem um registro, se tem um fato, tem uma autoria, tem materialidade e laudo pericial. A partir daí fica mais fácil analisar. Mas pode haver falha, porque, no Brasil, este Instituto Sangari, se ele tivesse uma correta de dados melhor, certamente eles forneceriam mais dados.

Então, eu não tenho como responder de 2010, porque a Paraíba era o segundo pior em 2010. Eu não sei de que de forma era contabilizado isso, porque não havia estatística na Paraíba. É bom que se diga isso. E esta Casa já tem sido muito fértil ao falar dos crimes, mas até 2010, se a Paraíba era segunda, se era terceira, acho que essa discussão é muito ruim para a gente, mas não estávamos aqui.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, a Senadora relatora e o Deputado Dr. Rosinha vão levantar alguns questionamentos.

Vamos fazer o seguinte, em primeiro lugar, temos a confirmação da ausência de inquéritos. É só acompanhar e tomar consciência, pois vamos escutar aqui, dos relatos do grupo Mães da Dor, que tem não resolvido um conjunto de inquéritos de assassinatos que ainda estão por vir, assassinatos estes que vamos querer encaminhar a partir do dossiê que elas vão apresentar ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, mas que vamos querer a cooperação da Secretaria de Segurança, no sentido de tomarem, em suas mãos, como um compromisso a partir da nossa CPMI (*Palmas.*) de um grupo especial de trabalho para responder essas questões que são apresentadas pelas Mães da Dor.

Vamos passar e informar ao senhor, o Deputado Dr. Rosinha e a Senadora vão elencar uma série de questões que não foram respondidas pelo Secretário. Nós costumamos, Secretário, de dar um prazo – se senhor não tiver as informações solicitadas em mãos, a gente dará um prazo para que o senhor tenha tempo de passar as informações conjuntas.

Quando nós discutimos os atos de 2010, é que não estamos discutindo pessoas, estamos discutindo que há um caso grave aqui, que é essa concentração em João Pessoa, e nós estávamos perguntando ao senhor não responsabilidade, mas qual a política pública que a Secretaria de Segurança está apresentando diante de um dado concreto que está aí. Esta é a nossa preocupação.

Vamos passar a palavra para a Senadora e, em seguida, para o Deputado Dr. Rosinha, que vai elencar inclusive o conjunto das questões que o senhor ainda não respondeu, para o senhor ir anotando, para que possamos ter o resultado.

O Deputado Dr. Rosinha vai elencar o conjunto das questões. Se o senhor tiver oportunidade, se for possível anotá-las para responder ainda hoje, senão a CPMI aguardará.

Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – É até mais um comentário, porque como eu havia feito um questionamento em cima do gráfico anterior, o Secretário fez o obséquio de me passar os dados mais recentes.

Eu observei que se antes, o envolvimento com drogas, os homicídios eram de 31%, nesses dados que o senhor passou, são 29%. Portanto, confirma-se aquilo que eu havia dito anteriormente. E essa classificação, mostra passional, que eu entendo então passional, fica muito claro que é violência de gênero, que aí são 42%.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Correto.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – De qualquer maneira, o preconceito ou é de gênero, ou é étnico, da cor da pele: 3%. Mas acaba sendo também uma violência de característica também do machismo. Rixa entre duas mulheres, provavelmente não. Provavelmente entre um homem e uma mulher: 6%. Fútil, o fútil é muito compreendido numa relação de gênero também, isto dão 57%. Fica, depois, erro de pessoa: 9%, e latrocínio: 5%, além daqueles de drogas.

Quer dizer, são dados que demonstram aquele comentário feito pela nossa Presidenta sobre o crescimento da violência contra a mulher, principalmente na região metropolitana de João Pessoa.

E quando o senhor coloca a questão do homicídio como dado incorreto estatisticamente, sabemos que, muitas vezes, algumas mortes não são classificadas como homicídios. Há a tentativa de morte, há a tentativa de homicídio, não morre; vai para o hospital, é internada e depois de algum tempo, por uma infecção, por uma pneumonia ou por qualquer razão, a razão da morte já não é mais o homicídio, mas, sim, o que está registrado no atestado de óbito, que é outro motivo. O que significa que diminui também tanto o homicídio masculino, como o feminino, ou como violência no trânsito. Ou seja, diminuem as estatísticas.

Mas acho que na hora em que vamos fazer um estudo profundo, temos que ter uma Secretaria preparada para fazer esse enfrentamento.

Quando o senhor coloca que abrir delegacias não diminui a violência, concordamos plenamente. A delegacia já é o ponto de denúncia e as primeiras delegacias de que me lembre, pelo menos do meu Estado, era por uma discriminação positiva que se abria delegacia específica, com o papel específico, porque tínhamos que as delegacias totalmente masculinas, no geral, eram uma afronta para a mulher, geralmente eram. E, hoje, às vezes, até alguma delegacia de mulher é afronta na maneira de atender, atende mal. Então, quando a gente tem a preocupação, oportunidade em que perguntei quais são as ações específicas para redução da violência, o senhor disse-nos: “Abrir delegacias”. Não. Abrir delegacias não é uma ação para redução de homicídios.

Aí, pergunto: qual é a ação da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba dentro de um planejamento? Porque o senhor, ao assumir a Secretaria, tem-se de planejar a repressão ao crime, mas tem-se de planejar políticas públicas, transversalmente com outras secretarias, sei que não é sozinha, para a diminuição da violência.

E é importante, o senhor disse bem: eram só 7% das investigações dos inquéritos que concluía. Quanto mais concluir melhor será, porque a impunidade no nosso País é, muitas vezes, a razão do crime. Se “cara” não é punido, ele continua.

Quero só fazer a última intervenção, que é o seguinte: Instituto Médico Legal. Qual é a preocupação do Governo, da sua Secretaria sobre esse tema?

Estamos viajando pelo País e o Instituto Médico Legal é problema em quase todos os Estados. Desde a maneira de abordar a pessoa que vai até lá, se for para corpo de delito, até a qualidade dos exames, dos laudos. Inclusive, quero, depois desta audiência, sentar, se possível, com o senhor ou com o diretor do IML, nós queremos nos sentar, para fazer um debate sobre a qualidade de laudos do Instituto Médico Legal aqui da Paraíba.

Então, são esses questionamentos que faço, Sr. Secretário.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Claudio, só para aproveitar, porque aí o senhor responderia em bloco, a Senadora faria os seus questionamento e o senhor poderia...

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Pode ser que eu esqueça. Por isso que eu não estou respondendo, há esse detalhe.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Está bom. O senhor aguarda aí. As questões que ele colocou o senhor já as registrou.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** –Ele falou a respeito da qualidade das estatísticas, da motivação, da política para as mulheres e mais sobre o laudo, agora.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Isso. A Senadora coloca, e o senhor responde em bloco, para que possamos dar continuidade.

Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Na verdade, Secretário, existem duas questões que eu gostaria que o senhor pudesse abordá-las.

Vimos que os índices de violência sexual também são muito altos, são altos. A minha pergunta é: há encaminhamento das vítimas que são vítimas de violência sexual para atendimento de emergência, de profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis? A Secretaria de Segurança, as delegacias que atendem as mulheres vítimas de violência sexual fazem esse encaminhamento?

E uma última coisa, eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a capacitação dos profissionais, se há capacitação dos profissionais da área de segurança, especialmente dos profissionais que atuam nas delegacias especializadas e comuns, e se houve capacitação, se o senhor tem como informar quantas vezes aconteceu ou qual o número de profissionais que foi atendido.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O senhor passa... Foram seis questões colocadas. Essas últimas duas, nós até já tivemos as informações na delegacia, mas se o senhor aproveita e dá...

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Deputado, o senhor fez a colocação dos dados, estatísticas e também dessa qualificação. Quando eu me referi a nossa estatística, que a gente não tinha e agora já a temos, eu me referia à parte de qualificação no sentido de separar cada item, até porque isso precisa criar uma metodologia e, no Brasil, a gente não tem a metodologia única.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou e foi sancionada uma lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Pública. Este Sistema Nacional praticamente obriga os Estados a ingressarem nesse Sistema, informatizar a Segurança Publica, e ele cria alguma metodologia classificando...

O senhor observou que aí tem crime passional; eu não concordo. Eu acho que deveria ser violência doméstica mesmo – até discuti com os técnicos. Os técnicos sentem a necessidade de uma diretriz que possa ser padronizada em nível nacional. Então, muitas vezes, eles classificam de acordo com o Código Penal. Por isso, há rixa aí. O que é rixa? Está muito bem colocado, e concordo com o senhor, mas isso é exatamente por falta de uma metodologia nacional. Se o senhor for a outro Estado, ele vai classificar diferente. Mas, na realidade, aí seria violência doméstica, esse passional. A rixa, ele tira, com certeza, da tipificação do Código Penal. Essa é a razão.

Do ponto de vista quantitativo, nós contamos todos os homicídios. E há mais: nós temos um planejamento operacional que obriga que a Polícia Civil instaure 100% dos inquéritos. Por quê? Porque a gente sabe, Presidente, que no Brasil nem os homicídios eram instaurados, e as delegacias de Polícia Civil neste Brasil, ainda hoje a senhora vai achar, há casos de homicídio que nem sequer foi instaurado inquérito. Isso é inadmissível!

Se a senhora perguntar para mim: isso acontecia aqui? Acontecia aqui, acontece em qualquer Estado e, se a gente cochilar, volta a acontecer. Essa é uma realidade.

Segurança Pública é uma construção. Nós temos de construir essa cultura. É obrigação. E a Corregedoria vai atrás de olhar todos os homicídios e ver se foram instaurados os inquéritos. Até porque existe uma cifra “negra” de alguns crimes no Brasil. Por exemplo,...

(*Manifestação da plateia: “Negra não!”*)

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Não. É um termo técnico utilizado para os crimes que não são... É uma cifra...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queríamos só esclarecer, Secretário,...

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Sim...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos escutar, é que nós excluímos da nossa linguagem qualquer referência que caracterize e identifique algo que é negativo com a cor *(Palmas.).* Como é um projeto de conquista da sociedade, nós vamos retirar e compreender o espírito do sentido que o senhor...

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Os documentos especializados...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB/MG) – A proposta é: “cifra oculta”. É essa a informação.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Tudo bem. Mas essa classificação que estou dizendo é em razão de muitas ocorrências nem sequer serem levadas ao conhecimento do Estado para ser ocorrência. Então, no caso dos homicídios, não. Sempre há o registro em algum lugar: hospital, cemitério.

Então, nos casos dos homicídios, eu quero dizer que não existe essa falha, porque tem como instaurar 100% dos inquéritos.

No caso da Paraíba, nós estamos instaurando 100% dos inquéritos. O que a gente precisa cada vez mais avançar é no processo de melhoria da eficiência, para que se chegue à autoria e à materialidade, o que, graças a Deus, nós estamos melhorando, pois você sair de 7% e chegar a 40% ou 50%. O ideal é chegarmos a 100%. Nenhuma polícia do mundo chega a 100%, mas a gente – é claro – tem de lutar sempre pelo ideal, se chegarmos a 80% está bom demais.

Mas, o que eu quero dizer, nessa pergunta que ele fez, é exatamente sobre essa diferença de classificação porque não existe uma metodologia nacional. Podem ir a qualquer Estado da Federação que não vão achar! E digo mais: nós não cometemos essa falha de uma tentativa que vira homicídio não ser registrada. Nós a classificamos inclusive com a sistematização que foi criada no início do século, por volta de 2000 a 2002, quando exatamente se criou o Sistema Único de Segurança Pública e também se criou os “Eventos Letais Intencionais”, por isso está escrito essa sigla CVLI. O que é isso? São todos os crimes de homicídio, todas as lesões corporais seguidas de morte, mesmo que venha a morrer um mês depois, dois meses depois – o pessoal da estatística acompanha –, a lesão corporal seguida de morte, o estupro seguido de morte e todos os crimes intencionais que ocorrem, que não são consumados e passam a se consumar no hospital. Então, essa quantidade, nós não temos esse erro. Quem acompanhar os homicídios na Paraíba – e eu sei que tem gente que já tentou acompanhar –, o nosso é sempre maior. Por isso, porque contamos todos os casos. Os casos que acontecem nos presídios, mesmo onde a polícia não podia agir; os casos que acontecem, por exemplo, um corpo que é encontrado e tem sinais de violência é contato, e só depois de o inquérito policial apurar a verdadeira motivação é que a gente pode tirar, senão não tira, é contado.

Então, do ponto de vista quantitativo a gente pode dizer que não tem esse erro. Ao que me refiro é quando você qualifica a motivação. Essa motivação pode ter diferenciação por isso, porque você não chega em 100% dos casos.

Eu espero ter respondido, não sei, Deputado, a sua indagação com relação a essa diferenciação; é exatamente em razão da falta de uma metodologia e, claro, a estatística, na falta de uma metodologia nacional, ela busca criar uma metodologia própria. Eu até estou pedindo que eles mudem esse negócio de passional. É violência doméstica, como está estabelecida e tipificada na Lei Maria da Penha, é exatamente como está registrado do ponto de vista legal.

A outra questão que o Deputado colocou foi com relação ao IML. Foi isso mesmo?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Isso.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA –** Com relação ao IML, nós demos uma determinação ao próprio IML para que a gente comece a separar o atendimento da mulher. Por que a gente sabe – e aqui nós temos o diretor do IML, que tem recebido... Inclusive, nas nossas reformas e construções, como, por exemplo, em Guarabira, onde estamos montando uma unidade nova do IPC com a unidade do Instituto de Medicina Legal, já separando o atendimento da mulher do atendimento geral. Isso é reconhecimento, isso é obrigação. Uma mulher vítima de violência sexual não pode ser atendida no meio de todo um público que está ali diferenciado. Então, essa é uma das medidas.

Com relação a parte do laudo, Deputado, eu como pessoa que tem uma formação jurídica, formado no Direito, não posso interferir nisso porque não sou técnico. Eu acho que essa questão, eu me disponho aqui, junto com diretor do Instituto de Polícia Científica, a ter uma conversa separada para vermos e conhecermos quais as dúvidas da Comissão, para, a partir daí, recebermos sugestões e vermos o que pode ser melhorado.

Então, no ponto de vista técnica, eu não posso, aqui, dizer o que está diferente ou se há alguma deficiência. Mas, nós nos propomos a tomar conhecimento de alguma situação que os senhores e senhoras tomaram conhecimento e que possam trazer ao nosso conhecimento, para que possa ser melhorado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As duas perguntas, da Senadora...

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA –** Eu espero ter respondido.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As duas perguntas da Senadora...

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA –** Se há encaminhamento. Sim, nós procuramos fazer o encaminhamento através das secretarias que nós temos contato, através da Secretarias das Mulheres, Saúde, a da ação social por meio da Secretaria de Desenvolvimento Humano, nós temos esses contatos. Temos uma deficiência grave, que estamos procurando consertar, e vou dizer até qual é. Muitas vezes, essa mulher precisa de proteção quando ela entra no sistema de proteção. E nós estamos com o Governo Federal, tentamos pactuar com o Sistema Provita, já estamos bem adiantados. Nós esperamos e estamos aqui com a nossa Deputada, já tratamos dessa situação; já queríamos assinar essa pactuação este ano ainda; mas no próximo ano, se Deus quiser, nós assinaremos essa pactuação com o Provita, para melhorar essa rede de atendimento, porque numa situação em que nos encontramos, nós precisamos ter uma ferramenta a mais para o atendimento à mulher, e essa rede toda precisa ser melhorada, inclusive com o Provita.

A capacitação. Nós estamos traçando agora com a academia e com a nossa delegada geral alguns cursos de treinamento. Nós estamos devendo isso, Deputada. Pode registrar que nós reconhecemos isso.

A capacitação que tem sido feita é por meio de seminários. A nossa própria Secretária da Mulher, aqui, tem nos ajudado muito em alguns seminários com esse tema da violência doméstica, com a situação geral que envolve a proteção às mulheres, nós temos participado de seminários. Mas curso específico nessa área, nós estamos devendo e estamos já com a nossa academia preparando o curso para as delegacias das mulheres, somente o atendimento, porque a gente tem necessidade de, cada vez mais, melhorar o atendimento, a qualidade desse atendimento. Nós achamos que já melhoramos. Eu não sei, as senhoras devem ter presenciado lá na Delegacia da Mulher como é o atendimento, o local, e nós pensamos que é possível a gente melhorar a partir dos cursos que nós fizermos e dos investimentos na melhoria física, que não é só física. Eu acho que o maior investimento que a gente faz é no ser humano. Isso nós estamos trabalhando.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, nós então, concluímos aqui solicitando algumas questões.

Em primeiro lugar, esse debate sobre qualificação, que é ter no boletim de ocorrência um campo específico, que é um debate nacional, nós fizemos com o Ministério da Justiça, estamos solicitando que nós não fiquemos na proposta que existe aqui de apenas de criar um sistema de informações. Que haja alteração em campo do boletim de ocorrência para materializar a Lei Maria da Penha, crime contra a 11.340.

A segunda solicitação. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito propõe ao Secretário que, em relação a avançar a autoria e materialidade dos crimes, que é um desafio e uma meta que o senhor se coloca, que o senhor ponha como prioridade no enfrentamento disso os crimes relacionados no dossiê das Mães da Dor; que o senhor pudesse tratar o inquérito de autoria e materialidade, a investigação, começando em dar prioridade aos que são apresentados nos casos relatados às Mães da Dor, das quais vamos receber o dossiê.

Solicitamos especificamente, e vamos aprovar no requerimento na Comissão, até para ter autoridade legal, o esclarecimento e informações sobre as providências que estão sendo tomadas para saber quem matou Rebeca. (*Palmas*.) Materializando como uma das questões que nós...

(*Manifestação da platéia: “Violência contra a mulher, não é o mundo que a gente quer!”*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E por último, Secretário, nós sugerimos – conversamos inclusive com o Governador também – como aproveitar a Acadepol para, efetivamente, em parceria com outras estruturas, como é o caso da Secretaria da Saúde, concentrar e intensificar a qualificação do conjunto dos profissionais de segurança pública que nós temos nesse momento.

Eu queria agradecer a disposição do senhor; queria registrar que para nós é muito importante a presença de uma série de responsáveis pelo sistema de segurança pública aqui presentes. Essa é uma demonstração da disposição deles de também se incorporar à nossa luta. Isso é muito importante.

E queria dar um testemunho, que nós recebemos aqui, de uma das vítimas que fez questão de dizer que foi atendida na delegacia e no centro de referência. E que ela considera que é preciso justificar para mostrar que esses órgãos funcionam, é que no caso dela, especificamente, vítima de violência, eles foram muito importantes para que ela enfrentasse o cotidiano.

Agradeço, e ficamos aguardando as informações, sobretudo, do caso do assassinato da Rebeca.

Muito obrigada e estamos à disposição.

Desculpe-me, Secretário, mas o Deputado Luiz Couto solicitou a palavra, mas, mesmo depois de a gente haver encerrado, como é Parlamentar Federal tem direito à palavra.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Srª Presidente, Deputada Jô Moraes, que é paraibana/mineira. Paraibana, como D. José disse, mineiro/paraibano...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nascida em Cabedelo.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT – PB) – Há uma relação profunda entre a violência que é praticada com a impunidade que, muitas vezes, quase sempre as pessoas que cometem esse tipo de violência não têm a punição, e também o processo de corrupção, até no inquérito, onde as provas materiais dos homicídios muitas vezes não são identificadas, fica apenas no fato, principalmente das mulheres que são assassinadas no interior, onde não tem IML, onde não são feitos aqueles exames normais, principalmente quando elas são vítimas da violência, do homicídio praticado com arma de fogo. Muitas vezes não acontece o exame de prova de balística para saber de onde foi, ou seja, de onde partiu.

Eu queria saber o seguinte: participo de duas CPIs lá, uma delas, a do tráfico de seres humano. Quais são as vítimas? As mulheres. São as mulheres que são vítimas também do tráfico de seres humanos. Na exploração sexual, também são as meninas, ou seja, desde o início, essa questão da violência contra o gênero está presente. Aí o processo educativo tem que ser algo fundamental no sentido do respeito à questão das mulheres, que muitas vezes vem com os preconceitos existentes com relação à mulher.

Há duas questões que eu queria saber.

No mapa da violência contra a juventude, aparece, na definição, ou seja, os jovens pobres, afrodescendentes e que moram na periferia. Quer dizer, a condição de faixa etária; a questão social que entra aí; classe social, os pobres; a questão da etnia também, afrodescendentes; e a questão de periferia local, de moradia. Pergunto se, nos dados que são identificados pela Secretaria, essas informações aparecem, ou se elas só aparecem naquele mapa da violência nacional.

Segundo, aquela pergunta que, quando entrei aqui muitas vezes já fui procurado para saber: se a Secretaria de Segurança Pública já tem informações de quem matou Rebeca. É importante esse dado, como está o inquérito, se tem evoluído, se já tem a identificação, se isso já passou para a esfera do Judiciário, enfim, é isso que precisamos saber.

A outra informação que eu queria é: na relação dos crimes misteriosos, daqueles crimes, quanto ao percentual que envolve violência contra as mulheres, gostaria de saber se há esses dados ou não. Porque eu me lembro de que a Secretaria de Segurança Pública solicitou inclusive o envio de servidores da Força Nacional para ajudar até a identificar alguns daqueles crimes misteriosos nos quais você tinha vítima, mas não sabia quem eram seus autores. E se tem o percentual de mulheres que foram assassinadas por arma de fogo.

É importante também a questão do tráfico de armas, que também estaria envolvido com a situação. E a questão da punição, que muitas vezes acontece. Aí já passa para a esfera do Judiciário, não é mais da competência do julgamento. Podemos perguntar, no momento, ao Judiciário o número de mulheres que foram assassinadas e qual o índice daqueles que foram punidos por causa desse ato de violência extrema.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, nós temos um pouquinho de tempo.

A resposta sobre arma de fogo, inclusive, está aqui no relatório e nós o passaremos.

Eu pediria que o senhor fosse bem sucinto, porque ainda tem bastante gente, se for possível.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Está certo.

Com relação às perguntas da Relatora, a Delegada Geral, Drª Ivani, por favor, anote aqui aquela situação do campo da Lei Maria da Penha, para colocar no boletim de ocorrência e no sistema.

Com relação à prioridade dos crimes, a dar prioridade a esses crimes dessa relação que nos vai ser apresentada, especificamente com relação à Rebeca, a que tanto a senhora, Deputada, quanto o nosso Deputado Luiz Couto se referiram, a Rebeca, realmente, foi um desafio grande, uma tristeza também. Foram realizadas muitas e muitas diligências. Quinze suspeitos foram investigados. Se não me falha a memória, foram feitos 16 laudos periciais. A polícia trabalhou muito. Se não me falha a memória, devem ser 15 ou 16 laudos. Inclusive, essas perícias foram feitas, muitas com referência a exame de DNA, e a polícia, embora tendo suspeito, não chegou à autoria definida. Essa é uma verdade. Mas houve todo o empenho, sim; houve todo o empenho. Agora esse inquérito foi passado para uma delegada para que ela faça só ele. Que não seja passada outra coisa para ela, porque, em segurança pública, a elucidação de alguns crimes se torna difícil. E o policial trabalha com dados objetivos.

Eu trabalhei em um Estado chamado Estado do Maranhão, em que um criminoso, um psicopata, matou crianças durante 15 anos, no Pará e no Maranhão, e, no 16º ano, veio a ser descoberto, a polícia conseguiu chegar a essa autoria. E durante esse período – eu estou só dando um exemplo –, muitas pessoas foram injustamente presas. Inclusive, por causa de algumas investigações, o Ministério Público afirmou que era, era, e não era... Era um psicopata. Houve um médico preso no Pará. É o caso dos emasculados do Maranhão. Nesse caso, caberia não só uma boa matéria criminal, em termos – digamos assim – cinematográficos, como até uma obra a respeito de *serial killer*. E muita gente foi presa porque queriam dar uma resposta para a sociedade.

Nós não queremos cometer esse mesmo erro. Nós investigamos 15 suspeitos e, em nenhum caso, nós conseguimos demonstrar tecnicamente quem foi que cometeu o crime. Então, por essa razão, é preciso esse cuidado. E a perícia trabalhou muito – a Polícia Civil, os investigadores –, mas, nesse inquérito, nós não conseguimos chegar à elucidação. Temos ainda fé em Deus de chegarmos – se Deus quiser – à autoria desse crime. Mas eu lhe confesso que nós não conseguimos. Essa é a verdade. A polícia trabalha com dados reais e objetivos, mas precisa apresentar materialidade e, de preferência, de forma técnica.

Respondendo ao Deputado, com relação ao tráfico de seres humanos, Deputado, nós não temos aqui ainda – isso é uma construção – nem uma ação específica para essa política. O que nós temos aqui, principalmente no tráfico de crianças, é que nós estamos trabalhando com o Governo da Espanha, tentamos com uma universidade uma parceria para trazermos um banco de dados, trocarmos experiências e criarmos uma política para esse fim. Inclusive, está em pleno andamento lá esse acordo internacional de que nós estamos tratando com a universidade, uma universidade da Espanha – que pena, me falha a memória, mas o Humberto pode me ajudar… –, Universidade de Granada, é verdade. É um programa chamado Prokids, que estamos tentando trazer para cá. Isso é uma construção.

O que nós temos de dizer é isto aqui: nós estamos inaugurando – se Deus quiser –, no próximo ano, a nova central de polícia, com a delegacia de homicídios nova e, dentro dessa política, nós esperamos instalar um sistema de desaparecidos e, também, essa política – digamos assim – que possa enfrentar o tráfico de pessoas.

V. Exª perguntou também se já temos informação sobre quem matou Rebeca. Eu espero ter respondido, viu? Nós não temos a informação, não. Tecnicamente, não.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Secretário, nesse caso específico, é o seguinte: a Secretaria de Segurança Pública indicou uma delegada especializada...

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Exatamente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – ... para tratar esta questão?

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Só desse inquérito. Só desse caso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só desse inquérito?

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Só desse caso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pode concluir, que a gente tem escutado.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Até porque um conjunto de análises, de natureza sigilosa, estão sendo feitas, e nós acreditamos que não pode ter outro inquérito, outra investigação. O delegado deve ficar só com um caso. Nesse caso aí, com toda dificuldade, fizemos isso.

Crimes misteriosos. Aí Deputado, V. Exª perguntou se, nesses crimes misteriosos, há alguns envolvendo mulheres e a Força Nacional tem de cuidar disso. Não, não foi isso, não. Eu disse no início, naquela minha conversa, quando eu falei da parte geral, que sequer instauravam todos os inquéritos. A gente observou 1.500 casos parados até 2007 na delegacia de homicídios. E naquela ocasião, nós pedimos ajuda à Força Nacional. Recentemente, de 3 anos para cá, a Força Nacional, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, passou a trabalhar também com a política judiciária dos Estados. E nós pedimos auxílio a eles para esses casos parados, que chamamos de passivo, pedimos um efetivo pequeno, algumas equipes para cuidar desses inquéritos antigos – alguns sequer foram instaurados. Então, vieram quatro equipes e depois ficou só uma. E eles cuidaram desses casos até 2007 só, foi isso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Nós agradecemos, Secretário. O conjunto das informações que ainda ficarem o senhor nos envie. Acompanharemos, com muito carinho, o critério das investigações.

Passaremos, de imediato, a outras pessoas. Agradecemos a discussão e o fato de o senhor ter vindo aqui e ter sido questionado.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Srª Presidenta, posso apresentar o material a que me referi?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Sim.

**O SR. CLAUDIO COELHO LIMA** – Esta aqui é a portaria que obriga a autoridade policial a fazer o registro, independentemente da testemunha. Está aqui. Esta é uma das portarias que foi publicada, obrigando a delegacia a registrar, independentemente da apresentação de testemunha, mulher vítima dos crimes de ameaça e outros delitos. Há também outras portarias aqui que obrigam outros registros. Essa é a mais importante.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– A Comissão vai receber, inclusive com o testemunho que nós tivemos hoje pela manhã de encaminhamento dos casos de estupro para serem atendidos nos hospitais adequados.

Nós agradecemos, Secretário. Qualquer coisa, nós vamos fazer um monitoramento dessas demandas que apresentei.

Muito obrigada. Obrigada a todos os profissionais da Secretaria de Segurança Pública que estiveram presentes aqui.

A palavra...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Srª Presidenta, gostaria de fazer um registro.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Passo a palavra, para um registro, à Senadora. Em seguida, escutaremos a Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Srª Iraê Lucena.

Muito obrigada, Secretário.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita para um registro.

**A SRª ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Apenas um registro, Secretário.

Nós recebemos, no dia de hoje, diversos apelos de mães, que inclusive estão no plenário, sobre o assassinato de seus filhos. O que quero informar a vocês que estão aqui e dizer ao Secretário é que, daqui a pouco, vamos receber também, das Mães na Dor, um documento relatando várias situações, alguns casos que não estão diretamente relacionados à violência contra a mulher, mas merecem ser aprofundados. Um deles é o caso da Rebeca. Inclusive, estou com uma carta feita pela mãe. Há outro caso, que não é um assunto relacionado diretamente à violência contra a mulher, mas de um filho, Suênio, que até hoje não teve resposta e outros que tivemos oportunidade de escutar hoje cedo.

O que quero dizer para vocês? Ao receber o documento e essas correspondências que vocês encaminharam, vamos fazer o devido encaminhamento para as autoridades públicas e para o Secretário. Então, ele vai receber da CPMI informações vindas de vocês para que alguns desses casos possam ter a atenção necessária por parte da Secretaria de Estado da Justiça e também por parte de outros órgãos responsáveis pelo encaminhamento.

Então, só para tranquilizar as mães que estão aqui, quero dizer que o que foi entregue terá o devido encaminhamento.

**A SRª PRESIDENTA** (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Com a palavra – mais uma vez agradecemos, Secretário –, a Srª Iraê Lucena, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, a quem solicito que faça as informações no prazo de até 15 minutos. Em seguida, serão feitos todos os questionamentos em conjunto para darmos agilidade, porque o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e a sociedade civil ainda falarão.

Secretária, desde já, agradeço a sua presença.

**A SRª IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA** – Gostaria de cumprimentar os membros da CPMI; a Presidente Deputada Jô Moraes; a Senadora Ana Rita; o Deputado Dr. Rosinha; o Deputado Luiz Couto; a Deputada Gilma Germano, que é Presidente, nesta Casa, da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades; o movimento de mulheres aqui presentes; todos que fazem parte dessa construção da política que estamos desenvolvendo no Estado; todas vocês do Mães na Dor, em nome de Hiper, com quem temos dialogado, sempre que possível, para a resolução desses casos ainda com interrogações; nosso Secretário Claudio Lima; nosso Secretário de Saúde Waldson; nosso defensor público; nossa juíza e todos os que estão aqui hoje.

E quero dizer à CPMI da nossa satisfação – é com muita honra que a Paraíba recebe hoje os membros da CPMI, Senadora Ana Rita –, da importância do Congresso Nacional e parabenizar V. Exª e todos os membros, dada a importância de ter sido criada, instituída a CPMI da Violência contra a Mulher em um momento tão oportuno. Transmita os meus parabéns ao Presidente do Congresso, Presidente José Sarney.

Que a CPMI, de fato, não termine daqui para dezembro; que possa ter, Senadora, continuidade como uma comissão permanente das duas Casas, como disse o Deputado Rosinha, tanto de Deputadas e Deputados como de Senadoras e Senadores; que possa existir realmente como comissão permanente.

Este momento para nós – movimento, Governo, Poder Judiciário, Poder Legislativo – é único aqui, na Paraíba, e todos devemos aproveitar ao máximo, extrair o máximo.

Senadora Ana Rita, tive a oportunidade de fazer uma exposição em Brasília, acompanhando a nossa Ministra Eleonora Menicucci. Juntamente com dois Estados – Minas e Acre –, compusemos a mesa, onde colocamos a situação hoje e como o Estado vem enfrentando, vem reagindo à questão da violência contra as mulheres aqui na Paraíba.

Eu vou passar... Eu fiz uma exposição. Eu vou falar mais rápido devido ao tempo. O Penaforte me deu aqui uns questionamentos. Eu acredito que todas essas perguntas estarão respondidas na minha exposição, mas fico aqui para ser inquirida, ser perguntada, para o que for necessário. Vamos lá.

Bom, aí nós colocamos que, desde que foi criada, em janeiro de 2011, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, ela vem com seus objetivos de orientar e, principalmente, acompanhar e executar as políticas públicas para as mulheres, para a população negra, para comunidades tradicionais e para a população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais.

Essa Secretaria veio com essa diversidade, como diversidade humana. No Governo passado, no ano de 2009, existia apenas uma Secretaria Especial de Política para as Mulheres, ligada ao Gabinete Civil, e, juntamente com a criação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, ela veio com um orçamento próprio. Hoje, nosso orçamento é de R$2.847.000,00 e, na ação – porque nós temos uma ação e uma rubrica própria na questão da atenção à mulher, à população negra e LGBT em situação de violência –, no valor de R$755.000,00. Inclusive, no ano de 2011, esse valor era de R$245.000,00, e nós conseguimos, no ano de 2012, Senadora, aumentar. Era R$505.000,00, e conseguimos emendas, dentro desta Casa Legislativa, que vieram a, inclusive, somar ainda mais os nossos recursos.

Aproveito este momento aqui para fazer um apelo à Deputada Gilma Germano. Assim que chegar o Orçamento a esta Casa, que possa, também, através da Comissão, através da emenda individual da Deputada, ser inserido um recurso, em nossa Secretaria, nessa ação de enfrentamento da violência.

No ano de 2013, nós vamos ter o nosso orçamento próprio. Já está realizado, já foi efetivado e, nessa ação de atenção à mulher, à população negra e LGBT em situação de violência, está no valor de R$605.000,00, que é, Deputada Gilma, o que nós esperamos para que possa crescer um pouco mais e superar os R$755.000,00 deste ano.

Nós temos várias gerências. Vocês podem ver aí a Gerência Executiva de Equidade de Gênero e as gerências abaixo: Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Operacional de Enfrentamento à Pobreza e a Gerência de Ações Afirmativas. Temos também a Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT e Gerência Executiva de Equidade Racial.

No próximo, nós estamos falando do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. A Senadora Ana Rita já colocou que esse pacto federativo foi assinado em 2009, no Governo passado, e já foi repactuado aqui no nosso Estado. Atualmente, nós temos 73 Municípios, ainda poucos. Num raio de 223 Municípios, é muito pouco a Paraíba ter apenas 73 Municípios comprometidos com esse Pacto Nacional.

Bom, a adesão ao Pacto – todos nós sabemos disto – implica em responsabilidade não só do Estado, como também no âmbito dos Municípios.

A Câmara Técnica, que logo...

Esses são os Municípios.

Vamos passar.

O próximo...

Pode passar.

São os Municípios que assinaram.

Bom, aí vemos a Câmara Técnica, que foi instalada logo em seguida à adesão ao Pacto. Aí vem a sua composição: sete Secretarias de Estado, Polícia Militar, Ministério Público, Defensoria Pública, duas universidades públicas, uma representação de organismo de política para as mulheres dos Municípios, duas articulações do movimento organizado de mulheres e o Conselho dos Direitos da Mulher. Essa Câmara Técnica faz a articulação, o planejamento e o monitoramento da implementação do Pacto aqui no Estado da Paraíba.

Bom, logo após a assinatura do Pacto, foram criados vários organismos de política para as mulheres. Criamos o Fórum Estadual de Organismos de Políticas para as Mulheres, que vem funcionando. Nós fazemos reuniões trimestrais. Temos 19 organismos hoje de políticas públicas para as mulheres, 11 secretarias, 7 coordenadorias, duas gerências e uma comissão de apoio à política de direitos da mulher e da diversidade humana, que foi criada na cidade de Queimadas, após o episódio, aquele barbárie.

Dialogamos com o prefeito da cidade Queimadas – inclusive, Queimadas, Senadora, é um Município que também assinou o Pacto e, até então, não tinha desenvolvido ações na questão do enfrentamento à violência. Nós fizemos esse diálogo. Além de darmos toda a assistência aos familiares e às vítimas do episódio, a Secretaria foi lá, com a nossa equipe, capacitar todas as pessoas que estiveram envolvidas nessa tragédia. E o prefeito, nessa mobilização, criou essa comissão que está ligada à Secretaria de Ação Social do Município. Nós fizemos todo esse atendimento às vítimas e tivemos também um diálogo com a própria SPM. Deputado Rosinha, na época, nós trouxemos aqui tanto a Ministra Eleonora Menicucci, como também Aparecida Gonçalves, que é a Secretária Nacional do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. E levamos a Secretária à cidade de Queimadas, onde participamos, um mês após o episódio, de uma passeata pela paz. E a Secretária Nacional Aparecida Gonçalves pôde fazer uma fala lá na Cidade.

O próximo.

Nós temos uma situação, hoje, na nossa Rede de Prevenção e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica. O Governo do Estado firmou com o Município de João Pessoa, ano passado, um convênio que ampliou o raio de atendimento do nosso Centro de Referência Ednalva Bezerra, que hoje atende, além de João Pessoa, os Municípios de Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Conde, que nós chamamos da grande João Pessoa. Houve a implantação também, o ano passado, durante a conferência estadual, da Casa Abrigo Aryane Thais. Há uma implantação em andamento no Estado, o Centro de Referência Fátima Lopes, que, eu acredito, daqui para o final mês, no início de outubro, o Governador estará inaugurando na cidade de Campina Grande.

Bom, nós temos vários convênios com o Governo Federal: o projeto fortalecendo a ação em rede de enfrentamento à violência contra às mulheres, que vai atingir os 223 Municípios; a capacitação continuada com os profissionais de saúde do Programa de Atenção Integral a Mulheres Vítimas de Violência Sexual, na maternidade Frei Damião; e os sete serviços também de referência em hospitais regionais do Estado para atender mulheres vítimas de violência sexual.

Como somos uma secretaria de articulação, nós estamos sempre fazendo essas ações com as outras secretarias dessas ações intersetoriais. Então, em parceria com a Secretaria de Saúde, foram realizadas várias oficinas de capacitação com profissionais de hospitais e maternidades regionais para estruturar referências no atendimento a mulheres vítimas de violência. E os Municípios foram: Campina Grande, Patos, Guarabira, Cajazeiras, Sousa e Monteiro, num total de 240 profissionais que foram capacitados.

Bom, nós temos também reuniões com os profissionais de rede de atendimento nos referidos Municípios e um seminário estadual com profissionais e gestores da saúde.

Em relação à política de assistência social, foram realizados também: capacitação com os profissionais dos Creas e Cras para qualificação também no atendimento às mulheres vitimas de violência e parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano para a inclusão dos dados de atendimento à violência contra as mulheres na ficha dos Creas, pois não existiam esses dados de atendimento. E atualmente nós estamos fazendo, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Humano, junto com o Secretario de Segurança Claudio Lima, ações emergenciais. Pegamos os Municípios mais violentos, onde as mulheres estão morrendo, e estamos fazendo essas ações emergenciais de capacitação. Estes Municípios foram: Cabedelo, Conde, Mari, Santa Rita, Sapé, Bayeux, São José dos Cordeiros, que atendeu todos os Municípios ali próximos – se não me engano, foram oito –, e João Pessoa.

O grande marco que eu vejo e que a juíza vai colocar aqui foi a instalação da Vara de Violência Doméstica contra as Mulheres na cidade de João Pessoa e na cidade de Campina Grande. Eu costumo dizer que, a partir do momento em que foram criadas essas duas Varas, a Paraíba literalmente tirou a Lei Maria da Penha do papel, uma reclamação muito constante nossa – não só minha aqui nesta Casa, como Deputada Estadual, mas também do movimento de mulheres.

Próximo.

Os serviços da nossa rede. A programação dá atenção integral às mulheres vítimas de violência sexual. Aí estão todos os hospitais: o Instituto Cândida Vargas, em João Pessoa...

(*A Srª Presidente faz soar a campainha.*)

**A SRª IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA** – ... a Maternidade Frei Damião. Vou acelerar. Esses são todos os serviços. Ao todo, são 17 serviços que integram a nossa rede estadual, e estamos funcionando em parceria.

Próximo.

Vamos passar para a Casa Abrigo.

Pode passar.

Aí está a Casa Abrigo Aryane Thais, que, como eu já disse, foi entregue em outubro do ano passado. É um serviço que visa garantir às mulheres, aos seus filhos e às suas filhas em situação de risco de morte a integridade física e psicológica. Nessa casa, há todo o atendimento psicológico, jurídico. A nossa ideia é justamente, Deputado Rosinha, que essa mulher possa sair dessa casa empoderada. Hoje, na audiência com o Governador, nós falamos sobre a questão de a mulher sair com autonomia financeira e econômica.

Vamos passar aqui.

Próximo.

A Casa Abrigo integra a rede de proteção composta de serviços articulados com a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública, os centros de referência, os centros de referência da mulher, as unidades de saúde, os hospitais maternidades e as organizações de mulheres da sociedade civil. Vinte mulheres são acompanhadas com seus filhos ou suas filhas, dez crianças, totalizando 30 atendimentos ao mês. A segurança é feita por policiais militares.

Agora vou passar rapidamente... Pode passar.

Vamos passar agora para...

Em 12 de março deste ano, nós assinamos o Termo de Cooperação entre a União e o Governo do Estado da Paraíba em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e contamos com a presença da Ministra Eleonora Menicucci, que reafirmou o nosso Pacto.

Vamos passar agora aos convênios firmados com o Governo do Estado no combate à violência.

Hoje existe um convênio entre o Governo do Estado e a Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado para reaparelhar e modernizar o DML, no valor de R$249.969,00. Há outro convênio para promover a capacitação de profissionais que atuam na rede – está aí o valor na tela. Existem ainda outros convênios: o enfrentamento da violência contra as mulheres, um convênio de implantação do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, a implantação da Casa Abrigo, e o que nós assinamos mais recentemente é o convênio Planejamento Integral Básico (PIB). Esse planejamento vai-nos dar, Drª Rosane, uma radiografia da violência contra as mulheres aqui no nosso Estado e, principalmente, nos Municípios. Com esse convênio, vamos contratar consultorias que vão realizar esses diagnósticos para nós.

Eu posso dizer que há um total de R$4 milhões conveniados com o Governo Federal, o que nos ajuda no nosso orçamento.

Bom, aí está o Pacto pelo Desenvolvimento Social – só vou citar que o Governador hoje falou com os Municípios para acelerarem –; o projeto de implantação do sistema de registro de dados de violência contra as mulheres nos Estados, que nós estamos fazendo em parceria com um instituto aqui do nosso Estado, o Ideme. Com esse projeto, vamos formar um banco de dados em que serão registradas todas as ocorrências que chegam de mulheres vítimas de violência pelas portas de entrada, que são as delegacias, centros de referências – Creas, Cras, casa abrigo, que vão ter questionários que nos darão esses dados.

Temos também o Empreender Mulher – vocês tiveram oportunidade de conhecer essa linha de crédito também – e o Portal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de que também vocês tomaram conhecimento, que nós lançamos recentemente, na comemoração dos 7 anos da Lei Maria da Penha. Esse portal será mais uma ferramenta na Internet para disponibilizar todos os nossos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. E temos o Disque 197, Disque Denúncia. Fizemos uma capacitação de todos os policiais que atendem o número 197. O Disque denúncia 197 deu a oportunidade desse recorte de gênero, que antes não era feito, de as mulheres poderem acessar e serem atendidas. Fizemos essa capacitação.

Vamos lançar brevemente, até o final do mês, uma campanha publicitária de TV, rádio, *outdoors* e outros veículos de comunicação na questão do enfrentamento à violência contra as mulheres no nosso Estado e, principalmente, Secretário Waldson, na questão de enfatizar que as mulheres têm que denunciar, do Disque Denúncia 197.

E o termo de cooperação que assinamos com a Seap – já estou concluindo, Deputada Jô –, de que vocês tiveram conhecimento também, vai dar oportunidade a essas mulheres que são atendidas pela casa abrigo, em vulnerabilidade social, de poderem ter uma casa, uma “habitabilidade”.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Temos três minutos. A ideia é concentrar as informações globais que nós vamos receber.

**A SRª IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA** – Certo. Então, temos ainda nossas metas e desafios. Quem não tem metas e desafios na vida? Nós queremos interiorizar a rede de atenção às mulheres vítimas de violência, com a ampliação dos serviços de referência nos Municípios. Nós queremos incentivar os Municípios a não deixar de instalar os centros de referência das mulheres e, também, os organismos de mulheres, fortalecendo as estruturas das DEAMs nos Municípios, fortalecendo nosso diálogo, nossa interlocução com os movimentos feministas e de mulheres, e ampliar isso. Estamos com uma meta muito forte, que é a implementação do I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres no Estado e o Primeiro Plano Estadual LGBT.

Eu gostaria, Deputada Jô, Presidente desta sessão, de passar às mãos, pois sei que ela vai usar a palavra, não sei se agora, mas já passo a ela, porque construímos isso em conjunto com essas mulheres, com Mães na Dor, com Hiper, com todas essas que estiveram lá... Tivemos um diálogo muito importante, um momento muito importante na Secretaria, onde escutamos o depoimento de todas essas mães. Tive oportunidade de ir, pessoalmente, ao Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, o Desembargador Abraham Lincoln, e levei todos esses casos que ainda estão impunes, que são de competência do nosso Judiciário. Tive oportunidade de falar pessoalmente com a Desembargadora Fátima Bezerra, que se prontificou, na hora, em acelerar esses processos. Então, vou passar esse dossiê, que vai chegar às mãos de V. Exªs através da Hiper, que está aqui.

Agradeço mais uma vez esta oportunidade. Que a CPMI possa, ao final – e tenho certeza de que isto vai acontecer, Deputada Jô Moraes, Presidente desta Comissão –, dar muitas respostas e muitas recomendações a todos os Estados brasileiros que vêm trabalhando e tentando enfrentar essa violência que atinge todas nós, mulheres brasileiras.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Nós vamos receber o dossiê, daqui a pouco, e vamos dar a palavra. A Senadora vai levantar algumas questões a serem apresentadas à senhora. A Hiper pode aguardar que nós receberemos no momento adequado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Secretária, primeiro, queremos parabenizar pelo trabalho que o Estado vem fazendo, pelo trabalho que a Secretaria vem desenvolvendo, em parceria com as demais secretarias aqui do Estado.

Eu gostaria apenas de fazer três perguntas. Primeiro, vimos que são muitas as ações que estão sendo desenvolvidas, ações previstas no Pacto assinado com o Governo Federal. A minha pergunta é: após a finalização dos convênios que foram firmados com o Governo Federal, com a SPM da Presidência da República, a Secretaria Estadual terá recursos para dar continuidade a essas ações? Sabemos que esse convênio tem um período de um ano. Após o término desses convênios, a Secretaria terá recursos para dar continuidade a essas ações?

Acerca da outra pergunta, não sei se não captei na sua fala, Secretária, mas não me recordo de a senhora ter falado sobre isso – desculpe-me se não assimilei bem –: das ações previstas, qual a previsão de ampliação das políticas de abrigamento para as mulheres? Há previsão de ampliar o abrigamento? Com relação ao centro de referência, vi que, nos desafios postos ao final, vocês falam dos centros de referência, de potencializar, de fortalecer. Mas a minha pergunta é com relação ao abrigamento para as mulheres com o objetivo de ampliar a rede de proteção.

Por último, já fiz essa pergunta para o nosso Secretário de Segurança, mas eu gostaria de ouvir também da Secretaria de Política para as Mulheres, porque também foi fruto de diálogo que fizemos hoje de manhã no centro de referência, na verdade, trata-se da associação da violência doméstica com o narcotráfico e com o tráfico de mulheres. Eu gostaria de saber como a Secretaria está enfrentando esse problema. Quais as políticas que estão sendo pensadas? Esse tem sido um debate da Secretaria? A Secretaria já está fazendo esse debate? O que a Secretaria visualiza, em termos de políticas públicas, no enfrentamento dessa questão, ou seja, a associação da violência doméstica com o narcotráfico e o tráfico de mulheres?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passo a palavra à Srª Secretária para que possa dar essas informações.

**A SRª IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA** – Quanto à primeira pergunta, ou seja, continuidade dos convênios, com certeza, sim. Inclusive, um dos convênios, o da Casa Abrigo, já encerrou, já estamos dando continuidade, com recursos próprios do Estado. Sabemos que, quando assinamos os convênios, tanto o Governador, como a Secretaria, fazemos esse pacto de que, após um ano – antes ainda conseguimos fazer alguns aditamentos – iremos arcar com todos esses convênios.

A ampliação da política de abrigamento: logicamente, temos essa vontade. O Governador Ricardo Coutinho e a Senadora Ana Rita colocaram na nossa reunião, na nossa conversa, na audiência, que, às vezes, os próprios prefeitos não querem fazer um convênio em nível federal com a SPM porque, depois de um ano, eles têm que arcar com o custo, e fica um custo muito alto para o prefeito. Então, o que estamos pensando? Em um consórcio, na questão do centro de referência das mulheres, com os prefeitos e em atender ao abrigamento por região. Seria um consórcio na questão do abrigamento. Esse é um diálogo que vamos construir. Estamos deixando passar o processo político eleitoral, deixando que venham os novos prefeitos e novas prefeitas. Que venham com vontade de atender à população e às nossas mulheres. Depois disso, vamos dar prosseguimento a esse diálogo.

Foi também um tema da nossa conversa com o Governador a associação da violência doméstica com o tráfico de mulheres. Inclusive, fui eu que coloquei isso na reunião. Perguntei à CPMI se sairia alguma recomendação acerca da questão da violência doméstica e desse traço, esse recorte de as mulheres estarem hoje envolvidas com o tráfico. A nossa preocupação é grande. Eu tive a oportunidade de fazer uma visita ao nosso Centro de Referência Ednalva Bezerra. Não sei se a Lila está aqui, eu não a estou vendo. A Lila, que é a Coordenadora do Centro, colocou essa preocupação. Contudo, essa preocupação – não é, Drª Rosane? – não é só da Lila, mas de todas nós, porque a nossa rede tem funcionado muito efetivamente, reunindo-se uma vez por mês. E essa nossa preocupação, já na próxima reunião, agora segunda-feira, será o tema, ou seja, a questão da violência doméstica e a mulher que, sofrendo hoje dessa violência, está envolvida com tráfico de drogas, às vezes até pela posição do seu companheiro. Nós até traremos como convidada, aqui de uma cidade próxima, vizinha, do Estado de Pernambuco mesmo, uma pesquisadora sobre o tema, a Drª Ana Paula Portela. Ela virá aqui fazer uma explanação, na nossa próxima reunião da rede, no dia 17, justamente sobre esse tema, porque nós precisamos avançar.

E, sobre essa questão, o Governador Ricardo Coutinho, hoje, deixou bem claro o seu posicionamento, ou seja, de que a essas mulheres vítimas de violência, mesmo estando envolvidas com o tráfico, o Estado tem que dar o amparo. E a nossa obrigação, como Secretaria, como equipe que temos lá, com profissionais trabalhando, é acolher essa mulher. Agora, sabemos todas que temos, hoje, um regulamento, que vem da política nacional, da SPM, na questão do abrigamento, pelo qual mulheres envolvidas com o tráfico não podem ser abrigadas nas casas-abrigo.

Essa é uma discussão que nós já travamos em nível nacional, nas nossas reuniões sobre o pacto nacional, que a SPM está pensando nessa política sobre essas mulheres em contexto de tráfico e violência doméstica.

Eu acho que eu respondi todas, Deputada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Secretária...

**A SRª IRAÊ HEUSI DE LUCENA NÓBREGA** – Eu vou também entregar a vocês um documento, que é essa minha exposição, e vou entregar ainda algumas coisas, inclusive os resultados do fórum interpoderes que realizamos. E, hoje, a Senadora Ana Rita comentou sobre a importância da parceria do Poder Judiciário com o Poder Legislativo. Então, nós fizemos esse fórum, justamente porque nós, hoje, aqui no Estado, não estamos, o Poder Executivo, trabalhando isoladamente, mas em parceira com o nosso Poder Judiciário e com o nosso Poder Legislativo.

Vou passar esse material às mãos de V. Exªs. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Secretária. Parabéns pelo trabalho e pelo esforço conjunto.

Nós passamos, neste momento, a palavra à Drª Rosane Araújo, Promotora de Justiça do Juizado Especial de combate à violência doméstica contra a mulher. S. Sª fará a sua exposição e, em seguida, a Senadora Ana Rita apresentará os seus questionamentos.

Nós queríamos registrar que recebemos aqui, para que conste dos autos da CPMI, o relatório do Centro de Referência da Mulher, que apresenta as suas contribuições e o seu diagnóstico acerca da questão.

Com a palavra a Drª Rosane.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Boa tarde a todas e a todos!

Saúdo a Exmª Srª Deputada Jô Moraes, Presidente desta Comissão; a Exmª Senadora Ana Rita; bem como a nossa anfitriã, a Deputada Gilma Germano; e as demais autoridades aqui presentes, mulheres do movimento de mulheres, companheiras, parceiras; Drª Antonieta; delegadas, enfim.

Antes de tudo, eu queria registrar este momento único. Pode até parecer um chavão, mas é sair da Constituição para a ação esse Estado democrático de direito. Neste momento, uma sexta-feira à tarde, e a gente aqui discutindo espaços de cidadania com todos esses olhares – isso é processo de construção de cidadania. A gente vive nessa democracia formal, mas precisamos ampliá-la e dar efetividade a essa democracia real, tão sonhada e tão desejada.

Ao tratar da problemática da violência e ao tratar da problemática da segurança pública, a vida toda, o Estado brasileiro entendeu e enfrentou a segurança pública como um direito do Estado. A segurança pública nunca foi entendida historicamente como um direito humano fundamental. E esse é um grande avanço. Para se ter uma ideia, nessa caminhada, houve, em 2010, a I Conferência Nacional de Segurança Pública, e, aí, há uma mudança de paradigmas.

Estamos aqui, sobretudo, os atores envolvidos com o sistema de segurança pública, envolvidos com a questão do enfrentamento à violência, um fenômeno que acompanha a humanidade. Ela é atávica, acompanha a humanidade. É preciso entender essas causas. Ao mesmo tempo em que a humanidade, de forma incessante, luta pela virtude e pela paz, por outro lado, é inerente à condição humana esse lado violento. É preciso compreender isso. Para que os órgãos que compõem o Estado, a sociedade organizada e nós possamos fazer esse enfrentamento, é preciso, antes de tudo, que se compreenda o fenômeno da violência.

Questiono muito, sobretudo nós que fazemos parte – vou fazer um corte – do sistema de Justiça. A Justiça foi entendida, está sendo entendida ou é entendida sempre pelo lado da repressão pela repressão. É preciso que a gente faça uma ampliação. Para a gente poder bem punir, é preciso que a gente compreenda como esse processo de violência ocorre.

No Ministério Público da Paraíba, a nossa Promotoria de Defesa da Mulher foi criada em novembro de 2011, fruto de um convênio com o Ministério da Justiça. Hoje, ou melhor, na próxima segunda-feira, assumirei a titularidade. Estou, por designação, respondendo pelo Juizado de Combate à Violência Doméstica, que seria parte da repressão criminal, das medidas protetivas. E há a Promotoria de Articulação das Políticas Públicas e de Defesa dos Direitos Difusos. Foi aprovada a nossa lei, e estou assumindo na próxima segunda-feira.

Foi me pedido aqui que eu dissesse sobre... Não sei se, para sistematizar minhas respostas, essas perguntas dirigidas ao Ministério Público, que não encaminhou o relatório, devem ser respondidas por mim no relatório ou se eu teria de responder sobre a estrutura que temos hoje, se ela é a desejada. Eu queria só que a Mesa...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A senhora apresenta um resumo aqui, e o desenvolvimento da informação a senhora manda por escrito.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – O.k.!

Hoje, há essa Promotoria única, que tem tanto atribuição no Juizado de Combate à Violência Doméstica, como atribuição na área de Direitos Difusos, na articulação de políticas públicas. Há um promotor, que serei eu. Mas há um único auxiliar para cobrir toda essa demanda. É a estrutura desejável? Obviamente, não. Obviamente, não.

Costumo dizer que tratar essa questão da violência contra a mulher no seu aspecto jurídico, vamos dizer assim, é o lado mais simples da questão. A gente precisa fazer esse mergulho e tratar dessas questões históricas, antropológicas, sociológicas, porque nós, mulheres, historicamente, fomos coisificadas. Onde nós estávamos no correr da história? Onde nós estávamos no correr da história? Então, desconstituir essa cultura de sermos ainda um cidadão de segunda categoria parece-me ser o maior desafio. É mais desafiante do que simplesmente reprimir aquele fato ilícito, um ilícito penal, porque aí o dano já ocorreu. Nesse caso, estamos correndo apenas atrás do prejuízo. Para mim, o maior desafio é a desconstrução dessa cultura.

Então, a estrutura do Ministério Público é essa.

Foi perguntado também sobre a questão de orçamento. Especificamente, nós não somos órgãos prestadores de serviço. Há ações e projetos dentro do nosso planejamento estratégico voltados, de forma difusa, para a violência doméstica. Eu até achei muito interessante isso. Vou levar isso ao Procurador-Geral como uma demanda, para que se entenda isso. Ele até já me respondeu. Quando eu disse que isso estava sendo perguntado, ele disse: “Tenho R$123 mil”. Vamos nos apossar disso!

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Rosane, peço-lhe um minutinho.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Pois não.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Senadora gostaria de fazer um questionamento.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Aproveitando, Drª Rosane, que a senhora está falando sobre orçamento, o que queremos saber é se há previsão de orçamento no Ministério Público para a criação de mais núcleos especializados, se há previsão de orçamento para capacitação de pessoal. É um pouco sobre isso que a gente quer saber.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Retoma a palavra a Drª Rosane Araújo.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Não há criação de novas promotorias. Inclusive, estou assumindo a Promotoria com multiatribuições. Isso é fruto de modificação legislativa recente. Inclusive, havia um núcleo. Havia até o Juizado de Violência Doméstica, que, na Paraíba, foi criado no final de janeiro.

Então, esse combate, na parte penal, criminal, era feito de forma difusa nas diversas promotorias criminais. E, na hora em que foi criado o Juizado, houve a necessidade de se deslocar um promotor de justiça. Até hoje, tenho sob minha titularidade uma promotoria civil, mas, em razão da nossa modificação legislativa recente, foi criada a Promotoria de Defesa da Mulher, com esse grande guarda-chuva.

Não há previsão. Essa vai ser uma demanda. Isso vai ser necessário, tenho certeza. Até por conta dos projetos existentes, estamos pensando numa gestão proativa, não só reativa. Nós desejamos criar um Núcleo de Justiça Terapêutica e propiciar essa capacitação permanente, no sentido de, como eu falava hoje com a Deputada, criar essa ideologia ou de difundir a doutrina da Lei Maria da Penha, que criou um sistema processual apaixonante e moderno, que traz a vítima como ator importante, dando todas as garantias ao defensor quanto ao acompanhamento. Não é aquela figura meramente inerte, vamos dizer assim, como acontece no processo penal tradicional, em que ela é mera declarante, sem ter uma maior participação. Levar essa ideologia que tem a Lei Maria da Penha, com esse viés assistencial, com esse viés punitivo e com esse viés de proteção, levar essa cultura para membros do Ministério Público e do Poder Judiciário e para os outros atores delegados não é fácil.

Por isso, sempre insisto, na minha fala, na minha luta, que é preciso desconstituir a cultura de que a repressão nos basta, de que, quando chega aquela demanda, vamos correr atrás etc. e tal. E, depois, ficamos nessa vala comum, tratando a violência com questão de números.

Depois, se houver oportunidade, precisamos entender a questão da letalidade contra as mulheres na Paraíba, em João Pessoa. Eu estava vendo que, das 105 mulheres que foram assassinadas até segunda-feira, 86 – pelo menos, é o número que tenho em mão – foram vitimadas com arma branca.

Então, nessa tese – ouvir, Dr. Claudio? –, a gente precisa mergulhar. Quando se fala do narcotráfico, nós operadores do Direito entendemos exatamente isso como causa. Todas essas causas concorrem para isso. A mulher vai para o narcotráfico para vender pedrinha, em detrimento de vender bijuteria de forma espontânea, por ela ter feito opção por uma atividade econômica? É claro que não! Isso pode acontecer, mas essa não é a regra.

Em razão disso, estamos criando um grupo de estudos, de trabalho, exatamente para monitoramento e acompanhamento dessa questão dos homicídios, que nos tem preocupado de forma muito forte. E a gente não só vai acompanhar e monitorar, mas, sobretudo, identificar as causas dessa violência e propor e identificar estratégias eficientes para o seu combate. Sem dúvida alguma, isso é importante.

Essa parceria nós iremos fazer com diversos órgãos internos, como o Gaeco, que é um grupo de combate às organizações criminosas, como a Promotoria do Júri e a Promotoria da Mulher. Nós vamos envolver a Universidade, o Centro de Direitos Humanos e Gênero da Universidade. Então, queremos fazer esse trabalho. E reputo isso de fundamental importância se a gente quer erradicar a violência. Como disse a Profª Sílvia Pimentel, que esteve aqui, a nossa luta não é para minimizar, mas, sim, para erradicar.

Como é que vamos materializar esse Estado democrático de direito se a nossa sociedade é tão hierarquizada, onde há cidadãos de primeira categoria e cidadãos de segunda ou terceira categoria? Essas minorias, compostas por mulheres, por negros, por índios, enfim, nós sempre estamos a reboque. Então, é preciso, sim, que nós, como integrantes de um sistema, possamos repensar nisso e fazer esse mergulho profundo. É muito fácil – quem me conhece sabe que sou promotora há 21 anos – a gente fazer relatório, não é? Há essa cultura do brasileiro, mas, quando fazemos esse mergulho, para que tenhamos resposta de forma consistente, diante da problemática que se apresenta, é outra história.

Eu queria pontuar... Eu já disse que nossa Promotoria foi criada em 2011. Fizemos capacitação, sim, no ano passado, e há uma para se realizar até o final do ano.

Esse núcleo de justiça terapêutica é a menina dos meus olhos. Nesse olhar...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, deixe-me tirar uma dúvida aqui, Presidenta.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A senhora está falando em Justiça Terapêutica. Na verdade, a senhora está dizendo que também é um sonho da senhora, mas como criar a Justiça Terapêutica e não criar mais promotorias para atender às mulheres? (*Palmas*.)

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – É um desafio, é um desafio. Veja só, nós vamos criar dentro da Promotoria de João Pessoa – isso vai ser piloto, é um desafio...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas é para atender à mulher em situação de violência, a Justiça Terapêutica, no âmbito da violência doméstica?

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA –** Sim, sim, fazer um acompanhamento; a Justiça Terapêutica vinculada à Promotoria de Defesa da Mulher. Com esse olhar da Lei Maria da Penha, que ela tem um olhar muito mais amplo, inclusive para o agressor, porque é desejo que tanto a mulher saia desse ciclo de violência doméstica quanto o próprio homem, que ele não possa replicar, em outros relacionamentos, esse comportamento agressivo. E a Lei Maria da Penha traz esse viés, inclusive impõe que seja criado esse centro de educação do agressor, que aí é outra história para lutarmos, que às vezes assusta quando eu faço essa colocação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Há previsão de ampliação dos núcleos de atendimento à mulher, tem previsão?

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – *A priori*, não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não tem previsão?

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – *A priori*, não. Quer dizer, onde existe promotoria especializada de defesa da mulher é só aqui em João Pessoa, na capital, e em Campina Grande. Nos demais, é feito por distribuição pelas diversas promotorias que têm competência criminal.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não tem previsão de criação?

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Não tem, até agora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E a capacitação? A senhora falou em capacitação, mas não ficou muito claro se o Ministério Público faz capacitação, como está o nível de capacitação, quantas pessoas estão sendo atendidas; quem são essas pessoas atendidas pela capacitação e se tem previsão de fazer mais.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Esse é o projeto. No ano passado houve uma capacitação e este ano temos um planejamento para fazer essa capacitação, já em razão da gestão que estamos assumindo a partir segunda-feira. Tem que ser, Senadora. Isso é vital, para que possamos levar essa ideologia da questão da defesa do direito da mulher. Porque nós sabemos muito bem que há o preconceito de que padecem as mulheres, e padecem do reconhecimento da importância da Lei Maria da Penha.

Só para ilustrar, essa semana foi preso um motorista de uma certa instituição e uma certa autoridade me ligou dizendo: “Não, Rosane, não quero nada, quero apenas que agilize o pedido de liberdade provisória, até porque ele só fez ameaçar”. E eu conhecendo a pessoa, que tem comprometimento com as lutas democráticas, então eu digo: como?! Só porque ameaçou?!

Então, precisamos desconstituir isso, de forma muito urgente, porque, historicamente, o lugar dado à mulher no direito foi um lugar nenhum; o da história foi de eterna ausência.

Hoje, conversando até com um colega, ele disse: “Rosane, você está com um discurso muito ideológico; esse viés sociológico...”

Eu digo: gente, pelo amor de Deus, não é discurso ideológico nem sociológico. É claro que, quando vamos tratar de uma questão tão complexa, multifatorial como é a violência, vamos ter necessariamente essa preocupação e esse estudo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Rosane, veja bem, estamos aqui insistindo nessa questão da Justiça Terapêutica, porque a Lei Maria da Penha não prevê a criação, pelo menos no que eu conheço, não prevê a criação de Justiça Terapêutica. A senhora a está querendo criar no âmbito do atendimento à mulher de violência doméstica.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Seria esse acompanhamento.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Acho que são duas coisas. Qual o embasamento que a senhora está tendo para criar Justiça Terapêutica? Se tem embasamento na Lei Maria da Penha, porque eu acho que não tem. E eu gostaria de receber o projeto da senhora, para que possamos avaliar.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – O.k.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – É possível?

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque para nós da CPMI é muito importante que se criem as promotorias de atendimento às mulheres em situação de violência. Se não tem previsão de criação das promotorias, mas vai ter recurso para criar...

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – O que talvez eu queira dizer com Justiça Terapêutica é a criação de núcleos de equipes multidisciplinares que possam fazer esse acompanhamento, tanto do agressor quanto da mulher vitimizada e fazer esse acompanhamento de forma sistemática, entendeu? É nesse viés. Por exemplo, São Paulo tem experiências interessantes junto ao JECrim, ao Juizado. E fazer esse acompanhamento inclusive pós- processo penal. É nesse sentido de restauração. É nesse sentido. Sei que é um desafio...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Por isso é importante que a senhora nos passe o projeto, se puder, porque quando falamos em Justiça Terapêutica, nós visualizamos uma coisa; quando falamos em equipes multidisciplinares, na nossa opinião, é diferente de Justiça Terapêutica. Então, talvez seja interessante recebermos cópia do projeto para que possamos conhecer e ter mais informações.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Nós estamos fazendo isso de forma ainda embrionária. O quanto antes nós iremos mandar. Porque isso não é fácil. Não é fácil. Estou aqui até publicizando que é uma ação da Promotoria. Quando eu entrar em exercício, que possamos implementar isso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Rosane, só para finalizar a preocupação que estou tendo.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Só para não ficar nenhuma dúvida, Drª Rosane. Quando vem algo novo, que não está previsto na legislação, a gente vê com certa preocupação. Isso não quer dizer que estamos fechados a uma nova política. Com certeza não. Mas é importante conhecermos, porque também não podemos correr risco de ter um desvirtuamento da Lei Maria da Penha.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Sim, sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A Lei Maria da Penha precisa ser implementada em sua plenitude. Então, criar novos mecanismos sem que a Lei Maria da Penha esteja sendo cumprida no rigor, isso nos preocupa. *(Palmas.)*

Muitas vezes, conforme a senhora disse, não há recursos previstos para se criar promotorias, mas criar um novo projeto também vai depender de recursos. Em síntese, qual é a nossa preocupação? Precisamos assegurar a real implementação da Lei Maria da Penha por todos os órgãos públicos, inclusive pelo Ministério Público. Então, antes de se pensar em algo novo – e reconhecemos o esforço da senhora, a preocupação da senhora, também estamos vendo com bons olhos –, fica a preocupação de que a Lei Maria da Penha prevê uma série de coisas que precisam ser implementadas, inclusive pelo Ministério Público.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Essas ações articuladas, o art. 35 diz para se criar todos esses...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Drª Rosane.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – De criar esses centros de educação, de reabilitação. É nessa perspectiva que partimos para isso. Não é que vamos desvirtuar e perder o foco no combate à violência doméstica. Em hipótese alguma. Em hipótese alguma.

Eu queria só ressaltar uma das ações do Ministério Público, já que estamos aqui neste debate franco, aberto, não na perspectiva de fazer crítica à toa para qualquer órgão, mas no sentido de que está havendo uma caminhada. A casa abrigo aberta recentemente, no final do ano passado, foi uma ação de articulação do Ministério Público, que precisou, inclusive, entrar com uma ação civil pública, e aí, no atual Governo, houve uma receptividade, e antes que a ação civil pública fosse julgada, houve a criação e a instalação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu acho que se alguém quiser...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Concluiu?

Senadora Ana Rita, mais alguma questão?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu tenho uma questão...

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Essa capacitação tem que ser feita, Senadora, de forma permanente, todos os anos, no propósito de se criar essa doutrina de defesa, de combate à violência doméstica, que ainda é pouco entendida e, às vezes, fica com aquela... Ainda perpetua aquela cultura de que a violência ocorrida no âmbito doméstico e familiar diz respeito apenas ao núcleo familiar. É preciso desconstituir isso. E a capacitação é fundamental, tem que ser feita de forma permanente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVIERA** – Lançamento de cartilha, isso está feito. Enfim...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Rosane, nós então aguardamos que o relatório completo, mais minucioso das informações que solicitamos possa chegar às considerações da Senadora Ana Rita, nossa Relatora.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Eu queria apenas aproveitar a oportunidade, porque é uma angústia nossa, do dia a dia, e já que vai haver um relatório final e serão lançadas propostas, devemos também aproveitar, já que está havendo a reforma do Código Penal, para que possa ser, por exemplo, crime... Porque a Lei Maria da Penha descuidou-se de ter crime em espécie. Então, no nosso dia a dia, aquela ameaça, aquela violência psicológica continuada, às vezes, há dificuldade em tipificá-las. E aí entramos na vala comum da ameaça, lesão corporal, art. 132. Então, para que possa, nessa reforma o Código Penal, ser tipificada essa violência psicológica. E no caso do crime de ameaça, que ele possa ser, como foi feito com o art. 129, lesão corporal, em se tratando de violência contra a mulher ou violência doméstica, que haja um agravamento dessa pena, porque o número de processos prescritos é um absurdo, porque a pena máxima da ameaça são seis meses, e muitas vezes o agressor fica mais de seis meses preso.

Então, eu queria lançar isso e mais uma outra, se for possível, de ação penal em relação à violência doméstica ser como é o caso do Estatuto do Idoso, em que é toda pública incondicionada. Se o idoso é vitimizado, qualquer ação é penal pública incondicionada. É uma sugestão que eu queria pontuar.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Rosane, só para também informar a senhora. Na Comissão do Código Penal, de que eu e outros Parlamentares fazemos parte, e no nosso gabinete, nós já estamos discutindo como contribuir, ajudar a apresentar sugestões para que o Código Penal possa tratar de questões que estão afetas à violência contra a mulher também.

Se a senhora tiver alguma sugestão para nos encaminhar, será muito bem-vinda.

Nós já informamos hoje aqui que, a partir dos trabalhos da CPMI, vamos dar continuidade a esse processo de discussão, criando uma comissão especial no Senado. Hoje, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nós criamos três comissões de trabalho, e uma delas é uma comissão de trabalho para discutir essa questão da legislação, e o Código Penal está sendo avaliado também por ela. Estamos fazendo um diálogo com a SPM, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, já estamos programando agendamento de reuniões para fazer o debate sobre este tema, para que, na reforma do Código Penal, nós possamos avançar e oferecer uma boa contribuição.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Isso, porque é uma angústia diária nossa.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E se a senhora tiver alguma sugestão para nos encaminhar, será muito bem recebida, para que o GT possa se apropriar dessa sugestão da senhora e fazer os devidos encaminhamentos que poderemos fazer na discussão do Código Penal.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para as suas considerações finais, a Drª Rosane.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – É importante dizer que, aqui em João Pessoa, na Paraíba, a gente tem trabalhado nessa articulação, para fortalecer a rede, mas precisamos ainda avançar por demais.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu quero também dizer, Drª Rosane, que várias informações que solicitamos ao Ministério Público aqui do Estado não chegaram à CPMI. Eu não sei se a senhora tem alguma explicação a dar, mas, de qualquer modo, nós queremos receber essas informações no prazo máximo de sete dias, a contar da data de hoje, para que elas constem do nosso relatório. (*Palmas.*)

Porque isso foi encaminhado com bastante antecedência para o Governo do Estado, para o Poder Judiciário e também para o Ministério Público. Só que o Ministério Público não respondeu, não se justificou e eu não sei se a senhora tem alguma explicação a dar.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Rosane.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – Pois não.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos dar a palavra final. Nós insistimos, nós repetimos o nome das pessoas para que as notas taquigráficas possam ter um registro factível.

A senhora apresenta suas razões finais e nós aguardaremos as informações por escrito.

**A SRª ROSANE MARIA ARAUJO E OLIVEIRA** – O.k. Eu quero pedir desculpa, mas eu não tinha esse conhecimento. Eu estou no órgão de execução, estou no *front,* fazendo audiências de segunda a sexta, lá no juizado. E sou muito sincera, não vou argumentar, deve ter sido efetivamente encaminhado e, tão logo isso chegue às minhas mãos, será respondido com a maior presteza e senso de responsabilidade.

Eu não sei em que mesa ou em que mãos parou e não foi avante. Até hoje, não seria a rigor a minha pessoa, a minha promotoria a responsável, porque eu estava só no juizado, na parte de repressão e medidas protetivas. Mas não se preocupe, porque eu vou dizer lá em casa que levei um puxão de orelha na frente de todo mundo.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Drª Rosane, o início do seu trabalho de construção. A secretaria da CPMI enviará diretamente para a senhora as solicitações que foram apresentadas, para que seja cumprido no tempo previsto. Nós agradecemos mais uma vez e damos por encerrada a sua oitiva.

Nós queríamos registrar aqui a presença da Joana D’Arc Barbosa, Secretária Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de Patos; da Luciana Barroso Barbosa, Cunhã e Rede de Mulheres e Articulação de Mulheres do Brasil; a Terlúcia Silva, da Bamidelê, Rede de Mulheres e também da AMB; e Edvania Macedo, Rede de Mulheres e também da AMB; Geisa Garcia, Rede de Mulheres; Raquel, da Marcha das Vadias; e a Srª Uema, membro da UBM.

Nós vamos passar a palavra, numa excepcionalidade, por cinco minutos, por uma solicitação das Mães Na Dor, que nos encaminharam a solicitação de que elas entregassem pessoalmente o dossiê.

Nós vamos, excepcionalmente, dar a palavra por cinco minutos, para recebermos formalmente das suas mãos o dossiê aqui apresentado.

Em seguida, passaremos a palavra para o Dr. Vanildo Oliveira Brito, Defensor Público Geral do Estado da Paraíba.

A senhora, por favor, identifique-se, com seu nome completo.

**A SRª HIPERNESTRE CARNEIRO –** Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Hipernestre Carneiro, a mãe de Aryane Thaís.

Exma Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes, o meu abraço também à Vice-Presidente da CPMI, a Deputada Keiko Ota, como mãe na dor; à Senadora Ana Rita; ao Deputado Dr. Rosinha, que não se encontra; à Deputada Gilma Germano; à Secretária Iraê Lucena e a todas as mulheres que levantam a bandeira pela paz.

Vou pedir licença a vocês para convidar algumas pessoas para participarem dos últimos momentos desta conferência. Entre por aquela porta a jovem Gerlane do Nascimento Lima; entre por aquela porta a jovem de 21 anos Aryane Thaís; que também entre por aquela porta a jovem de 15 anos Rebeca Cristina; que também entre a jovem de 14 anos Andrezza Batista; que também entre a jovem Rita de Cássia; que também entre Wélia Gomes, de 28 anos, Marcilene Roseno, de 17 anos; Vanessa Maria de Oliveira, de 18 anos; Jéssica Laís, de 19 anos; a Professora da Universidade Federal da Paraíba Briggida Rosely, de 29 anos; a jovem Luciana de Souza correia, de 35 anos; a jovem Lucila Leite Lordão, de 28 anos. Podem sentar-se as mães e aguardem as filhas chegarem. Elas não vão chegar. Por quê?

Peço desculpa a todos pela ausência das mesmas, mas, infelizmente, essas jovens foram tiradas, arrancadas brutalmente dos nossos braços pelos seus companheiros.

Existem casos aqui, senhores e senhoras, que ainda se encontram, há mais de dois anos, em inquérito policial. Existem casos aqui que o assassino pede para não ser filmado; para que, numa audiência, a imprensa não o filme, e o Exmo Sr. Juiz diz: “Pedimos a compreensão da imprensa para que não filme o réu, porque a imprensa será punida”.

Então, Drª Ana Rita, estamos com uma forte dor no coração em saber que, mais uma vez, estamos aqui nas ruas, clamando, como sempre fazemos, e parece que ninguém nos ouve. Ninguém nos ouve! Todo mundo é surdo para ouvir a nossa voz, o nosso clamor. E nós estamos aqui de coração erguido, de coração gratificado pela vinda da CPMI à Paraíba. (*Palmas.*)

Hoje, para nós, vocês representam uma luz no fim do túnel; uma luz no fim do túnel. E que essa luz no fim do túnel apareça para que a justiça na Paraíba seja feita.

Eu quero dizer que nossas filhas e filhos queriam simplesmente uma coisa: viver. Nossos filhos queriam viver, e tomaram a iniciativa de ceifar-lhes a vida. E ninguém faz nada, Senadora. Ninguém faz nada!

Somos mães desabrigadas, desamparadas. Nós não temos um psicólogo, nós não temos um serviço social, nós não temos direitos humanos. Pergunte a qualquer uma daqui qual foi o representante de direitos humanos que bateu à nossa porta para perguntar: D. Tereza Cristina, como é que a senhora se encontra? Ana Romário, você precisa de um apoio? Andréia, você precisa de alguma coisa? Nunca! Nunca! Nós só sabemos através de imprensa, de televisão, de qualquer outro tipo de palavras que existem direitos humanos, mas, na Paraíba, para nós, não existem. Eles fingem não nos ouvir.

Vou aproveitar o momento para falar a respeito do caso Aryane.

Quando o Juiz de Direito Dr. Marco Wiliam pronunciou que o Luiz Paes de Araújo Neto, que foi devido a todas as... Tudo que foi feito foi confirmado, que ele realmente foi o assassino de Aryane Thaís – e não posso dizer que ele era o assassino até o momento do julgamento. Então, ele recebeu uma carta do advogado de defesa que diz assim – só um trechinho:

*O juiz precisa, antes de tudo, de uma calma completa, de uma serenidade inalterável, porque o acusado apresenta-se diante dele sob a paixão violenta e a paixão de opinião. O crime repelente e abjeto desperta, em toda alma delicada, um natural sentimento de indignação e revolta*.

Aí eu digo: e nós estamos revoltadas, indignadas, sofridas porque ninguém nunca pediu para a Justiça sequer fazer alguma coisa por nós. Se nós não estivermos nas ruas clamando... O caso da minha filha, Senadora, o caso da minha filha adiantou um pouco, porque eu clamei, diante àquele corpinho inerte, branquinho, de 21 anos, que passou a noite toda numa BR, tomando chuva, com o filho no ventre. Eu clamei diante daquele corpo: “Minha filha, enquanto eu respirar, eu vou lutar por justiça”.

Então, é este o meu trabalho: clamo por justiça, sabendo que a minha filha não volta; clamo por justiça por essas mães. Mas clamo por justiça porque eu tenho hoje duas netas e quero um mundo melhor para as minhas netas e para os filhos de vocês. Por isso eu estou aqui. (*Palmas*.)

E vem uma última pergunta. Aborto é crime. Aí eu pergunto: aborto é crime? É, mas, e matar mãe com filho no ventre é o quê? É o quê?! (*Palmas*.) Se uma mulher hoje praticar um aborto ela é punida, e o assassino da minha filha encontra-se atrás de um birô, como secretário, no interior da Paraíba. (*Palmas*.)

Quero agradecer, Deputado. Quero agradecer a todos que me deram esta oportunidade de falar em nome de todas as mães e quero terminar o meu momento repetindo o que diz a Deputada Jô Moraes no seu *folder*: “A mudança está em nossas mãos”. Que mude!

Obrigada. (*Palmas*.)

 (*Manifestação das galerias*.)

 **A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Como nós já informamos, a CPMI encaminhará esse dossiê para o Conselho Nacional de Justiça, para o Conselho Nacional do Ministério Público e encaminhará requerimento, aprovado em nossas reuniões administrativas, para acompanhamento rigoroso.

Vamos voltar a encaminhar também por aprovação aquilo que, quando o Dr. Claudio estava aqui, nós solicitamos dele, que, na agilização dos processos de apuração, os casos dos dossiês Mães Na Dor possam ser prioridade na apuração.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Vanildo Oliveira Brito, Defensor Público Geral do Estado da Paraíba, agradecendo porque, desde o início, muito cedo, já estava aqui presente.

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Srª Presidente, permita-me, em sua pessoa, cumprimentar todos os componentes da Mesa; demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, a Defensoria Pública tem como trabalho principal oferecer meios para que as pessoas que não têm condições de contratar um advogado possam chegar até a Justiça.

Evidentemente que parte dos nossos trabalhos é voltada para o agressor: agressor de homens, agressor de mulheres, de crianças. Enfim, nós não podemos ter um trabalho só para defender as mulheres vítimas de violência. Esse seria, desde o início da criação da Defensoria Pública, a parte menor das nossas atribuições, porque somos defensores públicos.

A partir do ano passado, quando assumi a Defensoria Pública, eu incrementei no nosso orçamento a quantia de R$100 mil para ser gasta com problemas sociais. Entre esses problemas, nós criamos, provisoriamente, um núcleo – eu digo “provisoriamente”, pois não havia ainda a lei, que só foi sancionada em maio deste ano –, para atender às mulheres vítimas de violência. Lá contamos com o apoio de uma psicóloga e de uma assistente social.

Esse trabalho é embrionário, insuficiente para atender todas as pessoas que nos procuram, não só em João Pessoa como no restante do Estado.

Em Campina Grande, nós temos também uma Vara Especializada de Crimes Contra a Mulher, como temos em João Pessoa, e lá também temos uma assistente social e uma psicóloga, que trabalham diretamente com o juiz da execução penal.

No nosso núcleo em Campina Grande, nós não temos ainda psicólogo ou assistente social para acompanhar a mulher que nos procura não só para requerer aquelas medidas protetivas, porque isso aí nós fazemos, mas para dar acompanhamento através de um psicólogo ou de um assistente social, para ir lá, para verificar, quando se trata de criança, se aquela criança tem uma situação boa, um convívio social normal, propício para uma pessoa de sua idade. Enfim, estamos tentando inserir essas medidas no nosso orçamento deste ano, que ainda está sendo apreciado pelo nosso Conselho, que teve sua primeira reunião na terça-feira passada.

Pedimos ao Governador – aliás, não pedimos, foi uma resposta a um ofício que nos foi enviado pelo Sr. Governador. Ele nos perguntava o que nós precisávamos, em termos de investimento por parte do Estado, para prestarmos melhor atendimento à população de forma geral. Incluímos nesse orçamento que pretendemos levar para a equipe econômica do Governo ainda na próxima semana – acredito que o Conselho deva aprovar na próxima semana –, onde estamos pedindo em torno de R$4 milhões a R$5 milhões, para fazermos os implementos necessários para que possamos, entre outras coisas, contratar 68 psicólogos, 68 assistentes sociais, para alugarmos ou comprarmos núcleos, imóveis físicos que possam abrigar os núcleos nas demais comarcas do Estado. Porque nós temos alguns fóruns que nos cedem uma sala, mas é um compartimento pequeno, onde não se pode colocar ali defensor público, assistente social e psicólogo; mal dá para o defensor público atender as pessoas que nos procuram.

Nós temos 47 comarcas vagas em todo o Estado da Paraíba, e um dos pedidos que fizemos ao Sr. Governador foi que aumentasse o nosso orçamento acima do que permite a lei, para que possamos fazer concurso público e, assim, preenchermos essas comarcas vagas. Porque nós sabemos da importância de um defensor público em uma comarca para atender também as mulheres vítimas de violência. Sozinho é impossível, o trabalho não fica completo; mas acompanhado de um assistente social, de um psicólogo, nós poderemos fazer um trabalho de melhor qualidade.

Temos um núcleo para assistir as pessoas que são vítimas de crimes homofóbicos. Destinamos também a importância de R$100 mil para esse núcleo. Nós temos um atendimento diário de três a quatro pessoas. É um núcleo novo, que ainda não foi também constituído legalmente, mas que vem funcionando no Anexo da Defensoria Pública.

Na semana passada, nós demos entrada, acredito, na primeira petição, nos fóruns da Paraíba, para que uma pessoa mude o seu nome do sexo masculino para o sexo feminino. Não sei como a Justiça vai entender isso, mas nós entendemos que uma pessoa que se sente uma mulher, não é pelo simples fato de ter um órgão genital masculino que ele vai ser um homem; ele se sente uma mulher. Isso eu acho que é uma coisa muito importante que a Justiça vai começar a apreciar agora em João Pessoa e em todo o Estado da Paraíba, se houver oportunidade.

Quanto ao que nós pretendemos fazer, o que eu tinha a dizer no momento é isso.

Estou à disposição dos senhores componentes da Mesa para qualquer esclarecimento.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Dr. Vanildo, e passamos a palavra para a Relatora, nossa Senadora.

Antes, quero dizer que a Defensoria Pública é um dos maiores desafios do Estado brasileiro. É o setor, o poder que tem menos apoio, menos recursos e desafios enormes. Temos menos de 700 Defensores da União para dar conta de tantos problemas que a Justiça, sobretudo para os pobres, enfrenta.

Agradeço e cumprimento por sua presença aqui.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Dr. Vanildo, primeiro, quero parabenizá-lo pelo esforço de realmente equipar a Defensoria Pública, cobrando concurso público para que novos profissionais sejam contratados.

Na verdade, a CPMI também encaminhou pedido de informações para a Defensoria Pública, mas as informações que obtivemos não foram muito completas. As respostas que obtivemos foram, de certa forma, bastante frágeis. Se houver possibilidade, nós gostaríamos de receber maiores informações do trabalho da Defensoria Pública. Se for possível, Dr. Vanildo, encaminhar para nós um relato das ações desenvolvidas pela Defensoria Pública, inclusive apontando quais são essas dificuldades, esses problemas e que iniciativas a Defensoria está tomando para superar esses problemas.

Eu teria três perguntas para fazer ao senhor. Na verdade, são duas perguntas e informações a respeito de um caso muito específico.

Não sei se o senhor tem esses dados agora, mas gostaríamos de saber quantas mulheres foram atendidas pela Defensoria Pública com medidas protetivas. Quantas medidas protetivas foram solicitadas e quantas foram de fato aplicadas?

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Até agosto, 69 mulheres foram atendidas no Núcleo da Defensoria Pública. Agora, quantas medidas protetivas, no momento, não disponho desse dado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Certo. Então, ficaremos aguardando essa resposta, posteriormente, do senhor.

Nas audiências de que as vítimas têm participado, dos casos de violência doméstica, em todas elas há a presença de um defensor ou defensora?

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Não. A Defensoria Pública só tem, no Juizado da Violência contra a Mulher, uma defensora designada para acompanhar a mulher. Nas outras audiências, nas outras Varas do Estado, existe o defensor para acompanhar o acusado, não a mulher vítima de violência. Não temos, nos nossos quadros, pessoal suficiente para fazer esse trabalho.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Acabou de falar o Defensor, Dr. Vanildo.

Retorno a palavra à Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Estou recebendo aqui da Assessoria que são mais ou menos 1.500 inquéritos e apenas 60 atendidos pela Defensoria. Como é que o senhor explica isso? Qual é a avaliação que o senhor faz?

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Inquérito não é competência da Defensoria apreciar. Nós trabalhamos em processos. Inquérito é do âmbito da Delegacia de Polícia. Quando chega na Justiça é que a Defensoria Pública vai trabalhar no processo, não no inquérito.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Os inquéritos não são transformados em processos, doutor?

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – São transformados, mas não com a presença da Defensoria Pública, a não ser nos casos de prisão em flagrante que nós pedimos relaxamento. Mas o inquérito policial em si é feito na delegacia de polícia. Quando uma pessoa precisa se apresentar numa delegacia para ser ouvida num inquérito, ela procura a Defensoria e nós designamos um defensor para acompanhá-la até a delegacia. Mas, em regra geral, o defensor público não trabalha em inquérito, só se procurado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E essas mulheres que foram atendidas, as 60 mulheres que foram atendidas, elas foram atendidas em que momento?

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Elas são atendidas quando são vítimas da violência e se dirigem primeiro à Defensoria Pública. Nós temos uma equipe multidisciplinar para atendê-las. Se elas forem primeiro à delegacia, lá será atendida pela delegacia. Aí nós não temos conhecimento desse fato. Só vamos ter conhecimento desse fato quando esse inquérito for transformado em processo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Essas 60 mulheres que foram atendidas...

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Sessenta e nove.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Sessenta e nove? Elas foram atendidas em que período de tempo?

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – De janeiro a agosto deste ano.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – De janeiro a agosto deste ano.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para ajudar as notas taquigráficas, informo que estão fazendo uso da palavra o Dr. Vanildo e a Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, na verdade, estamos tirando aqui uma média: de janeiro a agosto, são 6 meses e 60 mulheres, o que dá uma média de 10 mulheres por mês.

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Mais ou menos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mais ou menos isso.

Há outra questão, doutor, que eu gostaria de perguntar, porque nós recebemos também uma denúncia do movimento de mulheres e eu gostaria de obter informações atualizadas sobre o caso de Antônia Maria Alves Pereira, que foi atendida pelo Defensor Público, de acordo com as informações que recebemos, chamado Tota, no Município de Monteiro. Segundo nos foi relatado na reunião de ontem, ela continuaria a ser perseguida e ameaçada pelo ex-companheiro, que inclusive ficou com a guarda dos filhos. O senhor tem informações sobre isso? Essa mulher corre risco de vida e está solicitando, inclusive, medida protetiva.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Dr. Vanildo.

**O SR. VANILDO** **OLIVEIRA BRITO** – Ela foi atendida não por um defensor público, mas por um advogado que estava requisitado para a Defensoria Pública na cidade de Monteiro. Ele foi retirado da cidade de Monteiro a pedido da juíza local. Nós o removemos para a cidade de Prata onde ele, habitualmente, exerce suas funções.

O marido, o agressor, ele é revel no processo. A Defensoria não tem como chegar até ele. Caso a Polícia consiga prendê-lo, nós poderemos fazer alguma coisa, porque o réu é revel, nós não temos como chegar a ele.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas que providência a Defensoria está tomando?

**O SR. VANILDO** **OLIVEIRA BRITO** – Não podemos garantir a integridade física dessa mulher, porque nós não temos como fazer isso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas não tem como a Defensoria Pública cobrar do Poder Judiciário que dê medida protetiva a ela, para que ela possa ser protegida?

**O SR. VANILDO** **OLIVEIRA BRITO** – Nós podemos requerer, se é que já não foi requerido – eu não tenho conhecimento do total teor do processo. Pode requerer as medidas protetivas, mas obrigar que o Estado ofereça essas medidas protetivas nós não podemos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dr. Vanildo...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Parece que ela já tem medida protetiva, segundo a Cleide aqui, que ouviu também as mulheres ontem. Ela já tem medida protetiva, só que a medida protetiva não foi aplicada. E aí, em minha opinião, acho que a Defensoria Pública tem de agir em defesa dessa mulher, tem de cobrar essa medida protetiva. *(Palmas.)* O advogado tem de fazer isso. Para quem não tem advogado particular, é à Defensoria Pública que cabe fazer isso. Se a Justiça está sendo lenta para aplicar a medida protetiva, se a concedeu, mas ela não está sendo aplicada, quem vai defender essa mulher? Em minha opinião, é o Estado, por meio da Defensoria Pública.

**O SR. VANILDO** **OLIVEIRA BRITO** – Eu estou sabendo desse caso neste momento. A partir de segunda-feira, eu vou mandar uma corregedora até a cidade de Monteiro para verificar o processo e o que pode ser feito.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutor, então vamos acertar o seguinte: acho que seria muito bom que a Defensoria Pública pudesse verificar *in loco* como está a situação do processo dessa senhora, tomar as providências e informar à CPMI sobre as providências que foram tomadas. Está bem? (Palmas.)

**O SR. VANILDO OLIVEIRA BRITO** – Eu informarei.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós lhe agradecemos, Dr. Vanildo.

Dispensa-se a aprovação do requerimento de informações, porque na audiência pública já foi formalizado o requerimento pela Relatora, Senadora Ana Rita, e nós ficamos aguardando as informações da providência que o senhor acaba de nos informar, que é enviar a corregedora para verificar *in loco*. Assim que tivermos a informação, nós a repassaremos para as pessoas interessadas.

Muito obrigada, Dr. Vanildo, por ter chegado cedo e ter ficado até agora.

Nós queríamos lembrar ao Secretário de Saúde – também lhe agradecendo pela sua manutenção –, em primeiro lugar, a Rede Feminista de Saúde lembra que, quando o senhor falou em centros de referência, usou esse termo, confundiu-se com serviços de referência na Rede SUS. É para que a gente faça certa modificação. Elas solicitam também – se não tiver a informação, o senhor pode passar para a CPMI – as ações intersetoriais que se refiram ao combate e o enfrentamento da violência; solicitaram também que o senhor nos passe o Plano Estadual de Saúde na operação no que diz respeito à receita orçamentária e às iniciativas de violência contra a mulher. Isso nos foi encaminhado pela Rede Feminista de Saúde e Socorro Borges.

Lembramos ao senhor que aguardaremos – não sei se chegou a informação do Orçamento, acredito que não – as informações que o senhor possa nos passar.

Passamos a palavra, agora, para a representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, a Drª Antonieta Nóbrega Machado, que disporá de até 20 minutos.

Se o Secretário tiver as informações, poderá passá-las para nós, e as colocaremos.

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Peço licença à Deputada Jô Moraes para, na sua pessoa, saudar todos os componentes da CPMI e reiterar as palavras da Drª Rosane, manifestando minha felicidade de compartilhar deste momento de materialização do Estado democrático de direito, com a presença de vocês aqui.

Minhas senhoras, meus senhores, como a Presidente já falou, estou aqui representando o Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba. Devo dizer aos senhores que não me conhecem ainda: sou Juíza de Direito da Comarca de Santa Rita, na Grande João Pessoa, e fui a instaladora do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher aqui na capital. Por isso, acredito que tenha sido convidada pela Presidência para estar aqui hoje. A juíza titular daquele Juizado está de férias e, por isso, certamente não pôde comparecer ao ato, assim como o Presidente, por compromissos profissionais, também não pôde estar presente.

Minha fala já vai ser respondendo às perguntas que foram dirigidas. Depois, fico à disposição da Mesa e de quem mais tiver perguntas a fazer ao Judiciário.

Vou começar pela segunda pergunta: o que tem feito o Poder Judiciário para diminuir a violência letal contra a mulher? Na verdade, temos procurado otimizar o serviço prestado à sociedade. Como está sendo essa busca de otimização? Em 2010, foi feita a nova Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba, que criou algumas varas, entre elas o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital e de Campina Grande, as duas maiores comarcas do Estado.

Além disso, também foram colocadas, nas demais comarcas de segunda e terceira entrância, varas especializadas. Então, a gente tem aqui duas varas privativas e a gente tem a especialização em varas que têm outras atribuições também nas demais comarcas.

Nas comarcas de primeira entrância, a gente conta com varas únicas, por isso não houve a especialização.

Essa criação foi em 2010. Em março de 2011, entrou em vigor a nova Lei de Organização Judiciária e, então, as varas especializadas nas comarcas de segunda e terceira entrância começaram a funcionar com essa especialidade.

Em outubro de 2011, foi instalado o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campina Grande e, em 31 de janeiro deste ano, 2012, foi instalado o Juizado da capital. Quanto a esses Juizados, a título de esclarecimento, o da capital, hoje, tem 2.118 feitos em tramitação; o de Campina Grande tem 1.083 feitos em tramitação. No da capital, já foram arquivados 542 processos e, no de Campina Grande, já foram arquivados 835 processos.

O que mais o Judiciário tem feito? Foi criada a Coordenadoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A Desembargadora Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti, que é a próxima presidente do Tribunal, teve a iniciativa de convidar para uma reunião os principais atores de proteção da mulher. Nessa reunião, foi combinado o Fórum do qual a Drª Iraê já falou, o I Fórum Interpoderes sobre Violência contra a Mulher. Foi criado também um grupo de trabalho, que é o Grupo de Gestão Integrada de Gênero, para que, mensalmente, essas pessoas que querem colaborar, não somente autoridades públicas, mas também pessoas do público em geral que queiram colaborar para o enfrentamento da violência contra a mulher, possam participar. E esse grupo trabalha em parceria com a Rede, que, sob a batuta da Drª Iraê Lucena, já funciona muito bem.

Eu queria até registrar que acho que os números da violência na Paraíba são até contraditórios ao trabalho que vem sendo feito, porque a Drª Iraê Lucena – eu sou testemunha – vem fazendo um trabalho primoroso à frente da respectiva Secretaria. Eu fico impressionada com a dedicação dela e com seu esforço para fazer efetivar as políticas públicas.

No âmbito do Município, enquanto estive à frente da Vara, vi também um esforço muito grande do Município para fazer valer as políticas públicas de proteção à mulher.

No Ministério Público, temos a Drª Rosane, que, como vocês viram rapidamente, é uma pessoa vocacionada e que tem interesse não somente na resposta, na repressão, mas também na prevenção. Então, acho que a Paraíba realmente está de parabéns com esse trabalho preventivo.

Infelizmente, essa mudança cultural é lenta. Nós contamos aqui com a sociedade civil organizadíssima. O Centro 8 de Março, o Grupo de Mães, todos esses grupos de mulheres são organizadíssimos e fazem um trabalho belíssimo. Acredito que essa mudança cultural seja uma questão de tempo, porque, afinal de contas, mudança cultural não é rápida. E é uma cultura mundial, não é uma cultura privativa nossa essa da violência contra a mulher, infelizmente. Mas acredito que nós estamos progredindo bastante.

O Tribunal de Justiça também tem tentado melhorar as suas atividades por meio da Escola da Magistratura, que tem feito cursos breves, não somente autônomos, mas também em parceria com a Defensoria Pública, por exemplo, e com outros órgãos.

Quanto à capacitação, que foi perguntada a outros órgãos, a gente teve, pelo Poder Judiciário, apenas na instalação das Varas. Então, quando da instalação das Varas, foram feitas capacitações para os servidores e magistrados.

No quesito orçamento para 2012 e 2013, não existe previsão orçamentária específica para os juizados de violência doméstico-familiar contra a mulher ou para a coordenadoria. O próprio Conselho Nacional de Justiça proíbe os tribunais de vincularem verbas para matérias que não sejam ligadas à sua atividade-fim. Então, para políticas públicas que sejam direcionadas a essa matéria o Tribunal fica impedido de dirigir outros tipos de verbas orçamentárias.

Outras perguntas que foram feitas.

“As informações fornecidas pelo Poder Judiciário estão pouco detalhadas. Gostaria que fossem especificadas, como, por exemplo, quantas medidas protetivas foram concedidas; quantas prisões preventivas foram decretadas; quantas sentenças condenatórias.”

Eu sinto informar que o nosso sistema não está apto a dar essas informações pormenorizadas. O nosso sistema tem condições de dizer quantas decisões foram proferidas. Então, dentro de decisões, há decisões de decretação de prisão preventiva, decisões de concessão de liberdade e decisões de concessão de medidas protetivas, mas não há o número especificado. Nas Varas que são privativas, talvez a gente consiga, arcaicamente, esses números, olhando nas pastas, mas, em nível de Estado, eu acho impossível fornecer esses números.

A título de esclarecimento somente – a senhora perguntou ao Dr. Vanildo a respeito das medidas protetivas e à diferença tão grande do número de inquéritos para o número de atendimentos –, eu gostaria de dar uma contribuição e dizer à senhora que essas medidas protetivas são solicitadas, mormente, pelas delegadas. Então, há um grande volume de solicitações de medidas protetivas, mas direcionadas pelas delegadas.

Normalmente, o que acontece? Quando as mulheres vítimas de violência procuram a Defensoria Pública, a Defensoria, para instruir seu pedido, pede que a mulher vá à delegacia. Quando a mulher está na delegacia, a delegada não somente toma por termo as suas declarações e faz o procedimento para instauração de inquérito, mas também faz o requerimento das medidas protetivas. Até porque, no início, na instalação do Juizado aqui da capital, começaram a chegar muitos casos, vindos da Defensoria, de pedido de separação de corpos sem que houvesse um histórico de violência. Cheguei a conversar com a Defensora Pública que a gente não estava ali em substituição às Varas de Família. Separação de corpos que não envolve violência contra a mulher não é matéria de Juizado de Violência contra a Mulher. É matéria de Vara de Família. Se a gente começar a aceitar esse tipo de ação, a gente vai inviabilizar o Juizado e descaracterizar a instituição. (*Palmas.*)

Então, não aceitei. Por isso, talvez, a maior parte das medidas protetivas chegue via delegacia.

Se há previsão orçamentária para ampliação das Varas ou Juizados Especializados, considerando a realidade da violência contra a mulher no Estado? Não, infelizmente não há previsão orçamentária para ampliação dessas Varas.

Conversei com o Presidente do Tribunal. Ele me disse que gostaria, inclusive, que fosse informada à CPMI a dificuldade que ele está tendo atualmente até mesmo para nomeação dos servidores para essas Varas. A realidade atual é que esses servidores são relotados de outras Varas, porque existia uma determinação do Conselho Nacional de Justiça de que os servidores do último concurso do Estado da Paraíba não podiam ser nomeados. Agora que houve a liberação para a nomeação desses servidores, o Conselho Nacional orientou que deveria ser priorizada a nomeação de servidores para atividade-fim. Por isso, inclusive, o setor multidisciplinar não está ainda completo. Então, trago essa informação também.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Só uma pergunta. Por orientação do CNJ?

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Do Conselho Nacional de Justiça. Exatamente.

Aqui V. Exªs concedem o prazo de uma semana para que sejam enviados os documentos a esse respeito. Depois, vou até pedir que me digam para quem devo encaminhar, endereço, esse tipo de coisa.

Prosseguindo, tem aqui outra pergunta: “recebemos informação de que as medidas protetivas não estão sendo concedidas no prazo legal de 48h, conforme determina a Lei Maria da Penha” e, para exemplificar, cita o Processo nº 200, aqui está 2.021, mas deve ser 2012, 101.569-3, de autoria de Viviany Basílio Ramos, que foi distribuído em 13/08 e até 12/09 ainda não havia sido concedida. Um mês, e não houve essa concessão. Realmente, não sei explicar, porque, desde o dia 16 de julho, não estou mais na Vara. Então, não sei explicar o que aconteceu com esse caso concreto. Como essa pergunta só me chegou quando eu já estava aqui e o expediente forense já tinha sido encerrado, não tenho como explicar, mas enviarei a resposta. Acredito eu que tenha alguma dificuldade diante do volume de serviço, da escassez de funcionários. Acredito eu que seja algo que esteja por aí, mas não tenho como realmente dar a explicação mais concreta do caso.

Além disso, a juíza titular estaria exigindo, para a concessão das medidas protetivas, os antecedentes criminais do réu e a manifestação do Ministério Público, que, segundo a lei, deve se manifestar após o deferimento das medidas, especialmente para pleitear a complementação das mesmas, se necessário. Bom, quando eu estava à frente da Vara, eu concedia a medida e, somente depois, os autos iam com vista ao Ministério Público. Atualmente, está sendo a assessora da juíza de lá uma senhora que foi minha assessora na época em que fui juíza corregedora. Ela me acompanhou aqui no início da tarde e me informou que esse posicionamento já está sendo modificado e me pediu inclusive algumas orientações para que ela possa repassar para a colega que recém chegou na matéria e que não tinha ainda muita familiaridade com a matéria. Acredito eu que esse seja um posicionamento que esteja sendo revisto. O Tribunal de Justiça se compromete, por meio da coordenadoria, a fazer uma orientação aos magistrados de todo o Estado, para que esse tipo, de fato, não volte a ocorrer.

Eu gostaria de saber a razão dessa demora, porque a lei prevê que a decisão seja proferida em 48 horas, em virtude de ser medida de urgência, e por isso mesmo sem necessidade de outra medida. Essa pode ser a razão para o aumento de mortes no Estado.

 A resposta é essa mesma – não é? –, de que o assoberbamento de serviço muitas vezes impede que o magistrado seja tão célere quanto gostaria.

Em algum momento aqui – acho que deixei de ler –, falava-se em 5 meses para concessão de uma medida protetiva. Eu me sinto até obrigada a falar que, quando foi instalado o Juizado de Violência Doméstico Familiar Contra a Mulher aqui na capital, nós recebemos processos de 12 varas diferentes. As varas que funcionavam no Fórum Criminal Central aqui da capital estavam com os processos mais ou menos em dia. Mas nós temos aqui um fórum distrital, que é o Fórum Distrital de Mangabeira, que cobre toda a região sul da cidade, que são talvez os bairros mais populosos da cidade – Mangabeira, Valentina, Bancários, Geisel e vários outros.

O que acontece?

Lá nós tínhamos três Varas e um Juizado para atender a uma população que acho que, hoje, é igual ou até superior à população da zona norte, que existiam mais de 50 Varas para atender. Essas Varas estavam sobrecarregadas e realmente existiam processos que estavam sem um provimento judicial desde 2009 ou 2010.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Antonieta, para esclarecimento.

As 12 Varas não eram Varas especializadas, não?

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Nenhuma delas.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eram Varas comuns que enviaram os processos relativos à Lei Maria da Penha?

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – A Lei Maria da Penha, para o novo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quantos Juizados tem aqui?

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Somente um aqui na capital.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E na Paraíba?

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Na Paraíba, Juizado privativo nós temos dois: um em João Pessoa; um em Campina Grande. Nas demais Comarcas de 2ª e de 3ª Entrância, nós temos as Varas que têm competência especializada na violência doméstica e familiar, mas que não são privativas unicamente desta matéria.

Então, realmente, aqui na capital, a gente tinha nessas Varas do Fórum Distrital de Mangabeira uma situação bastante lastimável; não por desídia de algum magistrado ou outro, de algum funcionário ou outro, mas por uma situação realmente impossível. Eram Varas que tinham, em média, 7 mil processos – uma delas tem mais de 15 mil processos –, com 2 ou 3 funcionários e um magistrado para funcionar. Então, realmente, era impossível.

Ao chegar esses processos no Juizado, procuramos dar a celeridade possível. É claro que, com uma demanda que chegou toda de uma só vez, de 12 Varas diferentes, e ainda chegando inquéritos novos, nós não podíamos dar o vencimento ideal, mas acredito que estávamos dando uma coisa bem próxima do que seria ideal. A celeridade realmente foi real. Não foi ideal, mas foi assim próxima do ideal.

Também nos foi informado que a juíza titular do Juizado de Violência Doméstica de João Pessoa está viajando há cerca de duas semanas e que não estão sendo realizadas audiências em virtude disso.

Pergunta: “Por que não foi nomeada uma juíza substituta para permitir a realização das audiências e a consequente proteção das mulheres?”

Bom, a juíza realmente está de férias, e foram nomeadas juízas substitutas. Contudo, a primeira juíza que foi nomeada teve que dar prioridade a audiências de réus presos. Lá no Juizado, não havia audiência de réu preso, então ela deu prioridade à audiência de réu preso.

A segunda juíza que foi nomeada, por causa da preocupação do Tribunal em virtude de a primeira não estar indo realizar essas audiências – foi até ela que me ligou e me pediu para que eu entrasse no circuito para eu vir aqui para esta reunião hoje –, ela estava realizando audiências concentradas.

Então, na realidade, as juízas que foram designadas estavam realizando audiências que têm prioridade ditada em lei.

Nós temos um quadro bastante reduzido de juízes substitutos aqui no Estado da Paraíba. Vamos melhorar a partir de agora, com a nomeação de novos juízes. Recentemente foram nomeados 20 e agora mais 8, e estão todos em processo de capacitação para ingressarem nas novas Varas. Acredito que essa situação vai melhorar, mas infelizmente essa questão realmente passou pela impossibilidade da administração.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos passar, Drª Antonieta, a palavra para a Senadora Ana Rita e para o Deputado Dr. Rosinha.

Eu solicitaria que a senhora fizesse os registros para as respostas em bloco.

Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Queremos agradecer a presença da juíza aqui.

Todas as perguntas que nós gostaríamos de fazer a senhoras já as respondeu, mas há uma pergunta que também é importante nós obtermos a resposta. Nós tivemos informações, a partir das reuniões que foram feitas com as entidades e as visitas aos equipamentos também, de que a juíza titular da Vara aqui está marcando de ofício as audiências do art. 16 da Lei Maria da Penha, incentivando as mulheres a desistirem dos processos, contra a lei, e também a decisão recente do STJ.

O que a senhora tem a dizer sobre isso?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, para que a senhora responda em bloco.

**O SR. DR. ROSINHA** (PR – PT) – Doutora, só farei um breve comentário, até porque a pergunta era a mesma. Foi numa visita que nós fizemos hoje ao movimento de mulheres e delegacias que chegou essa denúncia para nós sobre esse tipo de interpretação da lei, que não é uma interpretação que entendemos legal.

Mas, quando foram feitas as perguntas por escrito, aquelas questões que nós colocamos, ou seja, quantas medidas protetivas, quantas prisões preventivas, esse tipo de questão, só para compreender – e nós estamos fazendo essas perguntas para o Brasil todo: a mulher vai a uma delegacia, faz a denúncia, abre-se inquérito e, porém, qual é o destino? Então, é para medir o tamanho da impunidade ou o tamanho da punição. E nós queríamos isso quantitativamente. Por isso, essas perguntas por escrito, que são as mesmas que foram feitas aqui e em qualquer um dos Estados que vamos. Elas não têm uma razão abstrata. Podem dizer: “Mas por que querem saber aqui na Paraíba isso?” Não, nós queremos saber no Brasil inteiro, para sabermos a efetividade institucional do Estado brasileiro. Ele cumpre ou não cumpre com as suas obrigações legais?

Era essa a razão dos dados estatísticos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós estamos aqui, então, para as suas conclusões. Estamos inclusive com um registro, havia uma pessoa reclamando, porque teve o filho, o marido e um cunhado assassinados em situação de trânsito e há lentidão para que o tribunal do júri marque o seu julgamento, com um componente que a gente encaminharia à Secretária da Mulher aqui, porque isso demanda um apoio às mulheres no sentido de que elas possam ter um espaço onde possam se referenciar.

Nós queríamos questionar, Drª Antonieta, porque nós temos dois desafios. Um é este desafio do acompanhamento da efetividade da medida protetiva: se a senhora tem alguma proposta concreta para que haja talvez uma notificação imediata de retorno às delegacias e que, num protocolo, as delegacias possam acompanhar a efetivação das medidas protetivas; se a senhora considera isso uma possibilidade.

Em segundo lugar, temos um enorme desafio no Poder Judiciário do Brasil inteiro, que é uma certa, eu diria, tendência de caminhar para uma política de conciliação como um instrumento para reduzir os inquéritos. Nossa preocupação ao questionar, o que a Senadora Ana Rita fez, em relação a essa situação que chegou até nós, da juíza, é exatamente porque é uma política. O Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais dizia – inclusive porque alguns de seus juízes tinham essa preocupação, a de uma política de conciliação: “Depois de um tapa, não há possibilidade de conciliação”. *(Palmas.)* Esta é a lógica que nós queremos implantar. *(Palmas.)* Por isso, deixamos como referência a construção de protocolos que deem controle e viabilidade à efetivação de medidas protetivas. Parece-me que aqui, nos casos de assassinatos de mulheres, são três os casos em já havia medidas protetivas; no Brasil, há várias outras situações. No caso específico da falta de controle, nós não temos ainda resposta sobre isso,

Para suas considerações e respostas finais, desde já agradecendo e lhe cumprimentando pela objetividade das respostas, solicitando que o relatório vá para a Secretaria de Comissões, Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanente e Parlamentares de Inquérito – isso no *site* do Senado Federal.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Srª Presidente, houve uma orientação no sentido de que quem quisesse perguntar passasse o bilhete para nós. Chegaram dois bilhetes aqui que achei interessante. Entre aqueles dados iniciais, que falamos que são importantes estatisticamente, há uma pergunta – é lógico que não vai ser respondida agora, mas se puderem depois nos enviar: Dos processos arquivados, para quantos foram determinadas as penas e quais os motivos dos arquivamentos desses processos todos? Para nós, é interessante como dado. O outro é justamente quando se joga com a conciliação: Por que da utilização de Bíblia cor-de-rosa sobre a mesa de audiência? O Estado é laico, vamos nos lembrar.

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – A Bíblia cor-de-rosa é minha. (*Risos.*)

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – O Estado é laico.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos a palavra...

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – O Estado é laico, mas o juiz pode ter a sua fé e a sua religião. Nunca impus nem nunca abri a Bíblia. Nunca impus a minha religião a ninguém. Eu tinha a Bíblia como fonte de inspiração e nunca abri a Bíblia para ler na presença de quaisquer das partes. Sobre isso desafio quaisquer das partes a dizer que tenha visto isso. Aliás, vejo que estão aqui pessoas das práticas afro. Acredito que, na única audiência que tivemos, presidida por mim lá, todas elas foram muito respeitadas por minha pessoa. Então, acredito que a minha Bíblia não tenha ofendido ninguém.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos dar a palavra para as respostas...

(*Manifestações no recinto.*)

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – É um objeto pessoal meu. Nós temos o direito de ter.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Antonieta, já foi registrado. Não estamos questionando, aqui, a liberdade religiosa de nenhuma pessoa, o que é um direito inalienável, sagrado e individual das pessoas. *(Palmas.)* Estamos discutindo políticas que orientem o trabalho de enfrentamento à violência. Nossa preocupação é a de que, no Brasil, em outros Estados e em outras situações, havia a intervenção direta em situações concretas do enfrentamento à violência, nas quais o juiz presente fazia uso da sua opção religiosa. Não temos nenhuma informação, não recebemos, a CPMI, formalmente, nenhum ato concreto que coloque essa questão posta.

Por isso, nós retiramos qualquer referência ao direito e à liberdade religiosa. Estamos discutindo, apenas, que, nas práticas dos julgamentos das intervenções, a política de conciliação, muitas vezes, é influenciada por algumas opções filosóficas pessoais. Essa não é a questão que está em debate.

Nós solicitamos que a senhora, então, veja a questão da prática de conciliação, as respostas do controle das medidas protetivas e algumas outras questões que já foram postas aqui, dizendo que se nós recebermos formalmente qualquer referência de intervenções outras, nós questionaremos o Poder Judiciário. Não recebemos formalmente, por isso...

**A SRª ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Com certeza, até porque, quanto a isso, fico muito tranquila, porque volto a dizer: tenho o meu direito à liberdade de religião como todas as pessoas, todo cidadão brasileiro tem e jamais fiz qualquer referência a religião, seja nos meus julgados, seja em audiência verbal ou por escrito.

Então, jamais usei a religião como forma de tentar convencer ou de tentar conciliar, ou de tentar julgar quem quer que seja. Quanto a isso eu fico muito tranquila. Tinha minha Bíblia, como tinha vários outros livros, em cima da minha mesa, em cima do meu birô.

Bom, com relação às questões, à audiência do art. 16. Foram designadas, na época em que eu assumi o juizado – não sei qual é a prática que está sendo realizada hoje... Quando eu assumi o juizado, eu, por política criminal e por economia processual, passei a designar audiência do art. 16 em todos os processos que datassem de mais de 6 meses e que fossem de crimes de ação pública condicionada.

Por que eu fiz isso como questão de política criminal e de economia processual? Porque, como eu falei a V. Exªs anteriormente, eu recebi processos que estavam parados há muitos anos e, quando o Ministério Público oferecia denúncias e nós chegávamos na audiência de instrução e julgamento, as pessoas se viam constrangidas. Diziam que já tinham procurado o Judiciário várias vezes, que queriam ter desistido daquele processo, que não tinham interesse, que já estavam em outras relações ou que já tinham refeito aquela relação, que o Judiciário tinha demorado demais e que aquilo ali não fazia sentido.

Então, nos processos antigos, efetivamente, foram marcadas por mim as audiências do art. 16 nos crimes de ação pública condicionada à representação.

Nos crimes de ação pública incondicionada, jamais, porque havia uma prática, na época em que os processos tramitavam na varas criminais, de mesmo em se tratando de ações públicas incondicionadas, serem designadas essas audiências, mas porque não eram varas especializadas, porque eram varas em que os juízes tratavam de todo e qualquer processo criminal. Então, não havia uma política direcionada.

Hoje, eu não sei qual é o critério que está sendo usado para designação dessas audiências.

Nos meus últimos meses lá no juizado, os processos novos, os processos que iam chegando não tinham audiência do art. 16 designada, a não ser que houvesse uma manifestação expressa da vítima.

Outra coisa que é preciso ser registrada é que as vítimas, quando procuravam a Defensoria Pública ou a delegacia para dizerem que queriam se retratar da representação anteriormente feita, eram informadas de que só podiam fazer isso em audiência; e essa notícia foi trazida também para nós no início do juizado.

Então, esse foi mais um motivo de terem sido designadas essas audiências nos processos antigos, porque as vítimas eram informadas de que não tinham direito de fazer isso senão em audiência, quando fossem intimadas para isso.

Então, foi feito isso até para não tirar o direito de quem quisesse se retratar. De forma alguma, em audiência, essas vítimas eram – digamos assim – incentivadas a se retratar. Ao contrário. A conversa lá era bastante franca. Volto a dizer: estou aqui falando do período em que eu estive instalando a vara, até o dia 16 de julho. De 17 de julho para cá, eu realmente não posso responder, porque não era eu que estava à frente da vara. Até 16 de julho, as vítimas eram ouvidas individualmente e não eram incentivadas a se retratar. Elas, ao contrário, eram conscientizadas de seus direitos. Então eu acredito que fazíamos, sim, como questão de política criminal, sim, mas não por uma política de conciliação, mas por uma política até mesmo de proteção desse direito dessas mulheres.

A outra questão que foi colocada pela Deputada é como acompanhar essas medidas protetivas. No início, concedíamos essas medidas protetivas e não sabíamos bem para quem mandar. Depois, passou-se a mandar para as delegacias de polícia para acompanhamento. Acho mesmo que essa é a melhor solução, Deputada, mas, infelizmente, as nossas delegacias não têm pessoal, não têm material, não têm transporte, não têm um aparelhamento suficiente para acompanhar todas essas medidas. Então, nós fazemos, nós comunicamos, mas, infelizmente, não sei se há como dar efetividade a todas essas medidas. Infelizmente.

E aí, acrescentando a uma questão que Dra Rosane falou e foi questionada pela Senadora a respeito dessa justiça terapêutica de que Dra Rosane falou. Não sei se foi isso que ela quis dizer também, mas no início do juizado, nós recebemos uma proposta da Universidade Federal da Paraíba. Inclusive a minha saída do juizado estava tramitando administrativamente no Tribunal de Justiça. Não teria custo algum para o Tribunal de Justiça. A Universidade Federal da Paraíba propunha, através de estagiários do curso de Psicologia e dos seus professores, oferecer um tratamento cognitivo comportamental para os agressores.

Essa política eu acho bastante interessante porque, como falou Dra Roseane, para aquele agressor se corrigir e deixar de agredir, seja aquela mulher ou outra mulher, é preciso um tratamento. Sabemos que a evolução é lenta, que o resultado é quase nenhum, mas se existe a disponibilidade, através de um serviço gratuito, que está sendo oferecido pela Universidade Federal, eu acho bastante interessante. E esse acompanhamento chegou a ser oferecido em audiências do art. 16. Foi oferecido e eu tinha planos de, com arrimo no art. 45 da Lei Maria da Penha, que modifica a Lei de Execuções Penais, tornar esse acompanhamento obrigatório como pena.

Não cheguei a efetivar isso porque não chegou a sair o convênio do Tribunal de Justiça com a Universidade Federal, mas isso era um projeto meu para o futuro, porque não era um projeto escrito, mas era... Bom, escrito está lá, tramitando no Tribunal, o projeto da Universidade Federal; mas era um plano que eu tinha para efetivar como pena.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bem, nós agradecemos, Dra Antonieta, sugerindo duas questões.

Em primeiro lugar, como a senhora esteve aqui representando o Presidente do Tribunal de Justiça sobre essas questões que foram solicitadas, que a senhora disse que não sabe se continuam, a orientação da rigorosa incondicionalidade nas definições dos processos das medidas protetivas sugerimos que possa ser informada para nós, a partir do Presidente do Tribunal, porque essa é a orientação predominante no Tribunal de Justiça da Paraíba.

**A SRa ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Sim.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – E, evidentemente, também que a política de conciliação e de justiça terapêutica não seja a política predominante no enfrentamento do processo. Nós pediríamos, então, que as informações fossem mandadas, agradecendo mais uma vez a disposição da senhora de estar aqui presente.

**A SRa ANTONIETA NÓBREGA MACHADO** – Eu que agradeço. (*Palmas.*)

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos partir imediatamente para escutar a representação da sociedade civil. E cada uma terá 10 minutos. No caso, não cabe à Comissão inquirir a sociedade civil. Vamos escutar o depoimento da sociedade civil para orientar as medidas que deveremos tomar em seguida. Por isso, cada uma dispõe de até 10 minutos para a sua intervenção e vamos cumpri-los.

Com a palavra Ângela Pereira, da Marcha Mundial de Mulheres.

Este relatório é um produto do Movimento de Mulheres – muitas aqui estão presentes – para ser apresentado à Comissão.

**A SRª ÂNGELA PEREIRA** – Bom, primeiro, boa noite. A gente estende aí, entrando na noite, esta audiência.

Cumprimento aqui todas as presentes e todos os presentes. Cumprimento a CPMI. Mais uma vez, agora, registramos à CPMI e aos presentes o quanto é importante a vinda da CPMI para a Paraíba e o esforço que o Movimento de Mulheres, o Movimento Feminista tem feito para que este momento seja um momento para se fazer as denúncias e as reivindicações da realidade de enfrentamento à violência contra as mulheres no nosso Estado.

E aproveito também para fazer denúncia. Começo fazendo uma denúncia de que, apesar de a audiência estar se estendendo, o Secretário de Segurança Pública não continuou presente, bem como outras autoridades que se fazem importantes, para ouvir também a sociedade civil, ouvir os movimentos. (*Palmas.*)

A gente está aqui para falar com a CPMI. E não só com a CPMI, mas com outras autoridades. E, aí, também aproveitar para registrar que a gente precisou que a CPMI viesse à Paraíba para sermos ouvidas, porque a gente tem tentado há um bom tempo falar com o Governo do Estado, com as várias mobilizações, abrir mesa de negociação e não temos esse espaço. E é importante registrar isso.

Assim, começamos falando que há cerca de cinco meses, desde que se iniciou a movimentação e após o incidente lá do caso de Queimadas, a gente começou a se reunir enquanto movimento para construir um dossiê; e não só construir um dossiê, mas toda movimentação que vem sendo feita, as articulações, a própria ida a Queimadas, entendendo que se fazia importante este momento.

Então, foi construído um dossiê, pelas organizações feministas. Está aqui o dossiê. Daqui a pouco vou repassar. E neste dossiê a gente saiu pontuando alguns serviços, algumas instituições, a partir do nosso olhar, um olhar político. Talvez não um olhar tão técnico, porque não cabe ao movimento essa questão técnica, cabe a gente se apropriar... Mas, pela nossa experiência de luta, pela realidade das mulheres, pela emoção que foi colocada aqui das mulheres que estão morrendo... porque nós, a cada mulher morta, sentimos as dores dessas mulheres,;dessas mulheres estupradas. Então, a gente entende que esse relatório é extremamente legítimo, pelo acúmulo que o Movimento de Mulheres, o Movimento Feminista tem.

E, aí, já começo a colocar alguns elementos em relação ao Juizado, várias questões que foram feitas aqui, não só em relação ao Juizado, à Delegacia, mas colocar que o movimento tem entendido a necessidade de se ampliar o número de juízes. Pela demanda se sabe que existem 1.800 processos, e pela orientação do Conselho Nacional de Justiça já caberiam dois mil processos para dois juízes. Então, existe a necessidade de se ampliar o número de juízes.

Outra questão é qual é o perfil desses juízes que estão sendo indicados? Como a gente consegue ter juízes que, de fato, estejam preparados para atender às demandas, às reivindicações e à realidade de violência contra as mulheres?

Em relação ainda ao Juizado, a gente vem destacar a necessidade do cumprimento da equipe multidisciplinar. Foi citada, aqui, a presença de estagiários da Psicologia, fazendo... mas a gente tem essas informações também do Juizado, é bom registrar. Para o movimento foram dadas informações, a partir da Dignitatis Assessoria Jurídica Popular, que esteve em visita e elaborou um relatório preliminar que trouxe vários elementos para nós que estão subsidiando essa fala, aqui.

Então, quanto ao espaço físico do local onde as mulheres estão sendo atendidas, várias mulheres acabam tendo que ficar na mesma sala de espera juntamente com os agressores. Isso é um absurdo! Isso não pode existir! A própria estrutura não dá conta da necessidade, conforme a própria definição do Conselho Nacional de Justiça.

E aí eu vou passar para o ponto das delegacias especializadas. Os números já foram colocados, mas sabemos que, para além dos números, a gente tem a vivência das mulheres, dos movimentos feministas e de mulheres que têm ido a esses serviços, ouvido as usuárias e também pessoas que trabalharam na rede e têm condições de trazer mais elementos.

A gente levanta, por exemplo, acúmulo de inquéritos policiais incompletos: dos 600 inquéritos iniciados na DEAM-capital, muitos não chegam a ser terminados, a ser concluídos; a inexistência da investigação de casos necessários que apontam a preocupação quanto à invisibilidade da violência doméstica e contra a mulher junto ao tráfico.

Eu aproveito também, nesse ponto – já foi feito um debate aqui –, para a gente enfatizar qual é a leitura do movimento em relação à associação da violência contra as mulheres com o tráfico. A gente sabe que as mulheres... uma ideia de uma nova modalidade de violência... mas, na verdade, a gente sabe que as mulheres são vitimadas, são assassinadas, porque existe... elas são usadas, de certa forma, como escudo no momento em que a situação se complica.

E aí a gente também tem que destacar a precarização do trabalho dos servidores públicos das DEAMs. Como você vai fazer um atendimento e não tem recursos, não tem viatura, não se tem viatura para efetivar. Então, se não tem a viatura para efetivar, como vai fazer a intimação dos agressores? E, muitas vezes, a partir de relatos dos trabalhadores, a gente fica sabendo que a intimação é feita por telefone próprio, dos delegados. Isso é bastante preocupante para a gente.

A gente tem relatos no dossiê, a partir de algumas... da realidade de Guarabira e Cajazeiras, mas a gente vem centrando especialmente na capital e em Campina Grande, porque é o nosso âmbito de atuação.

Em relação ao centro de referência, a gente tem também informações, denúncias de que a estrutura física não garante a necessidade da atuação do serviço. Existe uma casa que foi comprada e que, ainda, não... Funciona alugado. Funciona num local que é alugado. Uma casa foi comprada, mas, infelizmente, ainda não está funcionando nessa casa que foi comprada.

No tocante às condições de trabalho, eu acho que é importante enfatizar que a maioria das trabalhadoras do centro de referência são prestadoras de serviço, o que implica... pode implicar em dificuldade de efetivação do serviço, com mudança, rotatividade dessas mulheres no serviço, dessas trabalhadoras no serviço; e também – por que não colocar – situações de conjunturas eleitorais dificultam o trabalho. Essas pessoas podem ser, enfim... Pode-se aproveitar do fato de existir prestadora de serviço para essa conjuntura eleitoral e as mulheres sofrerem, sim, represálias pela sua posição política ou...

É importante também destacar...

(*A Srª Presidente faz soar a campainha.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um minuto.

**A SRª ÂNGELA PEREIRA** – ...a sobrecarga de trabalho dessas mulheres diante do pacto que foi efetivado pelo Governo do Estado. Existe a necessidade da criação de um centro de referência estadual. A gente sabe que na condição de não existir o centro de referência, que estaria atendendo a uma demanda da Região da Grande João Pessoa, isso irá sobrecarregar as trabalhadoras do centro de referência.

Queria só pedir mais um tempo para destacar... a outra companheira vai trazer mais elementos. Em dez minutos a gente não consegue trazer o que elaboramos. Mas destaco informações em relação ao caso de Queimadas, porque o Movimento Feminista o tem acompanhado de forma presente, fazendo contato com familiares, indo à cidade. A gente entende que, assim como a CPMI e outras pessoas colocaram, esse caso não pode passar em branco. A gente tem tido receio, tem tido medo de que, de fato, as pessoas envolvidas no caso não sejam... Isso. Não sejam absolvidas. E aí a gente tem questões em relação aos próprios mentores.

Existe uma tendência de só se indiciar, de só se julgar um mentor, no caso o Eduardo; e a gente entende, a partir do contato com as informações, do contato com os processos, que não é só o Eduardo o responsável pelo crime. Há outras questões importantes que têm relação com a situação em que a cidade se encontra.

Estivemos em Queimadas várias vezes, estivemos fazendo mobilização lá e a gente sabe que as pessoas estão aterrorizadas. As pessoas não se sentem à vontade para dizer, para se colocar. A nossa maior preocupação é, em havendo um júri popular em Queimadas, se existe a possibilidade de ser absolvido. Existe grande possibilidade de ser absolvido sim, porque a população está temerosa, está receosa. Uma das nossas questões, das nossas reivindicações, é o desaforamento. A gente tem esses elementos, tanto do receio da cidade como de outras informações que constam no processo, que indicam, sim, a necessidade de desaforamento. Isso a gente já colocou para a CPMI, já colocou até para o promotor do caso.

Tem também outras questões, que aparecem no processo e dizem respeito ao próprio armamento que foi encontrado com os agressores. A que ponto? Por que não se fez perícia? Como se pode fazer isso de fato para poder investigar questões que estão por trás do crime sexista, da violência sexista. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos à Ângela pelas suas informações, lembrando que para nenhuma autoridade, nem para a sociedade civil, em 20 minutos dá para colocar o quadro. Nós pedimos que seja entregue o relatório como está sendo feito agora. E que as autoridades, as pessoas, apresentem um resumo.

Com a palavra a Srª Cristina Lima, da Articulação de Mulheres Brasileiras, para completar suas informações, por um período de até dez minutos, colocando as questões essenciais do relatório que estarão contempladas.

**A SRª CRISTINA LIMA** – Boa noite à Mesa. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Jô Moraes. Boa noite a todas e a todos da plenária; em especial, boa noite às companheiras do movimento feminista e às mães que estão aqui e na pessoa de Hipernestre colocaram toda a sua dor e toda a dificuldade que é lidar com a questão da impunidade em relação aos crimes de mulheres na Paraíba.

Foi muito emocionante, porque quando a gente vem para tratar da questão da violência contra a mulher temos que lembrar que não são números, são mulheres que foram retiradas cruelmente de suas vidas, de seu cotidiano. Eu acho que a gente nunca pode se esquecer disso quando se trata de crimes. Por isso a impunidade é tão cruel com a vida das pessoas que ficam e também com todas as mulheres que ainda estão passando e podem passar por situações de agressões e, fatalmente, serem levadas à morte.

Em primeiro lugar, quero colocar que todas as políticas... entendemos que as políticas e serviços que existem hoje no enfrentamento da violência contra as mulheres são resultado de 30 anos de luta do movimento feminista brasileiro, que se capacitou, que se profissionalizou técnica e politicamente para fazer essa discussão.

Hoje temos a Lei Maria da Penha, que é resultado dessa construção do movimento feminista com as legisladoras; hoje ela é uma realidade, a partir dessa luta, desse caminho que começou há três décadas.

Queria colocar alguns pontos sobre a questão da violência, porque ela, na verdade, é reflexo de uma sociedade patriarcal, machista, racista, lesbofóbica. As mulheres estão morrendo porque elas são mulheres; elas são mulheres e têm, como foi citado aqui, uma categoria inferior a dos homens; elas são consideradas propriedade e podem, por isso, ser agredidas psicologicamente.

Temos que reforçar que os crimes contra as mulheres não são só os homicídios. As mulheres sofrem diariamente crimes psicológicos, assédio moral; as trabalhadoras domésticas vivem sendo oprimidas – na maioria são negras – por seus patrões. Acho que a gente deve pensar sobre isso: por que o aumento de serviços, o avanço das políticas não está sendo proporcionalmente igual à redução de crimes contra as mulheres? Porque existe machismo na nossa sociedade, existe racismo e lesbofobia. Por isso nós mulheres estamos sendo eliminadas da sociedade. A prova disso, dessa...

Uma coisa que a gente tem discutido muito nesses processos de construção do dossiê é a questão da intersetorialidade de serviços. Hoje fiquei perplexa, porque apesar de 30 anos de uma luta feminista, a gente vem para uma discussão com gestores e percebemos que se desconhece, não se tem sensibilidade para tratar das questões de violência contra mulher nesse Estado, ainda. E isso é muito preocupante, porque a gente sabe que uma secretaria específica não vai dar conta de erradicar a violência contra as mulheres. Precisamos ter ações intersetoriais, ações que avancem para o interior do Estado e isso a gente ainda não tem. Ainda não temos unidades de saúde que façam esse reconhecimento.

A gente teve uma apresentação de ... a gente sabe que existe uma preocupação da própria secretaria especial com isso e achamos válido, mas ainda não temos a intersetorialidade na questão da violência contra a mulher como uma prioridade com relação às outras pastas deste Governo.

Então, ficamos muito preocupadas não só quanto ao Governo do Estado. Há isso nas prefeituras municipais, porque existem diversos mecanismos de políticas para mulheres e cabe a nós aqui pensar e refletir se realmente esses mecanismos estão trabalhando a questão da intersetorialidade. Se em uma escola está sendo realmente feito um trabalho educativo e preventivo. Porque se estamos falando de mudanças culturais, precisamos fazer um trabalho nas escolas, estar com as gerações que estão vindo por aí, debater que as mulheres não são propriedade dos homens e os seus corpos não podem estar à mercê de ciúmes, de crimes passionais, como foi colocado aqui. Entendemos que a violência contra a mulher é um crime como qualquer outro, então queremos punição. Aqui na Paraíba e em todo o Brasil eu acho que isto é uma realidade: a impunidade persiste.

Eu queria colocar uns pontos especificamente com relação à questão da instalação da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana. Sabemos que houve toda uma discussão aqui, mais cedo, sobre a questão orçamentária; e a gente, no movimento, discute desde o início que foi um retrocesso incluir três pastas de lutas tão importantes (*Palmas.*) numa só secretaria. Cabe refletir se R$145 mil anuais dão conta de enfrentar o racismo na Paraíba; se R$700 mil dão contra de enfrentar a lesbofobia e a homofobia em nosso Estado. Então, lutamos por uma política específica para mulheres, uma secretaria específica para mulheres; e queremos também que os movimentos de população negra e de populações tradicionais tenham garantia e orçamentos próprios e condizentes com o tamanho dessa luta.

Inclusive, acho que vale aqui colocar a questão da invisibilidade da violência contra as mulheres lésbicas, que além de sofrerem com a questão da violência, ainda sofrem com a invisibilidade, com a subnotificação dos casos, porque nós vivemos em uma sociedade conservadora, que não suporta que existam mulheres que gostem de mulheres, que amem mulheres; e homens que amem homens. (*Palmas.*) Isso, à beira do século XXI, é inaceitável.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRª CRISTINA LIMA** – E as políticas têm que ter esse recorte. Então, na verdade, uma questão em relação ao orçamento que queríamos colocar é: esse orçamento dá conta da luta das mulheres? Ele dá conta da luta das pessoas da população LGBT? Ele dá conta da luta da população negra e das comunidades tradicionais?

Bom, outra questão é que infelizmente ainda não estamos... esperamos ter logo o plano estadual de políticas para mulheres e os planos municipais, porque tentamos mapear. Não sei se existe algum Município que tenha plano municipal de políticas para mulheres na Paraíba, mas no que tentamos mapear, não encontramos. E esperamos ter logo o plano estadual, os planos municipais, aqui de João Pessoa, de Campina Grande e de todas as cidades que têm e que ainda vão ter mecanismos de políticas para mulheres, porque é a partir desses planos que vamos, como sociedade civil, poder monitorar e acompanhar a aplicação dessas políticas e a execução desses orçamentos.

Vou falar mais um pouquinho, só mais um pouquinho.

Eu queria só me deter um pouquinho na questão da violência sexual na Paraíba. Aqui no dossiê, tivemos o cuidado de fazer uma sondagem. Eu venho de uma organização, que é a Cunha Coletivo Feminista. Nós temos uma trajetória de 22 anos aqui e temos um trabalho de pesquisa na atenção às mulheres que chegam em situação de abortamento nos serviços de saúde.

Então, nesse sentido, eu queria abordar um pouco como está a situação aqui na Paraíba, porque eu fiquei preocupada, Secretário, quando o senhor não teve como responder precisamente sobre esses dados aqui no nosso Estado.

Existem quatro centros de referência especializados para prestar assistência às mulheres que sofreram violência sexual. São dois em João Pessoa. A gente tem um em Campina Grande e um em Patos. E aí nos surpreendeu... Só para dar um exemplo de como ainda falta divulgação sobre os serviços, como ainda falta conhecimento por parte da população sobre esses serviços, em Patos, no ano de 2012, um serviço que tem uma estrutura própria, montada para receber mulheres em situação de violência sexual, só recebeu um caso de violência sexual. Estamos em setembro e eu acredito que deve ter havido mais casos de violência sexual naquela região. Então, ficamos preocupadas sobre em que nível esses serviços estão sendo divulgados e as pessoas estão se apropriando desse tipo de serviço oferecido às mulheres em situação de violência sexual. *(Palmas.)*

Só mais uma coisa, falando de violência sexual. Eu me senti muito contemplada na sua fala, Hipernestre, porque realmente, no Brasil, as mulheres que têm que recorrer ao aborto são criminalizadas, presas, processadas. E nós temos cerca de 2% de criminosos, no Brasil, que matam mulheres estando condenados. Isso é muito sério, porque se uma mulher precisa passar por uma situação ou tem direito ao aborto legal, por conta da questão do estupro, ou então se ela precisa recorrer ao aborto inseguro, essa mulher – no caso do aborto legal não – em situação de aborto inseguro pode ir para a cadeia. E nós achamos que quem tem que está na cadeia são os criminosos, os assassinos de mulheres. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Concluindo aí, Cristina, por favor.

**A SRª CRISTINA LIMA** – Vou encerrar. Desculpe, eu me empolguei.

Então, em relação a essa questão da violência sexual só queríamos fazer algumas recomendações.

De quatro serviços, nós só temos oito Municípios que se utilizaram desses serviços, numa realidade de 223 Municípios na Paraíba. Então, isso significa 5% do total de Municípios na Paraíba dando resolubilidade aos casos de violência sexual.

Para fechar, queríamos questionar sobre essa questão que tem a ver com a questão do aborto, que é o Estado laico. Defendemos a laicidade do Estado. Hoje já tivemos uma discussão aqui sobre a questão da religião na execução da função pública. Vivemos num Estado laico, mas hoje estamos aqui na Assembleia Legislativa e temos um símbolo cristão acima de nós nos olhando. E eu queria saber até onde essa laicidade que temos na Constituição chega à realidade das mulheres.

Quando uma mulher recorre a um serviço de aborto legal, quando uma mulher vai a uma delegacia, quando ela vai a um juizado, pensamos como as questões culturais, religiosas, posicionamentos conservadores dos servidores que estão lá podem atingir essas mulheres. Então, isso impacta nos procedimentos que são realizados. Isso impacta, inclusive, quando tratamos de reconciliação, porque é questão cristã manter a família nuclear unida, acima de tudo, até acima da vida das mulheres.

Então, queria colocar, mais uma vez, que nós do Movimento Feminista... Esse documento foi construído coletivamente. Marcha, AMB, Rede de Mulheres, Fórum de Mulheres, UBM, várias articulações e organizações se juntaram. Nós podemos não acompanhar os serviços diretamente, mas estamos técnica e politicamente habilitadas para avaliar a situação de violência contra as mulheres no Estado e nos Municípios.

Só queria fechar colocando para vocês um lema do movimento, por mim, por nós e pelas outras: Todas e todos contra a violência contra as mulheres.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Cristina.

Queremos agradecer à Cristina, à Ângela e ao conjunto dos movimentos feministas, os movimentos de mulheres, que aqui apresentaram um relatório bastante abrangente da situação da violência contra a mulher e que será nossa referência.

Deixamos de registrar a Srª Irismar Batista, Coordenadora de Política para Mulheres de Santa Luzia; e a Srª Suêldes Araújo, Coordenadora de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher de João Pessoa.

Passamos, imediatamente, a palavra para as considerações finais ao Deputado Dr. Rosinha. Em seguida, à Senadora Ana.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Obrigada, Presidenta.

Quero só registrar a importância desta audiência pública para nós da CPMI. Como disse, na minha primeira intervenção, nós não estamos para investigar ninguém, mas, sim, para observar as falhas do Estado brasileiro na execução de políticas públicas, e no caso específico, principalmente, de uma política pública contra a violência contra a mulher. É extremamente importante para nós.

Se vocês observarem, todos nós, na Mesa, ou entregamos as perguntas já feitas ou fizemos muito poucas perguntas, porque o objetivo nosso é mais ouvir do que perguntar, é mais obter documentos, obter informação do que perguntar. Então, as perguntas vinham no momento que entendíamos necessário para algum esclarecimento ou para acumular mais informações.

Sei que a visita de uma CPMI gera expectativas em vocês e em nós, porque nós também temos alguns limites e vamos tentar, com o relatório da nossa Relatora, Senadora Ana Rita, a quem vamos ajudar nesse relatório, aprová-lo. Que seja um relatório com um diagnóstico bastante próximo da realidade e com muitas propostas para serem analisadas pelos governantes estaduais, municipais, nacionais; e colocadas em prática. Então, o nosso objetivo é esse.

Hoje, com a demanda criada – e podemos dizer que passamos um pouco da metade da CPMI –, já estamos perguntando para nós mesmos: depois dela, que papel nós vamos assumir? Porque o Parlamento brasileiro também tem que assumir um papel concreto nesse processo. Se estamos fazendo uma análise da instituição pública, do Estado brasileiro, o Parlamento brasileiro está nesse contexto. Então, estou achando que estamos trabalhando para gerar mais trabalho para todos, inclusive para nós.

Muito obrigado pela presença de todos e todas. (*Palmas.*)

Foi extremamente importante essa audiência pública. Fico muito agradecido. Ontem, um jornalista me perguntou como eu voltava de Queimadas e eu disse que voltava com a alma queimada, e não menti, porque...

*(Interrupção da gravação.*)

*(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 37 minutos)*

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Presidente